

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

***O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE WESTFÁLIA (RS):
O PAPEL DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LOCAIS***

ANA PATRÍCIA BAUER

Porto Alegre

2009

ANA PATRÍCIA BAUER

*O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE WESTFÁLIA (RS):
O PAPEL DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LOCAIS*

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador^a: Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Noll

Porto Alegre

2009

ANA PATRÍCIA BAUER

*O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE WESTFÁLIA (RS):
O PAPEL DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LOCAIS*

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador^a: Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Noll

Aprovada em 28 de abril de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Antônio Pinheiro
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Membro

Prof^a Dr^a. Mercedes Maria Loguercio Cánepa
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Membro

Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Membro

Porto Alegre

2009

Ao meu companheiro Ramon e a minha mãe Sílvia, pela confiança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de aperfeiçoamento dos meus estudos.

Aos professores, pelos conhecimentos transmitidos.

À CAPES, pelo financiamento que concedeu, sem este apoio dificilmente teria condições de chegar até aqui.

Agradeço também a todos aqueles que me auxiliaram na concretização dessa dissertação, em especial aos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália, tantas vezes mencionados ao longo dessas páginas. Pessoas que me receberam em suas residências e locais de trabalho, sempre com total disposição para ajudar.

Aos colegas do mestrado, pelo convívio enriquecedor e pela parceria, meu agradecimento especial aos amigos Luciano, Carine e Fernanda.

Aos meus pais e irmãos, pela compreensão e apoio.

À professora Maria Izabel, pela orientação, amizade e incentivo.

Ao meu querido companheiro Ramon, por ser meu estímulo para seguir sempre em frente e a motivação para nunca desistir dos meus sonhos.

Nada há, nem mesmo as “paisagens” ou os “solos”, caros aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produto histórico das determinantes sociais.

Cyril Reboul

RESUMO

Desde a promulgação da Constituição de 1988 foram criados no Brasil 1.385 municípios, sendo que destes, 253 são gaúchos. A maioria das abordagens teóricas sobre as emancipações municipais realizadas no período, ressaltam a relação executivo-legislativo estadual como explicação, sem levarem em conta a importância das lideranças políticas locais. Com o intuito de destacar o papel desses atores no processo emancipatório, realizamos um estudo de caso no município de Westfália, criado em 1996, que fica localizado no norte do estado do Rio Grande do Sul, região que se destacou na proliferação municipal. Nosso trabalho, centrado nos integrantes da Comissão Emancipacionista do município, tem três objetivos: 1) ressaltar a importância das lideranças políticas locais no processo emancipatório; 2) verificar a relação entre inserção social e inserção política desses atores na Comissão Emancipacionista e na administração municipal de Westfália; 3) entender o que levou essas lideranças políticas a participarem do processo emancipatório e que tipo de retribuições obtiveram com o engajamento nesse movimento. No caso de Westfália, a atuação das lideranças políticas locais foi determinante para o sucesso da emancipação, visto que o processo sofreu diversos entraves que só puderam ser superados pelo empenho e a união dos emancipacionistas. Constatamos que o capital escolar e as relações familiares contribuíram para a entrada na Comissão Emancipacionista e para ocupação de cargos na prefeitura municipal depois da instalação do município. Analisamos as motivações das lideranças para se envolverem no movimento emancipatório – geralmente ligadas ao objetivo oficial da ação coletiva - e avaliamos as retribuições que cada integrante recebeu devido ao seu engajamento no movimento. Além dos benefícios que toda a população obteve com a instalação do município, alguns integrantes da Comissão conquistaram “retribuições extras”, como poder de decisão na administração municipal, empregos na prefeitura e valorização de suas terras.

Palavras-chave: lideranças políticas locais / emancipação municipal / município / Comissão Emancipacionista / Westfália

ABSTRACT

One thousand and three hundred and eighty five cities were created in Brazil since the Constitution proclamation in 1988 , among these 253 in the state of Rio Grande do Sul. Most of theoretical approaches about city emancipation produced during this period highlighted state executive-legislative relationship as an explanation, therefore not considering the importance of local political leadership. In order to highlight the role of these political actors in the emancipatory process we developed a case study about the city of Westfália, created in 1996, situated on the north region of Rio Grande do Sul, where a large proliferation of cities is observed. Considering the members of the Emancipatory Committee of this city, this work has three goals: 1) to highlight the relevance of local political leadership to the emancipatory process; 2) to verify the relation between social and political insertion of these actors in the Emancipatory Committee and in the Westfália city administration; and 3) to understand what impelled political leaderships to take part in the emancipation process and what do they get in return by working on the movement. In the case of Westfália the operations of local political leaderships determined the emancipation success, given that the process went through various obstacles on which emancipationists engagement and boundness to the cause was crucial. We also verified how academic capital and family relations supported the entrance in the Emancipatory Committee and the fulfilling of jobs in the city public administration after the city foundation. We analyzed the explanations that leaders gave for getting involved in the emancipatory movement – reasons generally tied to the oficial goal of the collective action – and evaluated the rewards that each member got for their engagement in the movement. Beyond the population benefits related to the foundation of the city, some of the Committee members got “extra rewards” like the power of decision in city administration, public jobs and overvaluation of their lands.

Keywords: local political leaderships / city emancipation / city / Emancipatory Committee / Westfália

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma de um Processo Emancipacionista.....	56
Figura 2 - Organograma das relações de parentesco entre os integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos municípios gaúchos (1809-1996).....	29
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - As Constituições Federais e o surgimento dos municípios.....	31
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A evolução do FPM.....	35
Quadro 2 - Coeficientes do FPM (Municípios do Interior) por faixa de população.....	36
Quadro 3 - Como surgiu a idéia da emancipação?.....	58
Quadro 4 - De quem partiu a idéia da emancipação?.....	58
Quadro 5 - Quais os objetivos da emancipação?.....	61
Quadro 6 - Fases da emancipação do município de Westfália.....	67
Quadro 7 - Resultados das Eleições Municipais 2000 e 2004 em Westfália.....	81
Quadro 8 - Perfil sócio-econômico e profissional dos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália	90
Quadro 9 – Os que somente ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia... ..	96
Quadro 10 – Os que ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia e em Westfália.....	98
Quadro 11 – Os que somente ocuparam cargos em Westfália.....	100
Quadro 12 – Participação dos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália em associações (frequência).....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação proporcional do FPM, FUNDEF e ICMS nas transferências correntes dos municípios segundo faixas de tamanho da população – 2000.....	37
Tabela 2 - Itens da receita de Westfália (2001-2006) – em %.....	47
Tabela 3 - Participação proporcional do FPM e do ICMS nas transferências correntes de Westfália (2001-2006).....	47
Tabela 4 - Comparação da participação proporcional do FPM e do ICMS nas transferências correntes de Westfália (2001-2006) e dos municípios com até 5 mil habitantes (2000).....	48
Tabela 5 - Execução orçamentária de Westfália 2001- 2006 (em reais).....	49
Tabela 6 - Itens da despesa de Westfália (2001-2006) – em %.....	49

LISTA DE SIGLAS

AI- Ato Institucional

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CAM – Comissão de Assuntos Municipais

EC- Emenda Complementar

FPM- Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental

FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização do Magistério

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Produtos

IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano

IR- Imposto de Renda

ISSQN- Imposto sobre serviço de qualquer natureza

LC- Lei Complementar

OASE- Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas

PDS- Partido Democrático Socialista

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP- Partido Progressista

PPB- Partido Progressista Brasileiro

PRP- Partido Republicano Paulista

PRM- Partido Republicano Mineiro

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

RS – Rio Grande do Sul

SUS – Sistema Único de Saúde

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNIVATES- Universidade do Vale do Taquari

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O MUNICÍPIO NO BRASIL E A QUESTÃO FEDERATIVA.....	21
2.1 As “sístoles e diástoles” do poder no federalismo brasileiro.....	21
2.2 As regras constitucionais de criação dos municípios brasileiros e a evolução das emancipações municipais no Rio Grande do Sul.....	26
2.3 O município como ente federativo, o Fundo de Participação Municipal (FPM) e outras receitas municipais.....	33
3. O PAPEL DAS LIDERANÇAS LOCAIS NO PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE WESTFÁLIA.....	38
3.1 Algumas abordagens sobre a emancipação dos municípios.....	38
3.2 A importância do poder local.....	43
3.3 Considerações sobre o município de Westfália (RS).....	46
3.4 O papel das lideranças locais no processo emancipatório: o caso de Westfália (RS)....	53
3.4.1 Como surgiu a idéia da emancipação de Westfália e quais eram os seus objetivos ...	57
3.4.2 Configuração da área emancipanda e eleição da Comissão Emancipacionista de Westfália.....	62
3.4.3 Do encaminhamento do processo na Assembléia Legislativa até a realização do plebiscito.....	67
3.4.4 Posicionamento do prefeito de Teutônia.....	71
3.4.5 A realização do plebiscito.....	75
3.4.6 A luta para a realização de eleições municipais.....	77
3.4.7 O conflito político-partidário da comissão emancipacionista e a instalação do município de Westfália.....	79
4. PERFIL SÓCIOECONÔMICO E PROFISSIONAL DAS LIDERANÇAS EMANCIPACIONISTAS, RECONVERSÃO DE CAPITAIS E RETRIBUIÇÕES SIMBÓLICAS.....	83
4.1 Alguns conceitos de Gaxie (1996) e Bourdieu (2003) para pensarmos as emancipações municipais e as lideranças políticas locais.....	83
4.2 Perfil socioeconômico e profissional das lideranças emancipacionistas de Westfália.....	88
4.3 Reversão do capital social das lideranças locais em capital político.....	93

4.3.1 Os que somente ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia.....	95
4.3.2 Os que ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia e em Westfália...	97
4.3.3 Os que somente ocuparam cargos em Westfália.....	99
4.3.4 Os que nunca ocuparam cargos políticos ou administrativos em Teutônia ou em Westfália.....	101
4.4 Relevância das relações familiares ou do “capital familiar”.....	102
4.5 O peso do capital associativo.....	106
4.6 Retribuições simbólicas - a explicação do movimento emancipacionista.....	108
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE 1 – Questionário.....	127
APÊNDICE 2 – Respostas do Questionário.....	130
APÊNDICE 3- Entrevista com Kátia Heemann.....	143
ANEXO 1- Informações sobre os últimos 30 municípios criados no Rio Grande do Sul.....	147
ANEXO 2 – Reportagens da Folha Popular e do Informativo de Teutônia	148
ANEXO 3 – Atas do processo emancipatório de Westfália.....	164

1 INTRODUÇÃO

Em 1988 o Brasil tinha 4182 municípios e em 2001 contava com 5564, ou seja, um incremento de mais de 32% em treze anos. Esses novos municípios em sua maioria têm menos de vinte mil habitantes, sendo que se destacam aqueles com menos de cinco mil.

Simões (2004) faz uma reflexão sobre a relação entre a dinâmica populacional brasileira e o processo de fragmentação municipal e observa que, enquanto os municípios com até vinte mil habitantes são responsáveis por 73% do total de municípios no Brasil, a participação da população brasileira nesses municípios é de 19,5%. Por outro lado, aqueles com mais de quinhentos mil habitantes respondem por apenas 0,6% dos municípios brasileiros, mas concentram 27,8% da população. Segundo o autor, esses resultados refletem, o processo de urbanização brasileira, com uma grande concentração populacional nos grandes centros urbanos, além de mostrar que o processo de fragmentação municipal brasileiro ocorreu principalmente nos pequenos municípios.

Levando-se em conta que a Constituição de 1988 conferiu liberdade para que cada estado estabelecesse legislação complementar referente à criação de municípios, o processo emancipatório se deu em intensidade diferente nos estados, ainda que a maioria das legislações estaduais fosse bastante permissiva.

O estado do Rio Grande do Sul se destacou em termos de fragmentação territorial, haja vista que em menos de dez anos criou 253 novos municípios, o que representa um incremento de 104% no estado, considerando o ano de 1987 até o de 1996. Esse número significa quase 20% do total de municípios brasileiros criados no período.

É importante ressaltar, que essas emancipações gaúchas são em sua maioria de micromunicípios. Segundo Simões (2004), em 1991 os municípios gaúchos com menos de cinco mil habitantes expressavam 19,8% e em 2001 esses municípios passaram a representar 46% do total, “o que em outras palavras significa dizer que em dez anos o número de micromunicípios no Rio Grande do Sul chegou a perfazer quase metade dos seus municípios”. (SIMÕES, 2004, p.8)

Os municípios em geral, especialmente os pequenos, possuem baixa capacidade de arrecadação própria, por isso são altamente dependentes dos repasses fiscais de outras esferas de governo, o que gera desequilíbrio para o federalismo fiscal. As transferências governamentais funcionam como um mecanismo de redistribuição de recursos para os municípios dos estados menos desenvolvidos e aqueles cuja população é pequena.

No caso dos pequenos municípios, a maior parcela dessas transferências corresponde ao Fundo de Participação Municipal (FPM). Esse fundo é uma das grandes motivações para a proliferação municipal, uma vez que não gera aumento de impostos para a população local, tão pouco acarreta maiores prejuízos ao município-mãe.

Com o intento de refrear as emancipações foi criada a Emenda Constitucional nº 15 de 1996, que restringiu a autonomia estadual sobre a questão, transferindo maiores poderes para a União. A emenda impôs requisitos que dificultaram a criação de novas municipalidades, estipulando, por exemplo, que a população do município que cede parte de seu território também tenha que participar do plebiscito.

Apesar da relevância do tema, há poucos estudos sobre a questão, sendo que a maioria dos trabalhos existentes tem caráter normativo, são contra ou a favor das emancipações municipais e por conseqüência acabam fazendo análises simplistas. Estudos como os de Tomio (2002) e Mota Júnior (2002) se abstém de um juízo de valor, entretanto, restringem a explicação da criação de municípios a uma abordagem institucionalista, focando na relação executivo-legislativo estadual.

De acordo com Tomio (2002), existem quatro tipos de atores envolvidos no processo emancipatório: **lideranças locais, eleitores, deputados estaduais e executivo estadual**. Para o autor, a explicação das emancipações reside principalmente na relação executivo-legislativo estadual, na qual tem preponderância o legislativo, uma vez que os deputados têm mais possibilidades de interromper o processo emancipacionista, ainda que geralmente não o façam, bem como, facilmente vetar uma posição contrária do governador às emancipações, caso ele não tenha uma maioria estável.

Dessa forma, as lideranças locais e os eleitores, outros dois atores envolvidos no processo, recebem pouca atenção na sua abordagem. Tomio (2002) realizou uma análise comparativa nos estados brasileiros para assim apreender o padrão das emancipações municipais, bem como, a intensidade de criação de municipalidades em cada estado. Mota Júnior (2002) fez um estudo de caso e chegou a conclusões parecidas com as do primeiro autor com relação à preponderância do legislativo sobre o executivo estadual.

O principal objetivo do presente trabalho é ressaltar a importância das *lideranças políticas locais*¹ no processo emancipacionista. Consideramos as etapas que antecedem a participação do executivo e do legislativo estadual no processo, assim como, aquelas que ocorrem concomitantemente a elas no nível local - seja a mobilização dos eleitores da

¹ Tomamos a nomenclatura de Tomio (2002) e consideramos lideranças políticas locais inclusive aquelas que até o início do processo emancipatório não tinham vínculo político-partidário.

localidade, seja a mobilização de outras lideranças e as disputas políticas decorrentes desse envolvimento - como fatores essenciais para a melhor compreensão das emancipações municipais.

Assim, optamos por estudar o papel das lideranças locais nas emancipações municipais do Rio Grande do Sul, visto que nesse estado ocorreu um incremento de mais de 100% no número de municipalidades, em menos de 10 anos. Além do mais, no Rio Grande do Sul é prerrogativa das lideranças locais iniciarem o processo de emancipação: são elas que devem apresentar o pedido de emancipação junto a Assembléia Legislativa. Diferente do que ocorre, por exemplo, em estados como Bahia e Pernambuco, nos quais são os deputados estaduais que devem formalizar o pedido.

Inicialmente pensamos em realizar um estudo comparativo entre municípios gaúchos emancipados depois da Constituição de 1988. Contudo, devido ao tempo restrito para execução da pesquisa, optamos por um trabalho exploratório. Assim, faremos um *estudo de caso* que possibilita um maior aprofundamento do objeto estudado.

Escolhemos o caso da emancipação do município de Westfália, localizado no Vale do Taquari, a 115 Km de Porto Alegre, por ser um município pequeno, de 2.716 habitantes², como a maioria dos emancipados após a Constituição de 1988. O fato de ele estar localizado na região norte do estado, também influenciou nossa escolha, uma vez que foi nessa região que ocorreu o maior número de emancipações no período.

Além disso, Westfália foi um dos últimos municípios criados antes da Emenda Constitucional n° 15 de 1996 que restringiu a autonomia estadual sobre a questão, transferindo maiores poderes para a União, com intuito de refrear o número de emancipações. O município foi um dos 30 criados em 1996, que só pôde ser instalado em 2001. Sendo assim, podemos dizer que o processo emancipatório de Westfália se estendeu por quase sete anos, visto que iniciou em 1994 e só se concretizou com a instalação do município, em 2001, superando diversos entraves.

Como recorte do objeto, escolhemos as lideranças políticas locais integrantes da Comissão Emancipacionista do município. Procuramos apontar a importância dessas lideranças na emancipação através da reconstituição da história do processo emancipatório, e, além disso, indicar as motivações que levaram esses atores a se envolverem nesse movimento.

² De acordo com a *Contagem da População 2007* do IBGE. Além do Censo Demográfico realizado a cada década, desde 1996 o IBGE faz a *Contagem da População*. Um dos fatores que influenciou o surgimento desse procedimento foi a criação de mais de 1.500 novos municípios depois da conclusão do Censo de 1991, bem como, os intensos movimentos migratórios e a aprovação da lei 8.443 de 1992, que obriga o fornecimento de estimativas populacionais anuais. (IBGE, 2007)

Destacamos também seu perfil sócio-econômico e profissional e buscamos dar indícios de quais recursos essas lideranças mobilizaram para participar da Comissão Emancipacionista e posteriormente ocupar cargos na administração municipal. Dessa forma, as questões que norteiam essa pesquisa são

Quem são as lideranças políticas locais que participaram da Comissão Emancipacionista de Westfália? O que levou essas lideranças a participarem do movimento emancipatório? Quais os interesses em jogo? Que tipo de recursos foram mobilizados por elas para entrarem no processo? Qual é a relação entre inserção social desses atores e inserção política depois da instalação do novo município?

Para recompor a história do processo emancipatório de Westfália, nosso principal instrumento de pesquisa foi um questionário semi-aberto³ aplicado junto aos integrantes da Comissão Emancipacionista do município. Essa comissão foi constituída e apresentada à Comissão de Assuntos Municipais⁴ da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1994. Cabe destacar, que no momento da nossa pesquisa dois integrantes da Comissão Emancipacionista já eram falecidos, além disso, durante as entrevistas alguns emancipacionistas ressaltaram a importância de pessoas que apesar de não terem feito parte da referida Comissão, foram essenciais para o movimento, por isso incluímos outros três nomes, que chamamos integrantes “não formais”. As atas das reuniões pró-emancipação também indicaram esses nomes.

No total, aplicamos vinte questionários, dezessete com os integrantes “formais” e três junto aos integrantes “não formais” da Comissão Emancipacionista de Westfália. Para que os entrevistados tivessem maior liberdade para responder o questionário, lhes garantimos que não iríamos citar seus nomes, caso transcrevêssemos trechos de suas respostas.

No questionário, abordamos além de características sócio-econômicas, profissionais e demográficas das lideranças locais; suas opiniões acerca dos benefícios que a criação do município trouxe para a localidade e para elas mesmas; suas explicações para o envolvimento

³ O questionário, conforme APÊNDICE 1, foi aplicado pela autora do trabalho em agosto de 2007.

⁴ A Comissão de Assuntos Municipais (CAM) é uma comissão permanente criada em 1981 “com a finalidade de constituir um fóro de estudos voltados ao fortalecimento e ampliação das receitas municipais, estimular o municipalismo e pronunciar-se sobre todos os atos envolvendo o Governo do Estado e os Municípios gaúchos”. Seu objetivo geral é “Contribuir para o desenvolvimento harmônico dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, respeitando as vocações próprias e procurando melhorar o nível de qualidade de vida da população, dos Municípios e do Estado como um todo” (CAM, 2008).

no processo; as razões que elas apontam como justificativas para o início do movimento emancipatório de Westfália.

Outra fonte de pesquisa foi uma cópia do dossiê enviado para a Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa com o objetivo de iniciar o processo. Esse dossiê traz documentos como o estudo de viabilidade do município, a ata da reunião na qual foi eleita a comissão emancipacionista, relação de eleitores, entre outros. O documento foi disponibilizado pela Secretaria da Educação e Cultura do Município de Westfália.

O jornal local, *O Informativo de Teutônia*, que acompanhou o processo emancipatório, foi outra fonte valiosa de pesquisa. Suas reportagens serviam de complemento e/ou “contra-prova” às informações recebidas junto à Comissão Emancipacionista. Contudo, quando tratamos de jornais, sobretudo jornais locais, surge a questão da qualidade das informações vinculadas.

Galves (2004) apresenta considerações sobre a utilização dos jornais locais como fontes ou até mesmo como objeto de pesquisa. O autor afirma que o mais importante não é saber se o que o jornal publica é verdade ou não, e que seu valor não diminui ou aumenta em função do grau de veracidade de suas informações, mas que justamente as opções do jornal, ou a sua leitura da realidade social e as possíveis controvérsias dessa abordagem é que devem servir de motivação para o pesquisador. Assim conclui:

Em meio às recorrentes queixas dos historiadores em relação às péssimas condições de preservação da documentação de pequenas cidades, um olhar cuidadoso sobre os jornais pode permitir a reconstrução de cenários e de relações de poder imprescindíveis para a compreensão de dinâmicas locais. Por fim, as relações políticas que caracterizam o espaço de circulação destes periódicos são compostas por outras variáveis que precisam ser consideradas: comportamento eleitoral; tradição política; relações de lideranças municipais com outras instâncias de poder e as “reações” locais mediante acontecimentos estaduais e nacionais (GALVES, 2004, p. 71).

Pelo que pudemos averiguar, *O Informativo de Teutônia* não mantinha relações políticas ou pessoais com qualquer parte dos envolvidos no processo emancipatório de Westfália, o que lhe dá certo grau de confiabilidade. O periódico tinha um espaço reservado para as notícias da administração municipal de Teutônia, mas não deixou de noticiar detalhes sobre o processo emancipacionista, como o posicionamento favorável de alguns vereadores teutonienses quanto à emancipação. A maneira como esse jornal expôs a relação da Comissão Emancipacionista com o então prefeito de Teutônia, Elton Klepker, nos deu evidências das dificuldades enfrentadas pelos emancipacionistas durante o movimento.

Os resultados das eleições municipais, bem como informações sobre filiação partidária em Westfália foram obtidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-

RS). Para a reformulação da história da emancipação de Westfália conversas informais e uma entrevista gravada com Kátia Heemann (secretária da CAM da Assembléia Legislativa gaúcha), foram importantes principalmente para a reconstrução das etapas “formais/institucionais” do processo. A secretária, que ainda atua junto a Comissão de Assuntos Municipais, disponibilizou documentos e relatou detalhes do processo que não conseguimos captar através dos depoimentos das lideranças políticas locais referidas.

Essa reconstituição histórica do processo emancipatório não foi uma tarefa fácil, visto que passaram mais de treze anos do início do movimento, e que muitos detalhes foram esquecidos pelos entrevistados, além disso, como ressaltamos, dois integrantes da Comissão já eram falecidos no momento da pesquisa, inclusive o presidente, que por muitos entrevistados foi considerado o precursor da mobilização.

Além disso, foi comum, quando questionados sobre o saldo da emancipação para o município, os entrevistados avaliarem não apenas a emancipação, mas se referirem à administração municipal que ficou no poder desde a instalação do município em 2001 até 2008. Assim, apesar de todos os líderes emancipacionistas afirmarem que a vida da população melhorou em função da emancipação, os “poréns” ou observações feitas, dependiam da posição que ocupavam no momento em que foi realizada nossa pesquisa: como contrários ou favoráveis à administração de Westfália.

Mendes (2000) que analisou a percepção dos munícipes quanto às emancipações de Torres, Guaíba e Feliz chegou à seguinte conclusão:

[...] emancipar não constitui apenas limitar geograficamente uma área, mas instituir uma organização capaz de atender os interesses daquela localidade. É neste sentido que se verifica que o munícipe louva a emancipação e critica a administração (MENDES, 2000, p. 120).

Quando o autor aponta a diferenciação que os munícipes fazem entre a avaliação da emancipação e da administração municipal certamente estava frente a uma situação parecida com a que observamos em Westfália. Independente de posição política, os entrevistados “louvam” a emancipação, ressaltando como a vida da localidade melhorou em função da independência administrativa e política adquirida. No entanto, a avaliação da administração geralmente é político-partidária. E nesses casos, aqueles envolvidos diretamente na administração municipal, tendem a ter uma posição mais positiva do que aqueles que não trabalham na administração ou lhe fazem oposição, e dessa forma, têm maior liberdade de lhe fazer críticas.

Consideramos o estudo relevante, porque se propõe a trazer contribuições para a compreensão das recentes emancipações municipais. Isto é fundamental, visto que mesmo

após a Emenda Constitucional 15/1996, muito ainda se discute sobre emancipações. Além disso, está tramitando no Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13 de 2003, que volta a dar autonomia aos estados para legislarem sobre a fragmentação territorial e, caso seja aprovada, poderemos estar próximos a mais um surto emancipacionista. Considerando que apenas no Rio Grande do Sul 124 áreas emancipandas esperam a resolução para concluírem seus processos emancipatórios e, destes, 40 se enquadram perfeitamente nos critérios de população e extensão territorial previstos nessa PEC (CAM, 2007).

Tomio (2005, p. 115) já lançou a hipótese de um novo surto emancipacionista, em decorrência de uma nova institucionalidade descentralizadora:

Sem a alteração do regime político, a recentralização das regras através da Emenda 15/96 alterou o arranjo institucional que favorecia a fragmentação. Isto só foi possível porque o executivo federal vinculou a mudança constitucional à estabilidade fiscal. No entanto, como os estímulos fiscais aos eleitores locais e a lógica sobre as expectativas eleitorais dos parlamentares estaduais não foram modificados, novas decisões favoráveis às emancipações municipais provavelmente ocorrerão após o Congresso Nacional regulamentar a emenda 15/96.

Se depender da vontade da Comissão de Assuntos Municipais (CAM) da Assembléia Legislativa gaúcha, uma legislação que dê competência aos estados para legislar sobre as emancipações não tardará. Segundo o Aloísio Classmann, ex- presidente da referida comissão: “É justo que a competência de análise e decisão sobre as emancipações volte às Assembléias estaduais, que têm o conhecimento da realidade de seus respectivos municípios” (CAM, 2007).

Na opinião de Melo (1996, p. 16):

A multiplicação dos municípios no país deve merecer reflexão sistemática por duas ordens de consideração: pelo impacto fiscal causado pela multiplicação de estruturas administrativas e instâncias político-institucionais (secretarias municipais, câmaras de vereadores, etc.) no âmbito local sem a contrapartida de geração de riquezas; e pela existência de um número extremamente elevado de unidades subnacionais supostamente potencializaria as dificuldades de coordenação federativa no país.

Em suma, nosso trabalho tem basicamente três objetivos: 1) A partir da reconstituição do processo emancipatório mostrar a importância das lideranças políticas locais no processo emancipacionista de Westfália (RS); 2) Apontar o que levou essas lideranças a empreenderem essa ação coletiva, e que tipo de retribuições obtiveram por se envolverem no movimento; e 3) Indicar o perfil sócio-econômico e profissional das lideranças locais e apontar a relação que existe entre inserção social e inserção política desses atores.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro fizemos uma breve apresentação do nosso trabalho. No capítulo 2, vamos esboçar as etapas do federalismo

brasileiro, para salientar que apesar dos momentos de extrema centralização e descentralização política, o poder local sempre se manteve vivo, além disso, indicaremos o que alguns autores entendem como poder local no Brasil. Ainda nesse capítulo faremos a apresentação das regras constitucionais que trataram das emancipações municipais ao longo do tempo, e abordaremos a evolução dos municípios gaúchos.

No capítulo 3, faremos uma revisão das principais referências teóricas que tratam das emancipações municipais no Brasil. Feito isso, vamos apresentar o município alvo de nosso estudo, bem como seu perfil sócio-econômico, para depois mostrarmos o papel que as lideranças locais desempenharam durante o processo emancipatório de Westfália.

No capítulo 4 adentramos na análise da Comissão Emancipacionista propriamente, buscamos compreender os motivos que levaram ao surgimento do movimento emancipacionista em Westfália, considerando para isso, a perspectiva de Gaxie (2005) que sugere as retribuições simbólicas como um fator explicativo para o engajamento numa ação coletiva. Além disso, apresentaremos como se dá a relação entre inserção social e inserção política dessas lideranças locais, dentro da Comissão Emancipacionista e na administração municipal. Por fim, apresentaremos nossas principais conclusões.

2 O MUNICÍPIO NO BRASIL E A QUESTÃO FEDERATIVA

O presente capítulo está dividido em três partes. Primeiramente vamos apresentar como se comportou o poder local nas diversas etapas pelas quais passou o federalismo brasileiro, no sentido de mostrar sua importância, inclusive nos períodos de extrema centralização política. Na segunda parte, descreveremos como as diversas constituições brasileiras tratam a questão da criação de municípios, e apontaremos a evolução dos municípios no Rio Grande do Sul, estado que se destacou na fragmentação territorial pós Constituição de 1988. Na terceira, faremos algumas considerações acerca do *status* de ente federativo que foi conferido ao município depois de 1988 e apresentaremos o Fundo de Participação Municipal (FPM), forte motivação das recentes emancipações.

2.1 As “sístoles e diástoles”¹ do poder na história do federalismo brasileiro

A partir da retomada de parte da história brasileira, procuramos mostrar as transformações do nosso federalismo, cuja trajetória é marcada por momentos de centralização alternados por momentos de descentralização do poder. Essa recapitulação é importante, pois ajuda a compreender de maneira geral, como se comportaram as forças do poder local em cada uma dessas etapas, e assim, é possível mostrar a importância que o município teve no Brasil ao longo do tempo. Os períodos de centralização geralmente são identificados ao autoritarismo e os de descentralização relacionados aos avanços democráticos.

Desde a sua criação, o grande dilema do federalismo brasileiro, consiste em acomodar as clivagens regionais, caracterizadas por enormes desigualdades. No entanto, é incorreto pensar que nos períodos de centralização do poder, essas clivagens deixaram de existir. Na realidade, nesses momentos simplesmente ocorreu uma redefinição do padrão de relacionamento entre as esferas. Como afirma Souza (1996, p.104), “a razão de ser do federalismo brasileiro sempre foi, e continua sendo, uma forma de acomodação das demandas

¹ O General Golbery do Couto e Silva (chefe da Casa Civil do governo Geisel) - responsável pela formulação da estratégia de abertura política durante a ditadura militar - foi quem se apropriou dos termos físicos “sístole” e “diástole” (fases do ciclo cardíaco) para explicar as oscilações entre a centralização e descentralização do poder ao longo da história política brasileira. Ainda que alguns estudiosos como Alberto Torres e Oliveira Vianna já tivessem constatado esse movimento pendular da nossa história. (CORREIO BRAZILIENSE, 2008).

de elites com objetivos conflitantes, bem como, um meio para amortecer as enormes disparidades regionais”.

Durante o Brasil Colônia, Portugal não conseguiu uma centralização político-administrativa capaz de ordenar a ação dos diversos grupos privados espalhados pelo território brasileiro. O Estado era rarefeito e não tinha condições de se fazer presente em todas as localidades, devido à extensão territorial.

Segundo Abrúcio (1998), somente no período Imperial foi possível a construção de um poder central forte capaz de assegurar a unidade territorial e construir um sentimento de nacionalidade no país. Mesmo assim, como destaca Andrade (2004), a concentração de recursos nas mãos do poder central era insuficiente para garantir o controle sobre o que se passava nas inúmeras e longínquas localidades. Com o intuito de se antepor ao poder provincial, o poder central acabou prejudicando também o poder municipal: “durante a Monarquia, o município esteve debaixo da tutela do poder provincial e do governo geral” (ANDRADE, 2004, p. 208).

A partir da Constituição de 1891 foi adotada a estrutura federativa, rompendo com a tradição do unitarismo imperial. O regime nasceu em função do descontentamento das províncias com o centralismo imperial, o principal objetivo era a autonomia política. No caso brasileiro, portanto, a federação não buscava a associação dos estados para a defesa comum, como ocorreu nos Estados Unidos², mas almejava autonomia.

Resende (1990) ressalta que a federação que foi institucionalizada com a Proclamação da República, não é uma imitação ou um acidente, mas um fato histórico. O autor mostra como a busca por autonomia política, por parte das províncias, já era recorrente desde a Constituinte de 1823; como a Confederação do Equador de 1824, que tinha forte inspiração descentralizadora, foi duramente reprimida; e a repercussão do Ato Adicional de 1834 que modificava a Constituição de 1824, com o objetivo de dar mais autonomia para as províncias³.

Desde a instalação da Assembléia Constituinte de 1823 é recorrente o apelo à federação, nem sempre articulado como uma proposta republicana, haja vista o esforço da maioria do Senado e da minoria da Câmara dos Deputados em 1832 para fazer cair o parágrafo do projeto da Câmara que diz: ‘O governo do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa’ (RESENDE, 1990, p.28).

² É por isso que Rui Barbosa, o principal idealizador do federalismo brasileiro, dizia que no Brasil a União nasceu antes que os Estados (ABRÚCIO, 1998).

³ Autonomia que nem todas as províncias conseguiram de início, veja a Guerra dos Farrapos, que começou com o intuito de alcançar autonomia regional, que o ato não assegurou.

Na República Velha (1891/1930), sob a “política dos governadores” de Campos Sales, não foi possível estabelecer uma relação de interdependência entre a União e os Estados. O que existia era um grande desequilíbrio federativo, dois estados fortes (São Paulo e Minas Gerais), frente à frágil União e os demais estados, totalmente débeis e dependentes do Tesouro Federal. O Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) lideravam a política do país, na chamada política do café com leite. Segundo Abrúcio (1998, p.40) o federalismo no Brasil nasceu dissociado da República: “O federalismo da Primeira República foi o reino das oligarquias, do patrimonialismo e da ausência do povo no cenário político. Ou seja, anti-republicano por excelência”.

Nesse mesmo período, foi consagrado o sistema político que Leal (1986) chamou de coronelismo, que se baseava numa complexa rede de relações que ia desde o coronel até o presidente da República, envolvendo relações de compromisso. De acordo com o autor, esse sistema surge da convergência de um fato político, o federalismo, com uma conjuntura econômica, a decadência econômica dos fazendeiros.

Durante o Império, o presidente da Província, encarregado de fazer o elo entre o Poder Central e as bases locais, era indicado pelo governo central. Podia, por isso, ser removido a qualquer momento. Já na República, surge um novo ator político, o presidente de estado que era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, ou seja, era o chefe da política estadual, em torno dele é que se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes.

A decadência econômica ocasionava o enfraquecimento dos coronéis em face de seus dependentes e rivais, por isso, a manutenção do poder passava a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O sistema funcionava basicamente assim: o governo estadual garantia o poder do coronel em nível local, sobretudo oferecendo-lhe o controle dos cargos públicos. Em contrapartida, o coronel hipotecava seu apoio ao governo, principalmente na forma de votos. O presidente de Estado dava seu apoio ao presidente da República, que, por sua vez, reconhecia o poder do presidente de Estado.

A República Velha acabou num cenário de crítica ao modelo oligárquico, o discurso liberal pelo voto secreto e pela moralização das eleições ganhou força no decorrer da década de 20. Além disso, é importante para o fim desse período, a dissensão do pacto chamado “café com leite”, quando Minas Gerais se aliou ao Rio Grande do Sul e a Paraíba, rompendo a aliança com São Paulo (ABRÚCIO, 1998).

O período de 1930 a 1945 foi marcado pelo contínuo fortalecimento do Estado nacional e pela concentração do poder nas mãos do poder executivo. Houve a necessidade de um controle maior sobre as tendências centrífugas advindas das pressões regionais. Segundo Campello de Souza (2006), esse foi um período de centralização, em comparação com a Primeira República. O auge da centralização foi o Estado Novo que vigorou de 1937 até 1945, período no qual se destacaram políticas de reforço do Estado e restrições ao excessivo federalismo.

Mas mesmo nesse período de centralização, as forças regionais não deixaram de existir, apenas foram reacomodadas. Essa realocação foi facilitada, em grande medida, devido ao federalismo que Camargo (2001) chamou de acorrentado, uma vez que o regime de cúmplice da hegemonia oligárquica passou rapidamente a ser íntimo do autoritarismo centralista.

De acordo com Campello de Souza (2006), de 1934 a 1937 houve um retorno à política regionalista no estilo da República Velha. Porém, a partir de 1937 foi possível maior centralização do poder.

Durante todo o Estado Novo, a organização do poder em todo o espaço geográfico repousava no binômio interventorias – departamentos administrativos estaduais: um arranjo em que tanto a competição como a cooperação entre os dois pólos podiam ser manipulados com relativa facilidade pelo governo da União dentro da estratégia global de implantação de um poder centralizado (CAMPELLO DE SOUZA, 2006, p.18).

Através da cooptação política, o governo central reacomodava as clivagens regionais, que como foi dito, mesmo nesse momento continuavam se manifestando. Para Abrúcio (1998, p. 44), no entanto, “no Estado Novo foi abolido completamente o federalismo”.

Segundo Melo (1993), quanto a questão do municipalismo, a Constituição de 1937 envolve um paradoxo. Por um lado, restringiu a autonomia financeira municipal, proibindo, por exemplo, o endividamento externo dos municípios, nesse sentido foi extremamente centralizadora. Por outro lado, elegeu o município como “órgão constituinte de poderes”.

Esse paradoxo se desfaz, de acordo com Melo, quando levamos em conta o tipo de municipalismo que as elites autoritárias da Era Vargas defendiam. Essas elites criticavam o modelo liberal de representação e se apoiavam numa concepção plebiscitária e corporativa de representação política:

Nessa concepção, o município - matriz básica da sociedade política – está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central. Sem mediações – de instâncias territoriais ou político-partidárias que distorçam essa identidade de fins, a articulação entre os dois níveis está assegurada pela centralização, que aproxima e reúne os dois pólos (MELO, 1993).

No intervalo democrático, que vai da Constituição de 1946 ao golpe militar de 1964, houve o restabelecimento da dimensão jurídico-institucional do federalismo, com a redefinição das relações entre poderes regionais e poder central. Foram criados partidos nacionais e houve a ampliação da participação eleitoral.

Nesse período, as relações entre as unidades da Federação se tornaram menos desequilibradas comparadas com o quadro da Primeira República: aumentou a multipolaridade do sistema, rompendo-se a bipolaridade característica da República Velha.

O início dos anos 60 é caracterizado por uma crise institucional, marcada por crescente paralisia decisória. Com o golpe militar de 1964, inicia o período autoritário, ou como Linz (1973) prefere chamar, situação autoritária, uma vez que a competição política foi mantida, visando dar legitimidade eleitoral para poder controlar a liberalização do regime, quando fosse a hora.

Com a Constituição de 1967, houve extrema centralização do poder e dos recursos políticos. Ainda assim, o poder dos estados não pôde ser ignorado. Na realidade, eram os estados que davam a sustentação para o regime, e em grande medida, explicam a sua longevidade. “A necessidade de compatibilizar as ações dos estados com as diretrizes da união não significou, em nenhum momento, a alteração profunda do *status quo* das oligarquias regionais ou da lógica de sobrevivência das elites locais” (ABRÚCIO, 1998, p. 76).

O objetivo do modelo unionista-autoritário era tornar o poder do Governo Federal incontestável no jogo federativo, por isso, procurava enfraquecer o poder estadual, subordinando-o ao Poder Central. Segundo Abrúcio (1998, p. 80), “o enfraquecimento da autonomia estadual tinha alvo preciso: retirar o poder dos governadores, grande contrapeso ao Governo Federal ao longo de nossa história federativa”. Nesse período houve o fortalecimento do poder dos municípios, “a maioria dos municípios continuava com eleições regulares e por meio delas surgiram movimentos e partidos de oposição que se fortaleceram em fins do regime militar” (MOTA JR, 2002, p.35).

O marco do processo de democratização acontece com as eleições para governadores de Estado em 1982, desta vez eleições diretas, que legitimaram a soberania popular. O ideal da democratização trouxe consigo a bandeira da descentralização política, fiscal e administrativa e da “restauração” do federalismo que foi consagrado pela Constituição de 1988. O município foi elevado à condição de ente federativo, o que caracteriza o Brasil como

um dos países mais descentralizados na distribuição de recursos tributários e de poder político.

Campello de Souza (2006) conclui que no desenvolvimento político brasileiro, os blocos regionais de poder firmaram-se como forças organizacionais decisivas no confronto à ação do Estado nacional. E que são recorrentes os obstáculos na política brasileira à implementação de partidos nacionais e para a superação de um sistema partidário formado majoritariamente por partidos fundamentalmente clientelísticos.

Camargo (2001) argumenta que a sobrevivência do federalismo brasileiro se deve a sua maleabilidade, que lhe dá a capacidade de se adaptar às diferentes situações: “Sua sobrevivência discreta deve-se ao seu providencial efeito sanfona, que lhe oferece maleabilidade e capacidade natural de adaptar-se a ondas sucessivas de centralização e descentralização” (CAMARGO, 2001, p. 70). Como síntese, podemos tomar as palavras de Mota Jr. (2002, p. 39):

A federação oscilou entre períodos de sístoles e diástoles em que nas duas formas houve a ausência de soberania popular, republicanism, equilíbrio das forças políticas para a consolidação de um estado nacional forte e somente nos últimos anos, ou seja, após a Constituição de 1988 é que temos alguns avanços. A criação de municípios e a sua nova configuração pós 1988 traz novas perspectivas de análise que poderão demonstrar os equívocos e os eventuais acertos de nosso federalismo.

2.2 As regras constitucionais de criação dos municípios brasileiros e a evolução das emancipações municipais no Rio Grande do Sul

Desde a Proclamação da República tivemos seis Constituições federais, sendo que só a partir da Constituição de 1967 começaram a ser fixadas regras mais claras sobre a questão da criação de municípios. Até então, as Constituições deixavam que os estados disciplinassem sua composição territorial e administrativa.

Somente com o AI 2, de 1965 é que a união passou a tratar da criação de municípios, conforme o artigo 2: “Somente poderão ser criados Municípios novos depois de feita prova cabal de sua viabilidade econômico-financeira, perante a Assembléia Legislativa”.

Por sua vez, a Lei Complementar nº 1 de 1967 passou a estabelecer os requisitos mínimos de população, renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios:

Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos: I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado; II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população; III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas); IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos. (BRASIL, 1967)

Tratava-se, portanto, de uma legislação bastante restritiva e fortemente centralizada nas mãos da União. A partir da Constituição de 1988, a prerrogativa da fragmentação territorial passou a ser regulamentada por lei estadual, de acordo com o artigo 18, inciso 4º da Constituição:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas” (BRASIL, 1988).

Essa Constituição inovou ao transferir para o âmbito estadual a especificação dos requisitos para as emancipações municipais, limitando-se a impor prévia consulta às populações diretamente interessadas e a preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano. Cabe destacar que a Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi atuante durante a Constituinte, tendo influenciado no texto constitucional sobre a questão.

A flexibilidade do texto constitucional provocou uma corrida emancipacionista, que resultou no incremento, em menos de uma década, de 32% no número de municípios brasileiros. Com o intuito de refrear as emancipações, foi criada a Emenda Constitucional nº 15 de 1996 que restringiu a autonomia estadual sobre a questão, transferindo maiores poderes para a União. Assim, essa emenda deu nova redação para o inciso 4º do artigo 18 da Constituição:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma de lei. (BRASIL, 1996).

Esses requisitos dificultaram a criação de novas municipalidades, estipulando que a população do município que cede parte de seu território também tenha que participar do plebiscito. Além disso, foi apontada a necessidade da apresentação de estudos que atestassem a viabilidade do desmembramento dos novos municípios.

No caso do Rio Grande do Sul, essa legislação impediu totalmente a formação de novos municípios, os últimos criados foram antes da Emenda Constitucional nº 15 de 1996.

Entretanto, já está tramitando no Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13 de 2003, que volta a dar autonomia aos estados para legislar sobre a fragmentação territorial. Esta lei estabelece o prazo para a criação de novos municípios, e exige apenas a participação da população diretamente interessada no plebiscito.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, se farão por lei estadual, até doze meses antes da realização das eleições municipais, nos termos de Lei Complementar Estadual, que deverá determinar os seguintes requisitos mínimos essenciais, além daqueles que cada Unidade da Federação definir: I – área mínima de cem quilômetros quadrados do Município emancipando, desde que o Município de origem fique com pelo menos esta área; II – aprovação por consulta prévia apenas à população da área emancipanda, mediante plebiscito; III – elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade do Município emancipando (SENADO FEDERAL, 2003).

Por isso, caso seja aprovada a PEC nº 13, poderemos assistir a um novo surto emancipacionista, visto que, somente no Rio Grande do Sul 40 localidades se enquadram perfeitamente nos critérios de população e extensão territorial da PEC, e apenas aguardam a aprovação dessa legislação para iniciarem os seus processos emancipatórios, segundo informações obtidas junto à CAM.

Para entendermos o processo de fragmentação territorial no qual o Rio Grande do Sul se envolveu no período posterior à Constituição de 1988, faz-se necessário reconstituir a história da formação territorial do estado.

A primeira estrutura administrativa territorial da Província de São Pedro que foi estabelecida em 1809, contava com quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Desde então, o território do estado sofreu várias alterações, e hoje, o Rio Grande do Sul totaliza 496⁴ municípios.

Como podemos ver no **Gráfico 1**, a criação dos municípios gaúchos não ocorreu de maneira constante, sendo que o maior incremento no número de municipalidades se deu em dois momentos, que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1970, e principalmente a partir de 1980 até 1996. Depois de 1996, nenhum município foi criado, em função da legislação mais restritiva.

Segundo Tomio (2002c, p.5), essa semelhança entre os dois momentos não é casual, uma vez que nesses dois períodos democráticos tivemos “as mesmas variáveis políticas, contexto institucional e relação de forças entre legislativo e executivo estadual favorável à criação de novos municípios”. O autor lembra que a autonomia política estadual só foi interrompida durante o regime militar e após a Emenda 15/1996, e que a transferência de

⁴ Seriam 497, mas o município Pinto Bandeira criado em 1996, não foi instalado e voltou a ser distrito.

recursos fiscais entre a União e os municípios foi mantida, ainda que de forma restrita, inclusive durante a ditadura militar.

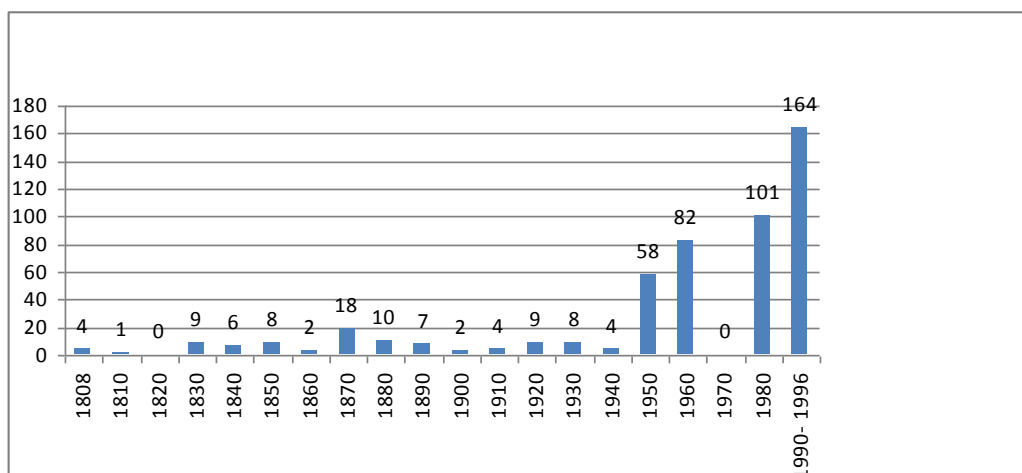


Gráfico 1 – Evolução dos municípios gaúchos (1809-1996)

Fonte: Comissão de Assuntos Municipais (2002)

Como já fizemos referência, o Rio Grande do Sul se destacou no processo de fragmentação territorial pós-1988, correspondendo a quase 20% do total dos municípios brasileiros criados no período. Se considerarmos o intervalo entre 1987⁵ e 1996, o estado aumentou em 253 o número de seus municípios, o que representou um incremento de 104% em menos de dez anos. Esse considerável aumento é em grande parte determinado pela legislação gaúcha da época, altamente permissiva: trata-se da Lei Complementar 9.070 e a 9.089 de 1990. De acordo com o artigo 2 da Lei Complementar 9.089 de 1990:

Nenhum município será criado sem verificação da existência, na área emancipanda, dos seguintes requisitos: I - população estimada não inferior a 5.000 (cinco mil) habitantes; ou II - eleitorado não inferior a 1.800 (um mil e oitocentos) eleitores; III - o mínimo de 150 (cento e cinquenta) casas ou prédios em núcleo urbano já constituído ou de 250 (duzentos e cinquenta) casas ou prédios, no conjunto de núcleos urbanos situados na área emancipanda; IV - condições reais de desenvolvimento, que serão avaliadas justificadamente pela Assembléia Legislativa do Estado. (RIO GRANDE DO SUL, 1989)

Mesmo com uma legislação estadual tão permissiva, há quem sustente que nem esses requisitos básicos foram plenamente satisfeitos. Pinheiro e Motta (2003b) apresentam algumas inconsistências no processo emancipatório dos últimos 30 municípios⁶ criados no Rio Grande do Sul. Segundo os autores, em nenhum dos casos analisados ficou comprovada a viabilidade da área emancipanda, nem que a área remanescente do município de origem não

⁵ Quando a legislação de 1967 passou a ser desconsiderada no Estado.

⁶ No ANEXO 1 consta a lista com os últimos 30 municípios criados no RS.

ficaria prejudicada, dois dos requisitos que deveriam ser respeitados para a emancipação de uma localidade.

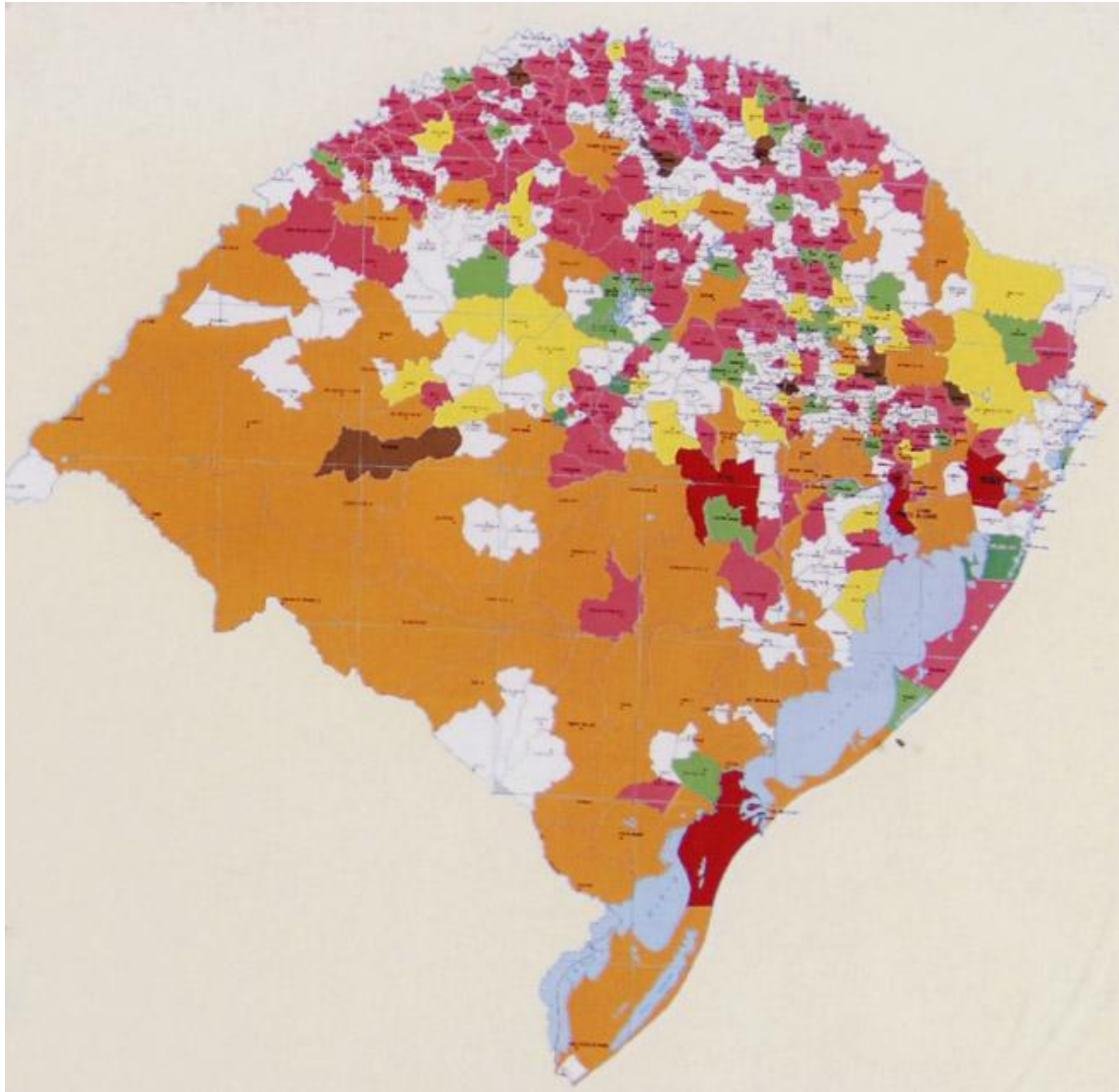
Analisando os dossiês do processo de emancipação desses 30 municípios, que são compostos por uma série de documentos exigidos pela Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa, para dar início ao processo emancipacionista, os autores notaram uma série de incoerências. Um exemplo, é a diferença nas justificativas para a criação do município apresentadas pela Comissão Emancipacionista e aquelas apontadas nos estudos de repercussão realizados pelas universidades atestando a viabilidade das emancipações, mas segundo Pinheiro e Motta (2003b, p. 742):

O que mais chama a atenção é a total despreocupação com os aspectos orçamentários, financeiros e fiscais, tanto do novo município quanto do município-mãe. Efetivamente a análise dos dossiês deixa claro não haver qualquer racionalidade objetiva ao longo das várias fases dos processos de emancipação. O que a análise indica é que os processos *são muito mais um jogo de interesses políticos do que propriamente a satisfação de necessidades concretas dos emancipandos* (grifos nossos).

Além da criação de municípios não ter sido constante durante o tempo, também não ocorreu de forma igual no território gaúcho, sendo o norte do Rio Grande do Sul caracterizado por uma grande fragmentação territorial, enquanto no sul esse processo se deu em menor intensidade (ver **Mapa 1**). Para Tomio (2002, p. 124):

as desigualdades entre as duas regiões foram reproduzidas no processo emancipacionista gaúcho. Na década de noventa, para cada município criado na metade sul do estado foram emancipados, aproximadamente, quatro municípios na região norte. Nos anos oitenta o desequilíbrio foi ainda mais acentuado. Como resultado dessa disparidade, o norte do estado, mais rico, povoado e industrializado, passou a ampliar a participação das transferências fiscais em seus municípios. Fato que se agravou quando os recursos do FPM foram divididos por cotas estaduais fixas.

Em 1993, técnicos da Secretaria do Planejamento do Rio Grande do Sul alertavam para a necessidade de um planejamento no Estado relativo às emancipações, visto que “a região norte, com a emancipação dos 94 municípios, aumentou a sua participação de 1,10 para 1,81 dólar/per capita de retorno do FPM” (CAM, 1993b). Por conseqüência, diminuiu a participação da região sul no fundo, e acentuou ainda mais as diferenças econômicas entre as duas regiões.



Constituição Federal	RS Municípios Criados	BRASIL Municípios Criados
Res. Régia de 1809	04	*
1824	54	*
1891	25	*
1934	09	*
1946	140	1967
1967	41	2282
1988	224	1612
	Total 497	5561

Mapa 1 - As constituições federais e o surgimento dos municípios

Fonte: Comissão de Assuntos Municipais (2007b)

Essa diferenciação das regiões norte e sul do estado é histórica. De acordo com Fonseca (1983, p. 51), a formação das duas regiões respondeu por dinâmicas e racionalidades bem distintas.

Vários autores já ressaltaram o contraste entre os latifúndios que estão presentes ao sul do Rio Grande e a pequena propriedade que domina o norte do Estado, especialmente na Serra. Esta diferença possui razões históricas, pois enquanto a colonização da fronteira se deu paralelamente com a criação do gado e com a doação de grandes extensões de terra, a doação para os imigrantes foi de extensão bem menor: entre 1740 e 1760, 2.000 casais açorianos localizaram-se no Rio Grande, cada um recebendo cerca de 272 ha, nos quais praticaram culturas de subsistência, e mais tarde o trigo. De 48 a 77 ha receberam os alemães, chegados em 1824; e cerca de 24 ha receberam os italianos, cujo fluxo imigratório começou em 1875.

O autor mostra ainda como acontece a estagnação econômica da Campanha (região sul) e a ascensão da Serra e do Planalto (região norte), a partir da República Velha. Durante o Império, o charque produzido na campanha era o principal produto de exportação da economia gaúcha. No entanto, os produtos do norte como a banha, o trigo e outros produtos agrícolas começam a ganhar destaque econômico, ainda que a maioria desses produtos não fosse para exportação. Nota-se, portanto, que o charque não conseguiu acompanhar o crescimento da economia, frente aos demais produtos gaúchos. Além disso, o que determinou a diferenciação entre as regiões foi o fato de a Campanha não ter oferecido outro produto para ocupar o lugar do charque (FONSECA, 1983).

Segundo a Comissão de Assuntos Municipais (CAM) da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (2002, p. 91) “a formação dos municípios esteve condicionada essencialmente ao fator povoamento”. E o povoamento, por sua vez, teve relação com o tipo de atividade desenvolvida em cada região, de um lado zonas agrícolas de mata densamente ocupadas e, do outro, áreas de campo esparsamente povoadas, que “vieram estabelecer regiões geográficas distintas, as quais deram origem a tipos de municípios peculiares e tiveram uma influência definitiva na configuração político-administrativa do Rio Grande do Sul” (CAM, 2002, p. 93).

Por sua vez, Simões (2004, p.3) aponta que a expressiva fragmentação municipal que se deu no Estado após 1988 não foi acompanhada por igual ritmo de crescimento de sua população. No Rio Grande do Sul, a taxa de crescimento dos municípios no período de 1991 – 2000 foi de 4,1%, enquanto a taxa de crescimento populacional ficou em apenas 1,1%. Logo, para o autor não foi o crescimento populacional que causou tamanha fragmentação territorial.

2.3 O município como ente federativo, o Fundo de Participação Municipal (FPM) e outras receitas municipais

A Carta Constitucional de 1988 elevou o município à categoria de ente federativo, nunca na história republicana brasileira os municípios tinham adquirido tanta autonomia política. Comparando o Brasil com outros países, vemos que ele é a única federação com três níveis políticos autônomos: a união, os estados e os municípios.

Do ponto de vista tributário, os maiores beneficiários da descentralização de poder decorrente da Constituição foram os municípios. Além disso, esses entes adquiriram certa liberdade para alocar seus recursos próprios, bem como, administrá-los. No entanto, como chama a atenção Souza (1996), nem todos os municípios e estados brasileiros se encontram em posição mais favorável a partir da descentralização.

Para Camargo (1994), apesar da Constituição de 1988 ter consagrado o princípio federativo, na medida em que fortaleceu financeiramente os estados e municípios, não conseguiu completar a engenharia institucional necessária para dar organicidade a um processo de descentralização que precisa atender a um país marcado por extremas diversidades e por uma extensão continental. O maior problema do modelo de federalismo que vigora desde 1988, segundo a autora, é a indefinição das competências de cada ente federativo, o que faz com que ocorram superposições de responsabilidades administrativas.

Souza (2005) considera que a Constituição de 1988 fortaleceu a federação na medida em que promoveu maior equilíbrio entre os seus entes constitutivos. Entretanto, para a autora, ainda há grandes problemas a serem enfrentados pelo nosso federalismo: (a) o alto grau de desigualdade entre as regiões, apesar das medidas constitucionais que procuram diminuí-la; (b) a restrita capacidade de iniciativa dos governos estaduais, principalmente no que diz respeito a investimentos, sendo que os estados ficam quase que exclusivamente atrelados às determinações da união; e (c) a escassa existência de mecanismos de cooperação e coordenação intergovernamentais, o que favoreceria a competição entre os entes, horizontal e verticalmente.

O aumento do número de entes federativos municipais, decorrentes do intenso processo de fragmentação pós-1988 pode ser considerado outro problema para o equilíbrio federativo, devido à baixa capacidade de arrecadação da maioria dos municípios criados. Na opinião de Tomio (2005), poucos são os municípios que têm condições de exercer sua autonomia política, gerar recursos fiscais, administrar as demandas locais e executar políticas públicas.

Isso devido à ausência de variações na definição das funções e competências dos municípios, pela via constitucional ou por delegação dos estados, o que cria expectativas irrealizáveis na maior parte dos governos locais.

Os pequenos municípios comportam-se mais como grupos de interesse com *status* público do que como organizações governamentais. As grandes municipalidades são proibidas de gerir políticas que poderiam executar com maior racionalidade, eficácia e controle público do que as esferas mais abrangentes (TOMIO, 2005, p. 103).

Portanto, para esse autor as municipalidades deveriam ter suas funções e responsabilidades estipuladas de acordo com seu tamanho e potencialidades. Os municípios não poderiam ser julgados e exigidos da mesma forma.

No entanto, alguns autores defendem que em função da descentralização política ocorrida com a nova Constituição, e principalmente devido às recentes emancipações, a vida de muitos municípios melhorou. Klering (2001), um dos entusiastas das emancipações, considera que elas foram altamente positivas para as localidades. Analisando o desempenho dos municípios gaúchos criados a partir da década de 80, o autor constata que o nível de desenvolvimento da maioria, nos últimos dez anos, foi maior do que o registrado pelo estado do Rio Grande do Sul como um todo. E acrescenta que tal desenvolvimento não seria possível, se tais municípios não tivessem se emancipado.

Outro apoiador das emancipações é Riela (1995), que foi presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1993 a 1995. O autor sustenta que impedir uma comunidade de se emancipar, quando ela tem condições legais para isso, é prestar um desserviço à cidadania e cometer um atentado ao sonho de ascensão dessas localidades. De acordo com Riela (1995, p. 5): “a febre emancipacionista contagiou de entusiasmo cívico populações inteiras dos mais remotos rincões do Estado e produziu resultados animadores no balanço das conquistas sociais do povo gaúcho”.

O Fundo de Participação Municipal, mecanismo de redistribuição de recursos da união para os municípios brasileiros, é um dos grandes incentivos para as emancipações municipais. Ainda que não tivesse esse nome, ele foi criado na Constituição de 1946, sobreviveu à ditadura militar e saiu revigorado com a Constituição de 1988, como veremos.

Na Constituição de 1946 (artigo 15, inciso 4º), ficou definido que 10% da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza seriam distribuídos em partes iguais aos municípios (excluídas as capitais), sendo que pelo menos a metade desse recurso deveria ser aplicada em benefícios de ordem rural (BRASIL, 1946).

Por sua vez, a Emenda Constitucional nº5 de 1961, determinou o aumento da participação dos municípios de 10% para 15% nesses impostos, além de acrescentar ao fundo, 10% da receita sobre o imposto de “*consumo de mercadorias*”.

A Emenda Constitucional nº18 de 1965, estipulou o nome FPM e declarou que ele seria composto por 10% do Imposto de Renda (IR) e 10% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Já o Ato Complementar 40/1968, determinou que apenas 5% do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados fossem destinados ao FPM, o mesmo ficou definido na Emenda Constitucional nº 1/1969 (artigo 25). A partir da segunda metade da década de 1970, os repasses ao fundo foram crescendo paulatinamente. A Emenda Constitucional nº 5 de 1975 definiu que 9% do Imposto de Renda e do IPI recolhidos pela União seriam repassados ao FPM; a Emenda nº 17/1980 aumentou para 11% esse percentual; a Emenda Constitucional nº 23/1983 decretou que fosse 16% e a Emenda nº 27 de 1985, elevou para 17% do IR e do IPI, os repasses ao FPM.

Na Constituição de 1988, ficou definido que 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre rendas e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados seriam destinados aos municípios através do Fundo de Participação dos Municípios. Esse valor passou para 23,5%, depois de muita negociação, por definição da Emenda Constitucional nº 55 de 2007.

	Fundo de Participação Municipal
Const. 1946 (art. 15, § 4º)	10% do IR (em partes iguais para os municípios do interior) obs: metade dessa importância deve ser aplicada em benefícios de ordem rural
EC nº 5/1961	15% do IR + 10% do ICM
EC nº 18/1965 Criou o FPM	10% do IR e do IPI
Ato complementar 40/68 (art.26)	5% do IR e do IPI
EC nº 1/1969 (art.25)	5% do IR e do IPI
EC nº 5/1975 (art.25)	9% do IR e do IPI
EC nº 17/1980 (art.25)	11% do IR e do IPI
EC nº 23/1983 (art.25)	16% do IR e do IPI
EC nº 27/1985 (art.25)	17% do IR e do IPI
Const. 1988 (art. 159)	22,5% do IR e do IPI
LC federal 62/1989	Estabeleceu parcelas fixas de participação para os estados brasileiros
EC nº 55/ 2007 (art. 159)	23,5% do IR e do IPI

Quadro 1 – A evolução do FPM

Fonte: Constituições e Emendas Constitucionais Brasileiras

A distribuição do FPM é dividida em três partes: 10% são destinados às capitais dos estados, a partir da população e renda *per capita*; 86,4% são distribuídos aos municípios do interior através de cotas que levam somente em consideração a população municipal; e 3,6% destinam-se aos municípios do interior com população superior a 156.216 habitantes, a partir de critérios semelhantes aos dos municípios que são capitais (TOMIO, 2002).

Até a LC federal 62/89 quanto mais municípios um estado tivesse, maior era sua participação no fundo, uma vez que o FPM era dividido entre todos os municípios brasileiros. O único critério era o populacional: cada município recebia um coeficiente de participação, de acordo com o seu índice populacional (conforme **Quadro 2**). Isso igualava as transferências das cotas do FPM para todos os municípios brasileiros de uma mesma faixa populacional.

Faixa de População	Coefficiente	Faixa de População	Coefficiente
Até 10.188	0,6	De 61.129 a 71.316	2,4
De 10.189 a 13.584	0,8	De 71.317 a 81.504	2,6
De 13.585 a 16.980	1,0	De 81.505 a 91.692	2,8
De 16.981 a 23.772	1,2	De 91.693 a 101.880	3,0
De 23.773 a 30.564	1,4	De 101.881 a 115.464	3,2
De 30.565 a 37.356	1,6	De 115.465 a 129.048	3,4
De 37.357 a 44.148	1,8	De 129.049 a 142.632	3,6
De 44.149 a 50.940	2,0	De 142.633 a 156.216	3,8
De 50.941 a 61.128	2,2	Além de 156.216	4,0

Quadro 2 - Coeficientes do FPM (Municípios do Interior) por faixa de população

Fonte: Tribunal de Contas da União (2007).

Entretanto, a corrida emancipacionista fez com que muitos estados aumentassem consideravelmente sua participação no total do fundo, por isso, a legislação que regula essa transferência foi alterada, criando índices de participação fixos por estado⁷. No caso do Rio Grande do Sul, os 89 municípios criados em 1987 e 1988, garantiram um crescimento de 12,88% na participação dos municípios do Estado no total de recursos do FPM (CAM, 1993a).

Mesmo com o estabelecimento de cotas fixas, o FPM continuou um estímulo para a fragmentação municipal, visto que a emancipação não gera altos custos para os municípios que estão sendo desmembrados, nem para aqueles que cedem território. Isso porque o ônus – gerado pelo jogo de soma zero – é dividido entre todos os municípios do Estado.

⁷ Art. 5º- O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação e acompanhará, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem. Parágrafo único. No caso de criação e instalação de Município, o Tribunal de Contas da União fará revisão dos coeficientes individuais de participação dos demais Municípios do Estado a que pertence, reduzindo proporcionalmente as parcelas que a estes couberem, de modo a lhe assegurar recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. (LC federal 62/89). Essa legislação entrou em vigor em 1992, após a finalização do Censo de 1991 do IBGE, que definiu o número de municípios brasileiros.

O Fundo de Participação dos Municípios é um dos principais fundos das transferências correntes feitas aos municípios, juntamente com o FUNDEF⁸ (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Eles juntos correspondem a cerca de 70% das transferências, sendo que no caso dos pequenos municípios, o FPM sozinho corresponde a mais de 50% das transferências e quase sempre é a maior fonte de renda do município, conforme **Tabela 1**.

Tabela 1 - Participação proporcional do FPM, FUNDEF e ICMS nas transferências correntes dos municípios segundo faixas de tamanho da população – 2000

<i>Faixa de Tamanho da População</i>	<i>FPM</i>	<i>FUNDEF</i>	<i>ICMS</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
Até 5 mil	57.3	8.2	28.7	5.8	100
De 5 a 20 mil	44.4	13.4	28.3	13.9	100
De 20 a 100 mil	32.3	13.8	32.0	21.9	100
De 100 a 500 mil	18.6	11.6	43.3	26.6	100
Mais de 500 mil	8.2	8.4	37.7	45.7	100

Fonte: Simões (2006, p. 51)

Segundo Simões (2006), essa alta dependência das transferências se deve a baixa capacidade de arrecadação própria dos municípios, que pode ser decorrência da ausência de uma infra-estrutura organizacional que permita controle e fiscalização do processo de arrecadação tributária. O autor constata que o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) responsáveis por 70% da arrecadação própria dos municípios, em grande parte das municipalidades ainda não são informatizados.

Além disso, há que se considerar que em pequenos municípios nos quais a maior parcela da população reside na zona rural, o IPTU não se caracteriza como a principal fonte de arrecadação própria, uma vez que esse imposto é urbano.

⁸ O FUNDEF, que previa o atendimento apenas da escola básica, foi substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação). Esse fundo, que foi implementado em 1º de janeiro de 2007 e deve vigorar até 2020, tem como objetivo atender a educação básica (ensino infantil, fundamental, médio, de jovens e adultos, bem como o ensino especial). (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2009).

3 O PAPEL DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LOCAIS NO PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE WESTFÁLIA

O capítulo três está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentaremos algumas abordagens teóricas sobre a emancipação de municípios, que levantamos na revisão bibliográfica sobre o tema. Na segunda, ressaltaremos a importância que o poder local vem ocupando nos trabalhos de alguns autores. Na terceira parte, faremos a apresentação de Westfália, município alvo de nosso estudo e destacaremos seu perfil econômico, com intuito de mostrar algumas de suas peculiaridades em comparação com os municípios brasileiros de sua faixa populacional. Na última, reconstituiremos a história do processo emancipacionista de Westfália que se estendeu por quase sete anos, com o objetivo de ressaltar a importância das lideranças políticas locais em cada etapa desse processo.

3.1 Algumas abordagens sobre a emancipação dos municípios

A maioria das análises que tratam do tema das emancipações tem um viés normativo, ou são contra ou a favor das emancipações e, em consequência disso, acabam fazendo leituras simplistas do fenômeno. Entre os que se posicionam a favor, se encontram os técnicos do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) do Rio de Janeiro, que publicam a *Revista da Administração Pública* destinada às prefeituras. Esses argumentam que as emancipações significam um avanço na democracia, facilitando uma melhor distribuição de recursos públicos pelo território nacional e a possibilidade da população ser mais bem atendida pelo poder público (TOMIO, 2002; MOTA JR., 2002).

Por outro lado, os pesquisadores do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) são contrários às emancipações, pois acreditam que elas causam mais prejuízo do que lucro para o país, na medida em que muitos municípios são extremamente dependentes do FPM. Existem, porém, estudos como os de Tomio (2002) e Mota Jr (2002) que procuram dar uma visão mais acadêmica do assunto e menos engajada politicamente.

Mota Jr. (2006) apresenta o fenômeno da criação dos municípios brasileiros, que segundo ele, esteve historicamente relacionado com a ocupação do território, bem como, com o aprimoramento da sua organização jurídica e administrativa. Para o autor, “a constante alteração do quadro territorial e administrativo é resultante da atuação conjunta de fatores

culturais, sociais, econômicos e político-administrativos que, de acordo com o contexto institucional vigente, vão definir a configuração dos municípios e de seus respectivos distritos” (MOTA JÚNIOR, 2006, p.3).

Por isso, o surgimento dos novos municípios não deve ser considerado isoladamente, mas com a ocupação do território que está relacionado, por sua vez, com o desenvolvimento econômico da região e seu processo de urbanização. Para se ter uma idéia, em 1900 o Brasil tinha 936 municípios e uma população de aproximadamente 17 milhões. Em 2000, o país contava com 5.560 municípios e sua população estava em 170 milhões de habitantes. Portanto, num período de 100 anos o número de municípios cresceu seis vezes, proporcionalmente ao crescimento da população.

No entanto, desde o processo de redemocratização, houve um incremento no número de emancipações. Com a Constituição de 1988, os Estados ganharam autonomia sobre a questão da criação de novos municípios. Houve a descentralização de políticas públicas e uma nova configuração das atribuições de cada ente federativo, principalmente o aumento das responsabilidades dos membros subnacionais na implementação das políticas sociais.

Simões (2004), analista sócio-econômico do IBGE, mostra como o crescimento de municípios no Brasil não ficou relacionado com o crescimento populacional no período 1991/2000. Ao analisar dois estados, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, fica claro para o autor que, apesar das determinações macropolíticas nacionais, no processo de criação de municípios no Brasil “as especificidades políticas locais ou mais especificamente, *as disputas em torno do poder político local determinaram fortemente o ritmo e as características do processo de fragmentação municipal*” (SIMÕES, 2004, p.14 – grifos nossos). Assim, o autor sugere que para a análise do processo de emancipações, devem ser levadas em conta, tanto as determinações macropolíticas nacionais, quanto as particularidades locais.

É justamente o que Tomio (2002) faz a partir de uma perspectiva institucionalista. O autor procura analisar as causas e descrever os mecanismos que determinaram a dinâmica geral e a variação estadual no processo de emancipação municipal posterior à Constituição de 1988. A abordagem enfatiza o papel dos mecanismos institucionais na orientação das estratégias dos atores e na determinação dos resultados políticos, especialmente a relação executivo - legislativo estadual. Segundo o autor, existem quatro tipos de atores envolvidos no processo emancipatório: lideranças locais, eleitores, deputados estaduais e o executivo estadual, sendo que apenas os deputados estaduais têm condições de interromper o processo emancipatório em qualquer momento. Apesar de considerar os eleitores e as lideranças locais

como atores que fazem parte da emancipação de uma localidade, o autor ressalta a importância do legislativo e do executivo estadual, não dando maior ênfase aos demais.

No caso do Rio Grande do Sul, o autor contraria as teses que sustentam a submissão do poder legislativo ao executivo estadual, como a “regra do situacionismo” descrita por Abrúcio (1998)¹. Para Tomio (2002, p.146) “os governadores tiveram pouco ou nenhum sucesso em limitar a autonomia da Assembléia Legislativa gaúcha na criação de novos municípios”.

O autor parte basicamente de duas hipóteses:

- 1) o processo emancipacionista é resultante do arranjo institucional que moldou um contexto favorável às decisões que criaram os municípios; e
- 2) que a variação estadual resultou: (a) de como a regulamentação alterou a disponibilidade de *localidades emancipáveis*, (b) da natureza da interação executivo/legislativo, (c) do tamanho/tipo da coalizão governista e (d) da existência de dispositivos legais que ampliaram a autonomia do legislativo estadual nesse processo decisório.

Com base na investigação empírica, Tomio (2002) argumenta que o arranjo institucional democrático gerado pela Constituição de 1988, através de vários mecanismos específicos, estimulou a criação de vários novos municípios, e tornou possível que decisões favoráveis às emancipações predominassem no processo decisório estadual. Entre esses mecanismos, se destacam:

- 1) os estímulos fiscais que estimularam os eleitores das pequenas localidades do interior a pressionar os parlamentares pelos desmembramentos, 2) a descentralização da regulamentação que permitiu aos atores políticos mais sensíveis à pressão local reduzir os critérios mínimos à emancipação e 3) a centralização do processo decisório no parlamento estadual e o caráter popular da lei de criação de município, que restringiu a capacidade de controle do executivo estadual sobre esse processo decisório (TOMIO, 2002, p. 226).

Assim, de acordo com o autor, o que determinou a variação estadual no ritmo e na intensidade da criação de municípios foi o grau de autonomia do legislativo frente ao executivo estadual; a forma de tramitação legislativa das emancipações municipais e a disponibilidade de localidades emancipáveis em cada estado.

Em estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo - nos quais a prerrogativa de ingresso da proposição legislativa coube exclusivamente ao eleitorado local e

¹ “O fenômeno do ‘situacionismo’ reúne apenas os [deputados] que participam formalmente da bancada do governo” (ABRÚCIO, 1998, p.121). De acordo com Abrúcio, é muito difícil para os deputados ser oposição pura, estar fora dos parâmetros ditados pelo governo, e de 1991 a 1994, a “regra do situacionismo” prevaleceu nos quinze estados que ele estudou.

coalizões de governo majoritárias e vigorosas nunca foram formadas nas Assembléias Legislativas - prevaleceu uma manifestação favorável às emancipações municipais, apesar dos esforços do executivo para inviabilizá-las. No entanto, quando a prerrogativa de iniciar a legislação de emancipação foi atribuída aos legisladores, como aconteceu na Bahia e Pernambuco, o executivo obteve sucesso em restringir o ritmo emancipacionista, sempre que reuniu um apoio majoritário na Assembléia (TOMIO, 2002).

A partir da comparação entre os estados estudados, o autor concluiu que, apenas alguns fatores conseguiram interromper o processo emancipatório: (a) o esgotamento do estoque de distritos emancipáveis; (b) a oposição de um executivo com apoio de uma coalizão majoritária e sólida no parlamento estadual; (c) a ausência de exclusividade dos eleitores na introdução da demanda emancipacionista (que retira o caráter de demanda popular da lei de criação de municípios).

Mota Jr. (2002) fez um *estudo de caso* de Itaoca, pequeno município localizado no Vale do Ribeira, interior de São Paulo, criado em 1991. Segundo o autor, essa cidade faz parte da chamada “explosão municipal” que ocorreu após a Constituição de 1988, e que em sua maioria, constituiu micro-municípios, altamente dependentes da União. Itaoca contava, em 2003, com 3.403 habitantes e, até 1997, sua arrecadação própria não chegava a 6% da receita total.

Para o autor, a criação de municípios no estado de São Paulo teve uma dinâmica interna parecida com a nacional, por isso, não deve ser atrelada às características sócio-econômicas de suas regiões por meio de indicadores como PIB, IDH e outros. Isso porque, foram criados novos municípios tanto em áreas pobres como ricas, independente da densidade demográfica da região.

Através da análise do processo emancipatório da localidade, o autor desvenda como e por que Itaoca, um município pequeno e pobre, conseguiu se emancipar. A partir do levantamento de dados junto às diversas instituições públicas e entrevistas com os atores envolvidos no processo, Mota Jr. ressalta os interesses políticos que estavam em jogo.

Ele acredita que a criação de Itaoca deu-se devido aos interesses de parlamentares do PMDB e dos seus aliados. A emancipação do município ocorreu depois da Lei Complementar nº 651/90 (de autoria do deputado Edinho Araújo), num momento em que São Paulo passava por um processo de incentivo à fragmentação de seus municípios.

A partir de investigações na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o autor descobriu que a emancipação de Itaoca se deu graças ao incentivo de agentes externos. A

iniciativa da emancipação foi do então Deputado Estadual Luiz Francisco da Silva², do PMDB de Sorocaba (gestão 1987/1990). Ele atuava na região, divulgou a Lei Complementar 651/90 na Câmara Municipal de Apiaí (município-mãe) e despertou o interesse dos representantes de Itioca. Depoimentos de lideranças envolvidas no processo emancipatório, revelam que até então, “não passava pela cabeça de nenhum itoquense desmembrar-se de Apiaí”.

O autor chega à conclusão que há bons indícios de que as emancipações em São Paulo, em 1992, não façam parte daquilo que Abrúcio (1998) chamou de *ultrapresidencialismo estadual*. Para Mota Jr., a criação de Itioca, em 1991, está inserida num repentino e imprevisto fortalecimento do legislativo.

A criação de municípios representava para os deputados a possibilidade de ampliarem suas áreas de influência, a expansão de sua legenda partidária, aumento de recursos e verbas dentro do seu estado sem ônus para o seu governo, visto que o Fundo de Participação Municipal é uma responsabilidade da União e assegurada pela Constituição. Além disso, a criação de municípios propiciava a proliferação de máquinas políticas-administrativas e ampliariam o poder e influência dos parlamentares dentro do Estado (MOTA JR. 2002, p. 105).

Como vimos, Tomio (2002) estabelece como explicação para as emancipações, uma série de fatores, mas destaca a relação legislativo-executivo estadual, ressaltando a preponderância do primeiro sobre o último. Por sua vez, Mota Jr. (2002), através de um estudo de caso chega à conclusão que a criação de municípios representa vantagens para os deputados estaduais e não lhes acarreta maiores custos, daí o incentivo para a criação de novos municípios.

Como a ênfase dos autores é na relação executivo-legislativo estadual, ambos não revelam maiores detalhes sobre a importância das lideranças políticas locais, atores que têm um papel fundamental para o sucesso ou não do movimento emancipatório. A seguir, vamos ressaltar alguns trabalhos que destacam a importância do poder local em suas análises.

² Luiz Francisco alegou como motivação para a proposta de emancipação, que era preocupado com a condição da região e conhecia amigos do partido (PMDB). No entanto, apesar de sua mobilização, o esforço do deputado não foi reconhecido pela região, e desde então, Luiz Francisco da Silva não foi eleito para nenhum cargo público.

3.2 A importância do poder local

A partir da década de 70 o modelo de organização centralizado começou a dar sinais de esgotamento, e é nesse contexto que surge o consenso em torno da idéia de descentralização. Governos socialistas de países como França, Espanha e Itália implementaram importantes reformas descentralizadoras nessa época, buscava-se com isso promover a democracia direta e fortalecer os mecanismos de *accountability* (MELO, 1996).

Nos anos 80, governos liberais também passaram a fazer reformas descentralizadoras, além disso, instituições multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento foram importantes na divulgação em escala global da idéia de descentralização.

A interpretação da descentralização compreendida como transferência de poder decisório a municípios ou entidades e órgãos locais está intrinsecamente ligada com a visão política daqueles que colocam essas reformas em prática:

Coalizões com predomínio de forças políticas liberais/conservadoras enfatizam os aspectos relativos aos ganhos de eficiência e redução do setor público. Coalizões social-democratas, por outro lado, privilegiam os aspectos relativos ao controle social e democratização da gestão local. (MELO, 1996, p. 13).

Em países que passaram por período autoritário, como é o caso do Brasil, a descentralização passou a ser vista como condição essencial para a democratização. A cultura política municipalista dos anos 80 gerou grandes avanços principalmente com relação a políticas sociais e participação popular. Entretanto, segundo Melo (1996), não foram levados em conta os efeitos perversos desse neomunicipalismo ou neolocalismo como o autor prefere chamar. Para ele o neolocalismo desencadeia o *hobbesianismo municipal* que prejudica a cidadania social. Isso pode ser visto, na disputa entre localidades por investimentos industriais, ou ainda na exclusão social, por exemplo, quando mendigos são impedidos de entrar em determinados municípios. Assim, Melo (1996) observa uma tendência de reversão da descentralização alcançada, principalmente no plano fiscal e tributário.

Muitos estudos vêm sendo realizados em função da valorização do poder local. Segundo Dowbor (1995), essa valorização é conseqüência da descentralização política e da globalização. Para ele, o poder local é tido como fonte de equilíbrios mais democráticos frente ao poder centralizado nas mãos das elites, sendo que

quando as decisões se tomam muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades. Assim, a dramática centralização do poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade, leva em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico e social (DOWBOR, 1995, p.5).

O autor aposta numa democracia participativa e permanente. Entende que a ação organizada, que facilita a tomada de decisões e a concretização de ações em nível local, diminui a burocracia e por isso democratiza as melhorias. No entanto, a participação comunitária não deve ser vista como panacéia, mas como mecanismo complementar de outras transformações concomitantes. Segundo Dowbor, o que dá corpo ao chamado poder local é a descentralização do planejamento municipal e dos diversos sistemas de participação das comunidades nas decisões do espaço de vida do cidadão.

Segundo Almeida (2003), durante mais de meio século o município foi considerado o local onde se frustravam ou pervertiam os projetos democráticos. Autores como Oliveira Vianna e Vítor Nunes Leal teriam contribuído para a difusão da idéia de que o município é a antítese da *polis*, território no qual predomina o clientelismo, o poder oligárquico, o patrimonialismo. Entretanto, nos anos 80, durante o processo de redemocratização a política local passou a ser valorizada e o município foi colocado no centro de um sistema democrático renovado, no qual seria possível a participação ampliada e o controle dos cidadãos sobre os atos dos governantes.

Ainda segundo a autora, essa noção do município como alicerce da democracia, durante a Assembléia Nacional Constituinte, deu origem a um conjunto de propostas descentralizadoras. Cabe destacar que esse “impulso descentralizador” não foi exclusivo ao Brasil, na realidade tratava-se de um fenômeno mais amplo. Aproximar o governo dos cidadãos, através da valorização dos governos locais, era uma importante bandeira das democracias participativas que foram criadas, a partir dos anos 70.

De acordo com Kerbauy (2001) a transferência do poder decisório aos municípios implica, por um lado em responsabilidade e participação na estrutura do poder local, por outro, em processos de modernização gerencial da gestão pública. Segundo a autora, essas duas dimensões da descentralização entre níveis de governo impactam fortemente nas estruturas tradicionais do poder local. E, além disso, as diferenças regionais na constituição dessas elites locais funcionam como balizadoras desses impactos.

Nos estados e municípios onde a política continua marcada pelo clientelismo e pela pouca capacidade de renovação de suas elites políticas locais, a superposição de papéis e responsabilidades na divisão de funções entre governos interfere na autonomia decisória dos municípios, em especial na alocação de recursos em políticas públicas locais. Nos estados e municípios onde as elites locais tiveram maior capacidade de renovação e onde a exposição à competição política interferiu nas relações de corte clientelista, a descentralização encontra mais espaço para sua implantação, especialmente nos aspectos referentes à sua autonomia decisória (KERBAUY, 2001, p.55)

A autora está preocupada em observar como o sistema representativo federal e a participação popular local se inter cruzam nesse processo no nível local, produzindo diferentes impactos na trajetória da descentralização no Brasil. Kerbauy (2001) ressalta que no plano municipal a natureza das elites locais, da burocracia, e as dificuldades de implantação de novos arranjos institucionais impedem uma participação popular mais efetiva nas decisões do governo local e mantêm e reforçam, em várias situações, o clientelismo.

Após a Constituição de 1988, junto com o modelo de descentralização política e administrativa, se intensificou também o processo de fragmentação territorial, o que acarretou a criação de novos municípios, agravando em grande medida os problemas brasileiros de ordem fiscal e tributária, como já foi apontado.

Klering (1992), entretanto, sustenta que do centralismo político decorre o centralismo econômico com suas conseqüências funestas, como a concentração de renda, o que acaba gerando a insatisfação da sociedade. Por isso, a descentralização é uma oportunidade para “as forças e vontades locais”, pois, se bem executada, pode servir de contrapeso à concentração de renda do Estado e do país já que é “capaz de motivar a sociedade, em busca de um desenvolvimento fundado nas matrizes históricas das suas respectivas culturas”.

E nesse sentido para o autor, as emancipações municipais são justificadas, em grande parte, pela ansiedade e mobilização da população local.

A busca desse espaço específico [o novo município] constitui, via de regra, uma profunda aspiração de grupos de pessoas na ânsia de construir identidades locais mais significativas, com histórias, práticas e valores próprios. Essa luta se intensifica justamente como resposta a permanente indústria de uma cultura de massas, muito genérica e vazia de sentido. Com isso, as partes menores não pretendem rejeitar as unidades maiores, que de fato se localizam em planos superiores; apenas buscam atingir, como integrantes dos sistemas maiores, suas verdadeiras e peculiares identidades, através do uso integral de suas potencialidades (KLERING, 1992, p. 9).

Assim, Klering (1992) ressalta a importância dos atores políticos locais no processo emancipatório, visto que é da insatisfação da população local que vem a motivação para a criação de um novo município, com identidade e valores próprios. Quando ressalta os aspectos políticos das emancipações, o autor diz que:

as motivações das sociedades possuem intensas raízes locais. Elas são construídas por histórias, práticas, lendas e crenças (ou pressupostos) profundamente arraigadas. Em sua trajetória o pequeno vilarejo de ontem à portentosa cidade de hoje, um grupamento social sempre apresenta certa marca ou caráter, que lhe é distinto e típico; o desejo de autodeterminação política nasce desta identidade única e própria (KLERING, 1992, p. 9).

3.3 Considerações sobre o município de Westfália (RS)³

Antes de ressaltarmos o papel das lideranças locais no processo de emancipação, convém apresentarmos o município selecionado para o estudo de caso. Escolhemos o município de Westfália por estar localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, na qual ocorreu o maior número de emancipações gaúchas no período pós-1988. Além disso, pelo fato dessa municipalidade ser uma das últimas que conseguiu sua autonomia administrativa e política antes da Emenda Constitucional 15/1996.

O município se enquadrar no perfil daqueles emancipados após 1988, também influenciou nossa escolha, pois se trata de um micro-município que conta hoje com uma população inferior a 3.000 habitantes. No entanto, quanto à condição econômica, acreditamos que ele não pode ser caracterizado como altamente dependente do FPM, como a maioria daqueles emancipados nesse período, visto que, de 2001 até 2006, em média apenas 38% da receita arrecadada pelo município era decorrente do FPM. Ainda que esse percentual pareça alto, é bem diferente do perfil econômico dos municípios brasileiros com menos de 5 mil habitantes.

A maioria das emancipações municipais realizadas no Rio Grande do Sul após 1988 foram de pequenos municípios, com menos de 5 mil habitantes. E sabe-se que no Brasil os municípios pequenos são os mais dependentes dos recursos repassados pela união e pelos estados.

No caso de Westfália, essas transferências correntes correspondem em média, nos seis anos analisados, a 93% da receita do município (conforme **Tabela 2**). No entanto, quando analisamos a composição das transferências nesse município, vemos que ele se diferencia em parte da média dos demais municípios de sua faixa populacional.

³ Informações provenientes da Prefeitura Municipal de Westfália (2007).

Tabela 2 - Itens da receita de Westfália (2001-2006) – em %

<i>Ano</i>	<i>Receita Tributária Arrecadada</i>	<i>Transferências Correntes</i>	<i>Outras</i>	<i>Total receita arrecadada (receita corrente+capital)</i>
2001	2,58	94,73	2,69	100
2002	2,73	91,49	5,78	100
2003	3,07	94,37	2,55	100
2004	3,82	94,12	2,06	100
2005	4,07	91,91	4,02	100
2006	4,12	93,51	2,37	100

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS (2007)

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais: finanças públicas de 2000 do IBGE, em geral “no caso dos municípios de até cinco mil habitantes, o FPM é responsável por cerca de 57% das transferências correntes, reduzindo-se conforme aumenta o tamanho populacional dos municípios” (SIMÕES, 2006, p. 51). Enquanto o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) responde a 29%, nessa faixa populacional.

Mas no município de Westfália, no período analisado, o FPM correspondeu apenas a 38% das transferências (**Tabela 3**), ou seja, quase 20 pontos percentuais abaixo da média dos municípios de sua faixa populacional. Sendo que apenas em 2001, quando o município foi instalado, o FPM respondeu por 45% das transferências. Na média, o ICMS arrecadado pelo município ficou em 47%, quase 20 pontos percentuais acima da média, como mostra a **Tabela 4**.

Tabela 3- Participação proporcional do FPM e do ICMS nas transferências correntes de Westfália (2001-2006)

<i>Ano</i>	<i>FPM</i>	<i>ICMS</i>	<i>Outras</i>	<i>Transferências Correntes</i>
2001	44,39	46,31	9,30	100
2002	39,16	42,60	18,24	100
2003	35,86	50,17	13,97	100
2004	35,70	45,17	19,13	100
2005	35,68	47,70	16,62	100
2006	36,97	47,32	15,71	100
Média	37,96	46,54	15,49	100

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS (2007)

O ICMS é um imposto de competência dos estados e do Distrito Federal, a alíquota de ICMS sobre os produtos varia, mas em geral fica em 18%, sendo que sobre alimentos básicos a alíquota é de 7% e sobre produtos supérfluos como cigarros e perfumaria é de 25%. Do total de ICMS arrecadado pelos estados, 25% são transferidos para os municípios, a quase totalidade desse recurso é distribuída aos municípios de acordo com o desempenho da economia local, e como pode-se observar, no caso de Westfália o ICMS é um recurso considerável.

Tabela 4 - Comparação da participação proporcional do FPM e do ICMS nas transferências correntes de Westfália (2001-2006) e dos municípios com até 5 mil habitantes (2000)

	<i>FPM</i>	<i>ICMS</i>	<i>Outras</i>	<i>Transferências Correntes</i>
Westfália (2001-2006) - média	37,96	46,54	15,49	100
Municípios até 5 mil hab. -2000	57,3	28,7	14	100

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS (2007) e Simões (2006, p. 50).

Portanto, apesar de ser um micromunicípio, como a maioria dos emancipados após 1988, Westfália tem um perfil econômico diferente daqueles, de maneira que não podemos chamá-lo de altamente dependente do Fundo de Participação dos Municípios. Cabe destacar que a economia do município está centrada na produção primária, com destaque para a produção leiteira, suinocultura, avicultura de corte e produção de ovos.⁴

Procuramos também analisar a execução orçamentária do município de 2001 até 2006, e pudemos perceber que a despesa vai aumentando gradualmente, de acordo com a receita, entretanto, em 2003 e em 2006 o município apresentou déficits, como mostra a **Tabela 5**.

Quando consideramos as despesas do município, percebemos que o gasto com pessoal e encargos sociais supera em todos os anos analisados, a despesa em investimentos, e da mesma forma se nota que nos primeiros anos houve uma preocupação maior em fazer investimentos, como vemos na **Tabela 6**. Mas apesar do gasto com pessoal corresponder em média a 32% da despesa do município, é significativamente menor que aquele apresentado, por exemplo, pelo município de Torres estudado por Mendes (2000). No período de 1997 – 1998 a despesa com pessoal foi de 57% da despesa total de Torres.

⁴ A atividade agrícola e pecuária vem sendo diversificada. Recentemente, alguns produtores iniciaram a caprinocultura, bem como o cultivo de uvas viníferas e cogumelos. Além disso, devido a sua localização estratégica, entre a Grande Porto Alegre e a região industrial de Caxias do Sul, e pelo acesso direto à rodovia Rota do Sol, que interliga os dois pólos e a região com o litoral catarinense, a localidade apresenta condições básicas para o desenvolvimento de atividades turísticas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE WESTFÁLIA, 2007)

Tabela 5 - Execução orçamentária de Westfália 2001- 2006 (em reais)

<i>Ano</i>	<i>Receita Total</i>	<i>Despesa Total</i>	<i>Resultado</i>
2001	3.359.235,53	3.084.176,94	275.058,59
2002	4.108.242,98	3.912.662,28	195.580,70
2003	5.019.997,84	5.092.566,76	-72.568,92
2004	5.590.809,76	5.544.993,14	45.816,62
2005	7.192.741,80	6.672.709,36	520.032,44
2006	7.574.005,44	8.068.643,82	-494.638,38

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS (2007)

Tabela 6 - Itens da despesa de Westfália (2001-2006) – em %

<i>Ano</i>	<i>Pessoal e encargos sociais</i>	<i>Investimento</i>	<i>Outras</i>	<i>Total</i>
2001	30,12	22,95	46,92	100
2002	30,64	28,83	40,53	100
2003	30,24	16,10	53,66	100
2004	34,06	14,94	51,00	100
2005	33,93	17,28	48,80	100
2006	33,50	23,65	42,85	100
Média	32,08	20,62	47,29	100,00

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS (2007)

Com base nos números apresentados, podemos dizer que economicamente a emancipação teve um saldo positivo para Westfália. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, em 2005 o PIB *per capita* anual ficou em R\$ 19.170,00 totalizando no município um PIB de R\$ 54.692.000,00.

Não pretendemos com isso fazer “apologia às emancipações”, apenas mostrar que por trás de categorias como “pequenos municípios altamente dependentes” existem exceções, que somente com uma abordagem individualizada podem ser percebidos.

No caso de Westfália, a maioria das fontes geradoras de ICMS já estavam na localidade antes da emancipação, no entanto com a emancipação os recursos delas provenientes foram somados a outros, como o FPM, e divididos entre a população local, gerando melhoras significativas em políticas públicas locais, e garantindo serviços públicos mais eficientes e mais próximos da comunidade.

Westfália fica na região serrana, na macro-região do Vale do Taquari, localizado a 115 km de Porto Alegre. Sua área geográfica corresponde a 62,50 Km² e o município conta hoje com uma população de 2.716 habitantes, segundo dados da *Contagem da População 2007*,

realizada pelo IBGE, sendo que quase 65% dessa população vive na zona rural. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral, Westfália tem 2.278 eleitores aptos.

A história do município, que fazia parte da Colônia Teutônia colonizada a partir de 1858, inicia com a chegada de imigrantes alemães vindos da região de Westfália (Alemanha), e de descendentes de alemães, originários do Hunsrück. O município recebeu o nome em homenagem a esses imigrantes que, em sua maioria, são oriundos dessa região na Alemanha⁵.

Westfália, que se emancipou de dois jovens municípios: Teutônia e Imigrante⁶, compreende as localidades de Linha Frank, Vila Schmidt, Berlim e Linha Paissandu⁷. Apesar do município ter sido criado em 16 de abril de 1996, de acordo com a Lei Estadual nº 10.754, após manifestação favorável dos munícipes no plebiscito que ocorreu em 24 de março de 1996, só foi instalado em 1º de janeiro de 2001.

Muitas das tradições trazidas pelos imigrantes alemães são mantidas pelos seus descendentes, como por exemplo, o sapato-de-pau (sapato confeccionado de madeira que protege do frio e da umidade), o dialeto Plattdütsch (o dialeto é semelhante à língua holandesa e tem uma estreita relação com a língua inglesa), bem como a arquitetura enxaimel.

O espírito associativo também chama a atenção na localidade. Esse espírito é herança dos descendentes alemães que chegaram à região na segunda metade do século XIX, e que fundaram associações, comunidade religiosa, comunidade escolar, sociedade de canto. Atualmente, descendentes de italianos, africanos e portugueses também contribuem para a cultura westfaliana, ainda que em menor proporção.

Willems apresenta uma explicação para esse caráter associativo dos descendentes de alemães no Brasil, ao falar do comportamento familiar dessa população:

A natalidade elevada associada à endogamia local levava então os teuto-brasileiros à formação de parentelas muito numerosas. Os componentes dessas famílias-grandes se sentiam muito mais *solidários* do que no país de origem. *As obrigações que seus membros assumiam, uns com os outros, eram mais numerosas e mais importantes do que o podiam ser na Europa.* Em parte, esses fatos decorriam da relativa fraqueza dos poderes estatais que, pela inexistência ou indiferença, permitiam se ampliasse, consideravelmente, a alçada dos grupos familiares. Assim, os novos grupos familiares vicinais e, em parte, comunais que pouco a pouco se constituíam (após uma fase de desorganização social), iam preenchendo o vácuo deixado pelos poderes públicos organizando-se de maneira a resolver as dificuldades que vinham principalmente da situação nova. O grupo local controlava sobretudo as atividades econômicas, religiosas e educacionais que, na Alemanha cabiam a grupos mais amplos (WILLEMS, 1946, p.253, grifos nossos).

⁵ Região próxima à Holanda, que integra o atual estado Renânia do Norte -Westfália.

⁶ Teutônia foi emancipado em 1981 e Imigrante em 1988. Tomio (2002c) ressalta que foi comum no período pós 1988, o desmembramento de território de municípios recém formados, devido ao gradual esgotamento do estoque de localidades emancipáveis.

⁷ A configuração da área do município foi bastante tumultuada em função de algumas comunidades não se interessarem pela emancipação, como veremos mais adiante.

De acordo com Roche (1969), alguns deputados que representavam o “Rio Grande do Sul tradicional”, ou seja, a região sul do estado, ficavam muito satisfeitos com a constituição de núcleos etnicamente homogêneos, o que facilitava a expansão da colonização e aliviava a administração do seu dever de assistência. A proliferação de escolas particulares nas colônias alemãs, por exemplo, era vista com bons olhos, uma vez que dispensavam dinheiro público. Segundo o autor, por muito tempo os brasileiros permaneceram indiferentes à segregação das colônias, e sentiam pelos colonos certo desprezo ou mesmo hostilidade.

Esse autor, ao analisar a colonização alemã no Rio Grande do Sul, faz considerações de como se deu a entrada dos imigrantes alemães e seus descendentes na vida política gaúcha, sendo que por quase um século a sua participação na vida política do estado foi insignificante. Segundo Roche (1969), a primeira lei que regulamentou a naturalização dos estrangeiros, de 24 de outubro de 1832, além de exigir longo período de permanência no Brasil, estabelecia formalidades complicadas e dispendiosas, de forma que a maioria dos imigrantes não procurava se naturalizar.

Passados mais de vinte e cinco anos do início da colonização, foi promulgada a Lei Geral 601, de 18 de setembro de 1850, que concedia a naturalização aos imigrantes, após dois anos de permanência no Brasil, mas na condição de residirem no seu lote e de o desbravarem. Uma visão essencialmente econômica da colonização, que estipulava exigências que eram a própria negação da igualdade com o resto da população, igualdade essa que se objetivava com a naturalização.

O decreto de 1850, de 11 de julho de 1871, autorizou o governo a conceder título de naturalização a todo estrangeiro menor de 21 anos que solicitasse, desde que residisse no Brasil há mais de dois anos. A maioria dos imigrantes não procurava se naturalizar, visto que teria que submeter-se ao serviço da Guarda Nacional, e ainda perderia alguns direitos cívicos. Assim, para o autor, “numa palavra, foi preciso esperar a Proclamação da República para que a naturalização, a liberdade de culto e a igualdade cívica fossem concedidas aos imigrantes e seus descendentes” (ROCHE, 1969, p. 706).

Ainda de acordo com o autor, mesmo depois da naturalização maciça outorgada pela Constituição de 1891, os imigrantes e seus descendentes não foram devidamente inseridos na vida política gaúcha. Durante o governo positivista de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, que perdurou de 1891 a 1928, não se fez nenhum esforço de integrar os colonos à vida cívica, na verdade, foi feito um acordo de cavalheiros, a liberdade cultural dos teuto-brasileiros era respeitada em troca da sua docilidade eleitoral.

As Constituições de 1934 e 1937 retiram do brasileiro naturalizado todos os direitos políticos, ao passo que a Constituição de 1891 só os restringia de se elegerem a presidente da República. Somente a Constituição de 1946 não estabeleceu nenhuma diferença entre os naturalizados e os outros cidadãos.

Apesar de terem elegido alguns deputados, como Haensel, o primeiro naturalizado eleito em 1881 e Koseritz, o primeiro não-católico, eleito em 1884, era muito difícil para os teuto-riograndenses elegerem seus representantes. Isso porque o estado era dividido em cinco distritos eleitorais, que dessa maneira dispersava o eleitorado teuto. Nas palavras de Roche “Embora as colônias alemãs reunissem, no total 24,7% dos eleitores, estavam praticamente reduzidas ao silêncio político” (ROCHE, 1969, p. 729).

Segundo o autor, o número de deputados teuto-rio-grandenses sob a República foi menor que sob o Império. E que os jornalistas e deputados de origem germânica: Haensel (deputado de 1881 a 1889), Bartholomay (de 1881 a 1883), Koseritz (de 1884 a 1889), Ter Brueggen (de 1887 a 1889) nem ao menos participaram da Constituinte, sendo que a maioria dos propagandistas da doutrina republicana eram “doutores” saídos da classe dos estancieiros.

Assim, é somente depois da Primeira Guerra Mundial que o número de deputados teuto-rio-grandenses se elevou. E é somente no período democrático instaurado em 1946 que, segundo o autor, a massa de eleitores teuto-rio-grandenses tomou consciência de sua força política.

Quando analisamos o número de eleitores de cada região gaúcha, vemos como ocorre uma inversão no peso eleitoral desse grupo ao longo do tempo: a região Sul que em 1897 representava 61% dos eleitores, em 1945 apresenta apenas 45%. Em contrapartida, a região norte do Estado (região da colonização alemã e italiana) que correspondia a 39% do eleitorado em 1897 em 1945 passou a corresponder a 55%.

Analisando o mapa político após as eleições de 1947 à Assembléia do Estado, Roche (1969) mostra a influência do que poderíamos chamar de um “voto étnico”, visto que 83,6% dos 55 deputados eleitos naquela ocasião, o foram por um só município (que poderia ser considerado o reduto de cada um desses deputados), o que certamente exigia uma fidelidade étnica significativa. Ao analisar os votos que receberam os deputados eleitos, e mesmo os não eleitos, fica claro o que o autor chamou de “voto étnico”. O mesmo é visto quando ele compara os votos recebidos por um deputado teuto-brasileiro e outro deputado luso-brasileiro.

Assim, o autor revela que “a influência eleitoral das colônias, e, sobretudo das colônias teuto-brasileiras, é mais que proporcional à sua importância demográfica” (ROCHE,

1969, p. 740), visto que em 1947 foram eleitos 17 deputados teuto-brasileiros (o que representava 31,3% do total de deputados eleitos), enquanto a população teuto-brasileira pouco ultrapassava os 21% da população gaúcha. Dessa forma, o autor considera que “o poder dos eleitores de origem alemã – os mais numerosos entre os adventícios – elevou - se no Estado logo depois de fortalecida sua consciência de pertencer a um grupo teuto-brasileiro” (ROCHE, 1969, p. 750).

3.4 O papel das lideranças locais no processo emancipatório: o caso de Westfália (RS)

Numa perspectiva diferente da de Tomio (2002) e de Mota Jr. (2002), que enfocam a explicação das emancipações municipais principalmente no executivo e no legislativo estadual, propomos ressaltar a importância das lideranças políticas locais no processo emancipacionista de Westfália.

Acreditamos que estudar o papel desses atores locais é importante para que se entenda de forma mais completa o surto emancipacionista que ocorreu após a Constituição de 1988 no Rio Grande do Sul, ainda mais, porque nesse Estado as lideranças locais têm a prerrogativa de iniciar o processo, diferentemente de estados como Bahia e Pernambuco, nos quais os deputados estaduais devem iniciá-lo.

Além disso, com a possibilidade da aprovação da PEC nº 13 de 2003 estamos mais próximos de uma nova “explosão municipal”, por isso entender quem são esses atores locais e quais seus objetivos com a emancipação se torna ainda mais relevante.

Segundo Tomio (2002), as lideranças políticas locais são indivíduos que residem na localidade, e na maioria dos Estados brasileiros possuem a prerrogativa de iniciar o processo legal emancipacionista. De acordo com o autor, o papel das lideranças locais se dá em duas dimensões principais: em relação aos eleitores da localidade e em relação aos deputados estaduais.

Diante dos interesses em jogo (ampliação da oferta de recursos fiscais e atribuição de autonomia política na localidade emancipanda), a estratégia dessas lideranças em relação aos outros atores seria: a) com os eleitores locais, mobilizá-los para que cooperem, votando favoravelmente no plebiscito e auxiliando na pressão sobre a representação política; b) com os deputados estaduais: (i) quando não houver a necessidade de subscrição de um deputado ao requerimento para a realização do plebiscito e/ou ao projeto de lei de criação do município, pressão sobre os membros da assembléia para que votem favoravelmente, com ameaças de retaliação eleitoral; e (ii) quando a subscrição de um parlamentar for necessária, promessa de recompensa de votos ao deputado que apadrinhar a iniciativa emancipacionista (TOMIO, 2002, p.66).

Embora estejamos de acordo com as considerações que o autor faz em relação às lideranças locais, entendemos que o papel desses atores é mais amplo. Antes mesmo do plebiscito (quando as lideranças locais estão preocupadas em mobilizar os eleitores para votarem favoravelmente), existem diversos momentos importantes que podem determinar o sucesso ou o fracasso do movimento emancipacionista, e até mesmo impedir que ele chegue até a instância estadual, onde reside a explicação de Tomio (2002).

Podemos considerar, por exemplo, as dificuldades para a delimitação da área a ser emancipada, bem como as disputas com lideranças locais contrárias à emancipação, e com o prefeito do município-mãe, como adversidades que as lideranças locais precisam transpor. Entraves esses que colocam em risco o processo emancipacionista e que exigem um alto grau de coesão e empenho dos líderes emancipacionistas para levar adiante o movimento.

Para destacar o papel das lideranças políticas locais no movimento emancipacionista de Westfália, fizemos a reconstituição do processo emancipatório. Da primeira reunião até a instalação do município, se passaram quase sete anos. Durante esse período ocorreram diversos impedimentos formais e informais, que colocaram em risco a concretização do novo município, e nessas ocasiões a atuação das lideranças locais foi imprescindível.

Westfália foi um dos 30 municípios⁸ que realizou consulta plebiscitária e foi criado em 1996, mas só pôde ser instalado em 2001. Como havia a possibilidade de interrupção das emancipações por parte do governo federal, os deputados gaúchos da Comissão de Assuntos Municipais (CAM) se apressaram em criar o maior número possível de municípios. Assim, conseguiram criar os 30 últimos antes de setembro de 1996, quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 15. Segundo Tomio (2002c, p.25),

Isso só foi conseguido através da derrubada dos vetos do executivo; de recursos à justiça para garantir a realização dos plebiscitos (que o TRE negava-se a realizar, devido aos prazos legais) e da alteração da Constituição Estadual (Emenda 20/1997) com o objetivo de rever o período legal das emancipações.

Entretanto, apesar de criados, os novos municípios não puderam ser instalados imediatamente devido aos prazos legais, por isso, sua instalação só aconteceu depois das Eleições Municipais de 2000. Para que a instalação dos mesmos não sofresse embargo em 2001, os deputados estaduais criaram a Emenda 20 de 05/11/1997, retirando do texto os

⁸ No **ANEXO 1** constam os dados referentes aos 30 municípios emancipados. É possível notar que apesar de Westfália contar com uma população inferior a 3000 habitantes, é um dos cinco maiores municípios criados naquele momento.

prazos⁹. Dessa forma, no artigo 9º, passou a constar o seguinte texto “A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual” (TOMIO, 2002c).

Como já ressaltamos, as fontes utilizadas para a reconstrução da história do movimento emancipacionista foram as atas das reuniões realizadas na localidade com vistas a mobilizar a comunidade para o plebiscito; os documentos encaminhados no dossiê à Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa (CAM); os questionários aplicados junto à Comissão Emancipacionista; as conversas e a entrevista realizada com Kátia Heemann, secretária da CAM que acompanhou o processo emancipacionista, bem como, reportagens do jornal local *O Informativo de Teutônia*¹⁰.

Para realizar a emancipação de um município gaúcho é preciso respeitar algumas etapas, conforme a **Figura 1**, baseada nas recomendações da Lei Complementar nº 9.070, de 2 de maio de 1990, da Constituição gaúcha¹¹.

⁹ “A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, *no período entre dezoito e seis meses anteriores às eleições para Prefeito*, observados os requisitos estabelecidos em lei complementar, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas” (RIO GRANDE DO SUL, 1989) – grifos nossos.

¹⁰ Duas lideranças da Comissão Emancipacionista eram vereadores municipais de Teutônia no período 1997-2000, o que lhes facilitou o acesso ao meio de comunicação, e dessa forma deram maior notoriedade ao processo emancipatório no jornal.

¹¹ Como apresentaremos posteriormente, no caso de Westfália e dos outros 29 municípios criados na ocasião, mesmo após a realização do plebiscito o governador vetou o projeto de criação dos mesmos, veto que foi derrubado pela Assembléia Legislativa gaúcha, sendo que a lei de criação dos municípios foi promulgada pelo deputado José Otávio Germano, presidente da Assembléia Legislativa. Portanto o processo emancipatório desses municípios teve mais desdobramentos do que aquele previsto na Lei Complementar nº 9.070/1990. Segundo a CAM (1996), até aquela ocasião não havia ocorrido nenhum caso como esse, no qual o governador veta o projeto de criação do município após a consulta plebiscitária.

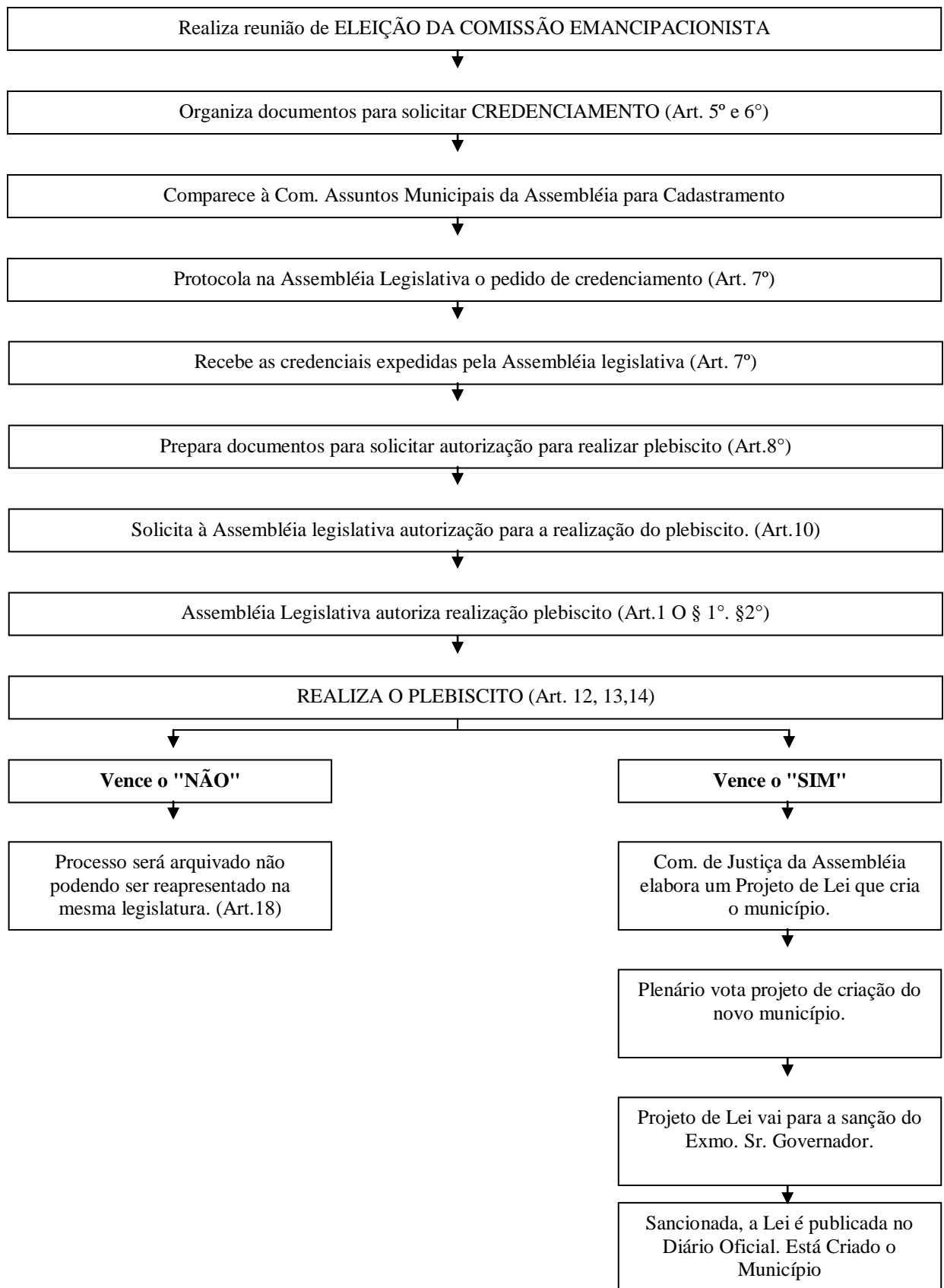


Figura 1 - Fluxograma de um Processo Emancipacionista

Fonte: Mincarone (1992)

3.4.1 Como surgiu a idéia da emancipação de Westfália e quais eram os seus objetivos

Segundo os integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália, existe mais de uma explicação para o início do movimento emancipacionista na localidade. Para facilitar a análise, enquadrámos as respostas das lideranças ao questionário em algumas categorias.

A maioria dos entrevistados não soube responder exatamente como surgiu a idéia da emancipação, mas apontou os motivos que em sua opinião levaram ao surgimento do movimento. Sendo assim, oito entrevistados¹² não atribuíram a idéia a nenhum motivo em especial, afirmando simplesmente que foram as lideranças que resolveram se mobilizar. Quatro entrevistados alegaram que assim como várias localidades, Westfália tinha condições de conseguir sua independência política e administrativa, e isso teria motivado a emancipação no município.

Segundo Pinheiro e Mota (2003b)¹³ esse é um argumento recorrente nos dossiês dos 30 municípios analisados. “Efeito demonstração das emancipações anteriores” foi citado em 18 dossiês como motivação para a emancipação. Em entrevista com Kátia Heemann¹⁴, secretária da CAM, esse aspecto também foi salientado quando questionada sobre quais são os interesses que movem as lideranças locais a iniciarem um movimento emancipacionista.

Então, a primeira coisa que “bate” é a questão da infra-estrutura, enxergam que podem melhorar, e isso muito influenciados pelos vizinhos, porque se tu olhares o mapa do Rio Grande do Sul, tu vais ver que onde tem emancipação elas acontecem novamente e onde não tem, tu não tem nenhum modelo de referência. A maioria das vezes ele olha para o vizinho, e diz “Bhá, o município tal conseguiu se emancipar, então nós também podemos. Olha o que ele melhorou, então a gente também pode”. É basicamente isso (HEEMANN, 2008).

Quatro lideranças emancipacionistas de Westfália disseram que a idéia da emancipação surgiu devido à insatisfação com os municípios-mãe¹⁵. Argumento que de acordo com Pinheiro e Mota (2003 b) foi utilizado explicitamente como pretexto para a emancipação, por apenas 9 dos 30 municípios analisados.

Outros quatro entrevistados disseram que tudo começou com uma provocação do então prefeito de Teutônia, Elton Klepker, na ocasião da inauguração de um posto de serviços

¹² Pergunta 17. O senhor saberia dizer como surgiu a idéia da emancipação? De quem partiu essa idéia?

¹³ Os autores analisam os dossiês (especialmente os estudos de repercussão econômica das localidades emancipandas ou documentos equivalentes) dos 30 municípios emancipados do Rio Grande do Sul em 1996 (entre eles, Westfália), disponibilizados pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

¹⁴ No **APÊNDICE 3** consta a transcrição da entrevista.

¹⁵ Apesar do município de Westfália ser formado por parte do território de dois municípios, Teutônia e Imigrante, apenas um dos integrantes da Comissão Emancipacionista residia em Imigrante, por isso as declarações de insatisfação em sua maioria são em relação ao município de Teutônia. Quando apresentarmos a configuração da área emancipanda, isso ficará mais claro.

na localidade de Vila Schmidt¹⁶. Naquele momento o prefeito teria comentado durante seu discurso, que apesar de ter todas as condições de conseguir sua independência política e administrativa, a localidade não tinha lideranças capazes de concretizar a emancipação. De acordo com essas lideranças, isso teria soado como um desafio para alguns dos presentes, e na noite daquele mesmo dia teria começado o movimento pró-emancipação.

Cabe observar que um entrevistado não soube responder a essa questão, e um deu duas explicações para o início do movimento.

Como surgiu a idéia da emancipação?	Nº de Entrevistados
Lideranças resolveram se mobilizar	8
Insatisfação com o município-mãe	4
Assim como outras localidades, Westfália tinha condições de se emancipar	4
Provocação de Elton Klepker	4
Não sei	1

Quadro 3 - Como surgiu a idéia da emancipação?

Quando questionados “De quem partiu a idéia da emancipação?”, sete entrevistados não citaram nenhum nome especificamente, declarando que foi das lideranças que partiu a idéia. No entanto, muitos levantaram mais de um nome: Enio Grave foi lembrado por onze entrevistados, como sendo quem “encabeçou” a idéia. Néelson Horst foi citado por seis lideranças, Ido Sulzbach lembrado por três, assim como Idílio Lindemann. Norberto Grave foi lembrado por dois entrevistados, e Arlindo Dahmer e Waldemar Hilgeman, por um entrevistado cada um.

De quem partiu a idéia da emancipação?	Nº de Entrevistados
Ênio Grave	11
Néelson Horst	6
Ido Sulzbach	3
Idílio Lindemann	3
Norberto Grave	2
Arlindo Dahmer	1
Waldemar Hilgeman	1

Quadro 4 - De quem partiu a idéia da emancipação?

A administração municipal e a população de Westfália recentemente homenagearam Ênio Grave (*in memorium*), presidente da Comissão Emancipacionista, com um busto e uma placa com palavras de reconhecimento, instalados junto ao Centro Administrativo da localidade, o que evidencia a importância desse líder emancipacionista para a criação do município.

¹⁶ Procuramos verificar a data dessa inauguração, no entanto nem a prefeitura de Teutônia e nem a de Westfália sabiam dessa informação.

Segundo Alcido Lindemann, prefeito de Westfália de 2001 até 2008, “Grave foi brilhante no seu trabalho como líder da Comissão e merece esta singela homenagem”, Lindemann estendeu o agradecimento também aos familiares do líder emancipacionista. Ainda de acordo com o prefeito, “Westfália atinge altos índices de desenvolvimento na produção primária e secundária, graças ao trabalho de todo o seu povo que lutou bravamente pela emancipação. O nosso município é um exemplo claro que as emancipações são um testemunho de desenvolvimento no país” (FOLHA POPULAR, 2008, p.9).¹⁷

É importante notar que no caso que estudamos, a idéia de emancipação partiu das próprias lideranças locais, diferente do que ocorreu no município de Itaoca estudado por Mota Jr. (2002), no qual a iniciativa surgiu de um deputado estadual da região.

Mesmo assim, no processo emancipatório de Westfália devemos destacar a importância dos deputados estaduais. Quando questionados, a maioria dos entrevistados afirmou que a presença dos deputados foi relevante nos “comícios” e/ou reuniões que mobilizaram a população para o plebiscito, foi importante também a pressão que os mesmos desempenharam sobre o governador do Estado, para que votasse favoravelmente à emancipação.

A importância de deputados federais, prefeitos de municípios recém-emancipados, e da secretária da CAM da Assembléia Legislativa gaúcha também foi ressaltada. Segundo as lideranças locais, os depoimentos dessas autoridades sobre as emancipações foram essenciais nas reuniões organizadas pela Comissão Emancipacionista, visto que informavam e esclareciam as dúvidas da população local, além disso, davam credibilidade aos argumentos de viabilidade e sucesso da emancipação municipal, através dos exemplos de seus municípios.

Entre os deputados estaduais em exercício na época, os mais lembrados foram Heron de Oliveira do PDT, Erni Petry do PPR, Pompeu de Matos do PDT e Caio Riela do PTB. Outro nome muito lembrado pelos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália foi o ex-deputado estadual do PMDB Hélio Musskopf, bem como o deputado federal do PDT, Enio Bacci. Entre os prefeitos de localidades recém emancipadas que foram considerados relevantes, destaca-se o ex-prefeito do município de Barão, Eugênio Caliari.

Helio Musskopf, Enio Bacci, Erny Petry são naturais de municípios do Vale do Alto Taquari, e nessa região possuem seus redutos eleitorais. Heron de Oliveira apesar de ter nascido em Butiá (RS), está radicado há 23 anos no município de Lajeado, onde começou sua vida político-partidária. Tratam-se, portanto, de figuras políticas conhecidas pela população, e

¹⁷ No ANEXO 2 constam as reportagens dos jornais locais que fazem referência ao processo emancipatório de Westfália.

por isso, merecedoras de sua confiança. O mesmo vale para o deputado Pompeu de Mattos, que apesar de não ser natural da região, tem inserção política na mesma.

Caio Riela na época era presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Kátia Heemann era a secretária dessa comissão, o que justifica a presença deles nas reuniões. Eugênio Caliarri, foi lembrado por trazer a experiência do então recém criado, município de Barão.

O principal motivo¹⁸ apontado para a emancipação de Westfália, segundo as lideranças da Comissão Emancipacionista foi a insatisfação com os municípios-mãe, especialmente Teutônia, como pudemos observar nas respostas dos entrevistados¹⁹: *“Pelo que gerávamos de imposto, muito pouco voltava para cá”* (Entrevistado 2) ou como ressalta o Entrevistado 4, *“Teutônia ter nos abandonado”* ou ainda *“Insatisfação com a arrecadação, boa parte ficava com Teutônia”* (Entrevistado 12). O entrevistado 19 alega como motivo para a emancipação o *“Esquecimento do município-mãe. Éramos o interior de Teutônia, por isso, sempre éramos os últimos a receber os benefícios, por exemplo, uma ficha do SUS”*.

As explicações alegadas para a emancipação ficam mais evidentes quando analisamos os objetivos que eram almejados. Oito entrevistados declararam que a principal finalidade da criação do município era aproximar a população do poder municipal, aproximar a população da administração, como podemos ver no depoimento do entrevistado 5: *“Trazer o poder para mais perto das pessoas, para que elas pudessem fiscalizar os atos do prefeito, dos vereadores. A localidade mostrava todas as condições para se emancipar. Tudo [a emancipação] com o objetivo de dar um atendimento melhor aos munícipes. Trazer as instituições para mais perto da população, por exemplo, a Emater, o posto de saúde”*.

Ou como relata o entrevistado 20: *“As localidades terem a possibilidade de pensar suas políticas no que se refere às suas próprias receitas. Num município se está mais perto do poder. Isso proporciona um controle maior dos gastos da administração pública. A população tem uma certeza maior de que suas prioridades na administração serão atendidas”*.

Seis entrevistados destacaram como principal objetivo da emancipação, melhorar o atendimento à população, como considera o entrevistado 7: *“Conseguir atender melhor os anseios da população no que diz respeito à saúde, agricultura, educação, mais apoio às obras”*. Outros seis entrevistados destacam que com a emancipação queriam mais recursos

¹⁸ Pergunta 19. Em sua opinião, qual foi o principal motivo para a emancipação de Westfália? Quais os objetivos com essa emancipação?

¹⁹ No **APÊNDICE 2**, constam as respostas dos entrevistados ao questionário.

para a localidade; três disseram que objetivavam progresso e dois lembraram que o objetivo era segurar os jovens no interior, garantindo-lhes emprego, evitando assim, o êxodo rural. Um entrevistado disse simplesmente que o que queriam era a independência.

Quais os objetivos da emancipação?²⁰	Nº de Entrevistados
Aproximar a população do poder municipal (da administração)	8
Melhorar o atendimento à população	6
Mais recursos	6
Progresso	3
Evitar o êxodo rural (Segurar o jovem no interior)	2
Tornar-se independente	1

Quadro 5 - Quais os objetivos da emancipação?

Com relação aos objetivos apontados para a emancipação de Westfália pelos emancipacionistas, nossas conclusões confirmam o que Pinheiro e Mota (2003b, 773) observaram para o conjunto dos 30 municípios criados em 1996. De acordo com os autores, não houve um motivo que tenha sido consistentemente evocado nos dossiês dos municípios, no entanto: “(...) ‘Evitar o êxodo rural’ deveria ser, do ponto de vista socioeconômico, a melhor justificativa para a emancipação; entretanto, essa argumentação foi a menos utilizada por todos os pretendentes, tendo sido explicitada em apenas oito dos dossiês”.

O “efeito demonstração”, muito utilizado como justificativa para a emancipação nos estudos de viabilidade dos municípios criados em 1996, foi ressaltado pelos entrevistados de Westfália como explicação para o início do processo. O abandono por parte do município-mãe, motivo recorrente como justificativa para o movimento no caso dos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália, foi citado explicitamente por apenas 9 estudos de viabilidade avaliados por Pinheiro e Mota (2003b). ‘Ter acesso ao FPM e outras fontes transferidas’ foi usado como argumento por 15 desses estudos, e conforme os autores, isso mostra não haver por parte dos futuros municípios uma conscientização clara sobre os aspectos orçamentários e financeiros que passarão a ser de sua responsabilidade. Seis dos emancipacionistas que entrevistamos disseram que o objetivo da criação do novo município era obter mais recursos.

O estudo de repercussão de Westfália foi realizado por Ney J. Lazzari e Roque D. Bersch, ambos técnicos da Faculdade de Ciências Econômicas do Centro Universitário Univates, que fica em Lajeado (RS). Segundo Pinheiro e Mota (2003b), trata-se um trabalho essencialmente descritivo, que não foge do padrão dos demais: textos com premissas e

²⁰ Alguns entrevistados alegaram mais de um objetivo à emancipação.

conclusões idênticas. O estudo não traz qualquer preocupação de natureza prospectiva, e o argumento básico é que os municípios criados no Vale do Taquari nos anos 80 e 90 são prova de que a emancipação traz melhorias significativas para a população local.

De acordo com os autores, era de se esperar que esses estudos realizados por profissionais ligados às universidades fossem mais “técnicos”. No entanto, em geral não foram realizadas pesquisas para avaliar a realidade socioeconômica da localidade emancipanda, tão pouco foram formuladas propostas de desenvolvimento, ou simulações que pudessem comprovar a viabilidade da emancipação. Isso leva Pinheiro e Mota (2003b, p. 774) a seguinte conclusão:

Assim, ainda que apreciados em conjunto, os dados dos “estudos” acrescidos das demais informações nos respectivos dossiês, não há nos processos elementos materiais que conduzam a uma avaliação conclusiva sobre a viabilidade da futura municipalidade e tampouco da que remanescer.

Por fim, os autores acrescentam que para as Comissões de Emancipação os estudos de viabilidade são por natureza favoráveis ao processo emancipatório, não contendo em suas avaliações análises críticas ou mesmo isentas (PINHEIRO E MOTA, 2003b). Esses estudos são considerados como um documento legitimador do processo emancipatório, principalmente porque são assinados por “especialistas da área”, ainda que não possuam o caráter técnico que deveriam ter.

3.4.2 Configuração da área emancipanda e eleição da Comissão Emancipacionista de Westfália

O município de Westfália foi criado a partir de parte do território dos municípios de Teutônia e de Imigrante, e compreende hoje as localidades de Linha Frank, Vila Schmidt, Linha Paissandu (que faziam parte de Teutônia) e Linha Berlim (desmembrada de Imigrante), mas até essa configuração ser estabelecida muitas reuniões ocorreram e muitos conflitos foram travados.

Procuramos reconstituir as etapas de formação dessa área emancipanda, com base em reportagens do jornal *O Informativo de Teutônia*, nas atas das reuniões que tivemos acesso, assim como no depoimento dos entrevistados. É preciso ressaltar que antes dessas reuniões noticiadas pelo jornal, outras foram realizadas, mas de maneira informal, o que dificultou o seu levantamento. Consideramos apenas as reuniões divulgadas no jornal, reuniões essas que são publicamente convocadas e documentadas em atas.

As lideranças de Vila Schmidt começaram o movimento emancipacionista de Westfália, como podemos observar nas respostas à questão “De quem partiu a idéia da emancipação?”. Apesar de não haver um consenso, todas as lideranças relacionadas como precursoras da idéia residiam nessa localidade e, como veremos adiante, das dezenove pessoas eleitas para compor a Comissão Emancipacionista, quinze são de Vila Schmidt.

A primeira comunidade visitada por essas lideranças foi Linha Clara, em 31 de março de 1994. Numa votação preliminar, dos 26 presentes, 9 se mostraram favoráveis à emancipação, 11 contrários e 7 se abstiveram. Na ocasião ainda não havia sido escolhida a Comissão Emancipacionista oficial e as lideranças emancipacionistas estavam em busca de adesões à iniciativa. Embora não tivessem certeza do traçado do novo município, inclusive porque dependiam da aprovação das demais comunidades, as lideranças de Vila Schmidt que compunham a comissão provisória²¹ já haviam optado pelo provável nome do município, Westfália (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 06/04/1994 – p.11).

A reunião seguinte aconteceu meses depois, no dia 13 de agosto, na Sociedade Fluminense em Vila Schmidt. Esse encontro reuniu mais de 100 pessoas e visava escolher a Comissão Emancipacionista que deveria dar início aos procedimentos de requerimento da credencial para a emancipação na Assembléia Legislativa. No entanto, a eleição foi postergada, pois algumas comunidades não enviaram seus representantes.

Nesse momento, estavam presentes o deputado estadual Luis Carlos Casagrande, o ex-deputado estadual Hélio Musskopf, bem como Kátia Heemann (secretária da CAM), representante do deputado Caio Riela, que fizeram esclarecimentos sobre os procedimentos para a emancipação, falaram da importância do cumprimento dos requisitos legais, da participação de todos, e do desenvolvimento que significou a emancipação para os municípios criados nos últimos anos (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 17/08/1994 – p.5).

Apesar de “oficialmente” adormecido, visto que por cinco meses não foi feita nenhuma menção sobre a emancipação de Westfália no jornal local, o movimento tomava forma, levando em conta que o número de pessoas que compareceram na reunião do dia 13 de agosto foi significativamente maior do que aquele da primeira reunião noticiada. Certamente muitos outros pequenos encontros com o fim de mobilizar a população local foram realizados nesse período, muitas vezes sem convocação prévia, na forma de discussões em locais de convívio social: bailes, jogos de futebol, reuniões de amigos, a própria comunidade religiosa.

²¹ O presidente provisório da Comissão foi Ido Sulsbach.

Mas nesses casos, não foram feitas atas ou outro tipo de formalização, o que dificultou o levantamento dessas reuniões.

A Comissão Emancipacionista de Westfália foi escolhida no dia 17 de agosto de 1994, no salão da OASE de Vila Schmidt. Na ocasião, representantes de algumas localidades justificaram o motivo pelo qual não queriam fazer parte da comissão. Esse foi o caso de Décio Schneider, representante de Linha Frank que afirmou que a localidade ainda precisaria amadurecer a idéia, mas disse que “se a comunidade aderir ao movimento será um braço forte e os líderes desta formação uma subcomissão oficial do movimento emancipacionista” (ver no **ANEXO 3** a ATA nº 02/94), o que de fato aconteceu. Décio e sua esposa, Dulce Schneider, são dois dos integrantes não formais da comissão que incluímos em nossa pesquisa.

Sérgio Landmeier, líder comunitário de Linha Clara, também se pronunciou, reiterou que sua comunidade não tinha interesse em participar do novo município. Manifestou-se ainda o prefeito de Imigrante, Elimar Rex, que afirmou que embora tivesse a obrigação de prezar pela integridade de seu município, respeitaria a opinião dos munícipes da localidade de Linha Berlim que optassem por fazer parte de Westfália.

A Comissão Emancipacionista oficial foi elaborada pela comissão provisória e colocada para apreciação, alguns nomes foram trocados. A votação se deu por aclamação, por escolha dos presentes, e a comissão ficou assim definida²²: Entre parênteses colocamos a localidade de residência de cada um dos eleitos.

Comissão Emancipacionista de Westfália

Presidente: Enio Grave (Vila Schmidt - Teutônia)

1º vice-presidente: Nelson Horst (Vila Schmidt - Teutônia)

2º vice-presidente: Ido Sulzbach (Vila Schmidt - Teutônia)

Secretária: Glaci Sieben (Vila Schmidt - Teutônia)

1º vice- secretária: Claudete Kunzler (Vila Schmidt - Teutônia)

2º vice- secretário: Otávio Landmeier (Linha Paissandu - Teutônia)

Tesoureiro: Otávio Dahmer (Vila Schmidt - Teutônia)

1º vice- tesoureiro: Dirceu Ahlert (Vila Schmidt - Teutônia)

2º vice- tesoureiro: Renato Dörr (Linha Paissandu - Teutônia)

²² Entre parênteses colocamos a localidade de residência de cada um dos eleitos. Incluímos também os nomes dos integrantes “não formais” da Comissão.

Conselho fiscal:

Idílio Lindemann (Vila Schmidt - Teutônia)

Jaime Antônio Kohl (Linha Paissandu - Teutônia)

Edio Rex (Vila Schmidt - Teutônia)

Suplentes do conselho fiscal:

Evanete Inês Horst (Vila Schmidt - Teutônia)

Rudi Wiethölter (Vila Schmidt - Teutônia)

Norberto Grave (Vila Schmidt - Teutônia)

Norberto Dörr (Vila Schmidt - Teutônia)

Vera Dörr (Linha Paissandu - Teutônia)

Danilo Jasper (Vila Schmidt - Teutônia)

Lauro Wiethölter (Vila Schmidt - Teutônia)

Integrantes não formais:

Dulce Schneider (Linha Frank - Teutônia)

Décio Schneider (Linha Frank - Teutônia)

Sílvio Landmeier (Linha Berlim – Imigrante)

No capítulo quatro apresentaremos mais características do perfil dessas lideranças. No momento, basta dizer que essa Comissão foi composta apenas por representantes de duas comunidades: quinze integrantes de Vila Schmidt e quatro de Linha Paissandu, visto que as demais localidades ainda não tinham decidido se participariam do movimento.

No dia 27 de agosto de 1994 foi realizada uma reunião no Centro Comunitário de Linha Frank. Das 130 pessoas presentes, 115 foram consideradas aptas a votar, e dessas, somente 24 votaram a favor de fazer parte da área emancipanda, 89 votaram contra e 2 se abstiveram, ou seja, 77,3% dos presentes de Linha Frank não mostraram interesse em ingressar no novo município. Na ocasião, Décio Schneider pediu para que a vontade da comunidade fosse respeitada. (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 31/08/1994 – p.11)

Dois meses depois do representante de Linha Clara, Sérgio Landmeier, ter se posicionado na reunião que elegeu a Comissão Emancipacionista, comunicando que a localidade não queria se emancipar de Teutônia, muitas incertezas sobre o assunto ainda pairavam entre a população dessa comunidade. O maior medo era que fossem obrigados a fazer parte da área emancipanda. Foi por isso que no dia 21 de outubro de 1994, a convite

dessa comunidade, o prefeito de Teutônia Elton Klepker, esclareceu algumas dúvidas sobre a emancipação. Após uma votação que declarou que 92% dos votantes não queriam se emancipar, o prefeito garantiu aos presentes que essa decisão seria respeitada (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 26/10/1994 – p.12).

Portanto, de março até outubro de 1994 foram definidas apenas as localidades de Vila Schmidt e Linha Paissandu como integrantes da área emancipanda.

Segundo o depoimento de Norberto Grave (integrante da Comissão Emancipacionista), assim que ficou claro que Linha Clara não iria participar, foi convidada a comunidade de Linha Berlim, pertencente ao município de Imigrante. Para a inclusão dessa localidade no movimento foi muito importante o trabalho realizado por Silvo Landmeier, liderança dessa comunidade que também entrevistamos.

E de acordo com Décio e Dulce Schneider (integrantes “não formalizados” da Comissão), quando ficou evidente que o movimento emancipacionista iria acontecer independente do consentimento da localidade de Linha Frank, suas lideranças combinaram que cada entidade da comunidade (Coro Misto, Escola, Centro Comunitário) se reuniria com seus membros para deliberar sobre o apoio ou não à emancipação. Feito isso, os representantes dessas entidades trariam em reunião a posição de seus membros, para que só aí fosse definido se Linha Frank entraria no movimento. Como todos se posicionaram favoravelmente nesse momento, Linha Frank passou a fazer parte da área emancipanda.

Apesar de breve, este relato da configuração da área emancipanda mostra como as primeiras lideranças emancipacionistas tiveram dificuldades de definir o território que hoje pertence ao município de Westfália. Como esse foi um processo trabalhoso e como a idéia de emancipação não foi prontamente aceita pela população local. Com isso, queremos destacar que nessa etapa o empenho das lideranças locais é decisivo para o futuro do movimento.

Assim, consideramos essa fase de configuração da área emancipanda muito importante para o sucesso da emancipação, visto que sem a delimitação da área não é possível sequer iniciar a formalização do movimento emancipacionista, além do mais, sem um consenso mínimo na localidade, o movimento não tem sustentação, sendo facilmente rechaçado pela população no momento do plebiscito.

3.4.3 Do encaminhamento do processo na Assembléia Legislativa até a realização do plebiscito

Para facilitar o acompanhamento das fases do movimento emancipatório de Westfália, desenvolvemos o **Quadro 6**, no qual são apresentadas as principais etapas do processo emancipacionista na Assembléia Legislativa.

FASES DA EMANCIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES	DATA
Eleição da Comissão Emancipacionista	Os primeiros registros do movimento são de março de 1994.	17/08/1994
Pedido de credenciamento da comissão na CAM da Assembléia Legislativa gaúcha.		03/11/1994
Recebimento das credenciais	Devido à exclusão de parte da área emancipanda, e outras correções, as credenciam definitivas foram expedidas somente em 1995.	29/03/1995
Resolução Normativa 81/95 do TRE-RS fixa o calendário para a realização das Consultas Plebiscitárias	Plebiscito previsto para 22/10/1995	07/04/1995
Solicitação de autorização para realização do plebiscito		05/05/1995
Comissão de Constituição e Justiça autoriza a realização de consulta plebiscitária	PL nº 214/95	08/06/1995
Assembléia autoriza realização do plebiscito	Dos 49 deputados presentes: 27 votaram SIM x 22 votaram NÃO (à autorização)	20/06/1995
Governador veta a realização do plebiscito (por motivos políticos)	Veto total ao PL nº 214/95	13/07/1995
Assembléia derruba o veto do governador	Dos 47 deputados presentes: 16 votaram SIM x 31 votaram NÃO (ao veto do governador)	14/07/1995
Lei 10.487. D.O. autoriza a realização de consulta plebiscitária		20/07/1995
TRE-RS impugna a realização do plebiscito de 22/10/1995 em Westfália e outras áreas emancipandas.	Devido à falta do número mínimo de eleitores inscritos, em respeito a lei complementar nº 9.070 de 2 de maio de 1990 (art.10, § 1º). Além disso, nega o recurso das comissões emancipacionistas (Proc. Cl. V, nº 30/95) Art. 10 – Considerado em ordem o pedido, a Comissão de Constituição e Justiça elaborará projeto de lei que autoriza a realização de consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, fixando a área abrangida para o efeito § 1º - Por populações diretamente interessadas, nos termos desta Lei, entende-se as pessoas domiciliadas e residentes na área a ser desmembrada. (grifos nossos)	11/09/1995

Quadro 6 - Fases da emancipação do município de Westfália – PARTE I

FASES DA EMANCIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES	DATA
Lei estadual 9100/95	Art. 1º As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores serão realizadas, simultaneamente, em todo o País, no dia 3 de outubro de 1996. Parágrafo único. Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores nos municípios que venham a ser criados até 31 de dezembro de 1995.	29/09/1995
Mandado de segurança nº 2411 expedido pelo TSE Assegura o voto a todos os eleitores inscritos até 6 meses antes do plebiscito, em seções localizadas nas áreas emancipandas, independente de ali residirem ou não (grifos nossos)	Autoriza a realização do plebiscito.	29/02/1996
Resolução Normativa 90/96 do TRE-RS fixa o calendário para a realização das Consultas Plebiscitárias para a criação de novos municípios no Estado do RS: plebiscito previsto para 24/03/1996		06/03/1996
Realização do plebiscito	SIM – 1145 votos BRANCOS – 10 votos NÃO – 604 votos NULOS – 6 votos	24/03/1996
Plenário vota o projeto de criação do município	PL nº 117/96 Dos 43 deputados presentes: 41 votaram SIM X 2 votaram NÃO	28/03/1996
Governador veta o projeto que prevê a criação do município	Governador declara veto total ao PL nº 117/96	02/04/1996
Plenário derruba o veto total do governador	Dos 46 deputados presentes: 5 votaram SIM X 41 votaram NÃO (ao veto total do governador)	09/04/1996
Criação do município	Lei Estadual Nº 10.754 - promulgada pelo Deputado José Otávio Germano – presidente da Assembléia Legislativa	16/04/1996
TSE determina que não haja eleições fora do prazo	Resposta ao recurso interposto pelos advogados de Westfália.	07/1996
ADIN 1504 impetrado pelo governador contra os 30 municípios	(não foi dada a liminar, só foi trocada a data da instalação do município)	10/09/1996
PL nº 20 de 1997 da Câmara de Deputados – “Dispõe sobre a eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos Municípios novos, criados até 31 de agosto de 1996”.	Projeto original do deputado federal do RS: Sr. Osvaldo Biolchi.	29/04/1997

Quadro 6 - Fases da emancipação do município de Westfália- PARTE II

FASES DA EMANCIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES	DATA
Veto total do Presidente da República ao Projeto de lei nº 20 da Câmara Federal por considerá-lo inconstitucional.	<p>“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País.” (grifos nossos)</p> <p>O ordenamento constante do inciso constitucional transcrito é incisivo, tendo como único entendimento que o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores é de quatro anos e a eleição dar-se-á sempre em pleito direto e simultâneo realizado em todo o País, descartando-se qualquer hipótese de eleição fora do calendário constitucional expressamente estabelecido.</p>	26/06/1997
Alterada a legislação gaúcha quanto à criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios - são eliminados os prazos legais.	EC nº 20 (RS) Art. 9º - A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual.	05/11/1997
Eleições municipais		1º/10/2000
Instalação do município		1º /01/2001

Quadro 6 - Fases da emancipação do município de Westfália- PARTE III

Depois da Comissão Emancipacionista ter sido eleita, as lideranças de Westfália organizaram os documentos para solicitar o credenciamento na Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. As credenciais requeridas no dia 3 de novembro de 1994, foram expedidas no dia 29 de março de 1995 (PREFEITURA MUNICIPAL DE WESTFÁLIA, 1994, fl 67).

Em 5 de maio daquele ano a Comissão solicitou na Assembléia Legislativa a autorização para realização do plebiscito (PREFEITURA MUNICIPAL DE WESTFÁLIA, 1994, fl 72). A CAM da Assembléia Legislativa deu parecer favorável à autorização da consulta plebiscitária, em 16 de maio de 1995. Em 20 de junho do mesmo ano, a Assembléia Legislativa votou o projeto de lei que autorizava a realização de plebiscito, dos 55 deputados presentes, 27 votaram sim à proposta (8 PPR, 8 PDT, 8PTB, 3 PSB) e 22 votaram não à realização do plebiscito (3 PPR, 9 PMDB, 5 PT, 2 PTB, 1 PC do B, 1 PL, 1 PSDB)²³.

Nesse dia alguns representantes da Comissão Emancipacionista foram pessoalmente dialogar com os deputados estaduais na Assembléia Legislativa, com o intuito de lhes pedir

²³ O governador Antônio Britto foi eleito em 1994 pela coligação PMDB, PL, PSDB. Como podemos ver, os deputados desses três partidos presentes no dia da votação para a autorização do plebiscito, votaram contrariamente ao projeto.

que votassem favoravelmente à autorização do plebiscito em Westfália. Mas como relata Norberto Grave, um dos integrantes da referida Comissão, os deputados foram aconselhados pelo Governador para votarem contrariamente a autorização. De acordo com esse entrevistado, o governador Antônio Britto (do PMDB) era instigado pelo prefeito do município de Imigrante, Elimar Rex do mesmo partido, que era fortemente incitado por Elton Klepker, prefeito de Teutônia, do PDS, a se posicionar contrariamente à emancipação do município.

No dia 28 de junho de 1995, José Otávio Germano, presidente da Assembléia Legislativa encaminhou o projeto de lei que autorizava a realização do plebiscito para o governador Antônio Britto, que em 13 de julho declarou veto total ao projeto (PL nº 214/95).

No dia 14 de julho, a Assembléia Legislativa derrubou o veto do governador, e autorizou o plebiscito. Sendo que no dia 20 de julho o governador autorizou a realização do plebiscito através da lei 10.487 D.O.

Em 11 de setembro de 1995, o TRE-RS impugnou a realização da consulta plebiscitária de 22 de outubro em doze localidades, entre elas, Westfália, devido à insuficiência de número mínimo de eleitores que deveriam ter sido inscritos até o dia 22 de abril, em conformidade com a Lei Complementar nº 9.070, de 2 de maio de 1990. Segundo essa lei, até seis meses antes do plebiscito deveriam ter sido inscritos 1.800 eleitores, domiciliados e residentes na área emancipanda.

Segundo Ênio Grave, presidente da Comissão Emancipacionista, um número superior ao mínimo exigido de eleitores foi inscrito, ainda que parte desses após o prazo estipulado, sendo assim, o TRE-RS estaria cometendo uma grande injustiça com a localidade (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 20/9/1995 – p.1).

Em março de 1996, o Tribunal Superior Eleitoral julgou o Mandado de Segurança 2.411 em favor de todas as localidades cujos plebiscitos haviam sido impugnados, entre os quais o de Westfália. Esse mandado assegurou o voto a todos os eleitores inscritos até 6 meses antes do plebiscito, em seções localizadas nas áreas emancipandas, independente de ali residirem ou não.

O que era uma notícia positiva para a área que pleiteava a emancipação, logo foi contestada pelo então prefeito de Teutônia. De acordo com Elton Klepker, a lei estadual definia que os plebiscitos deveriam ter sido realizados até dezembro de 1995, passado esse prazo, só poderiam ser realizados em 1999, o que adiaria a emancipação em pelo menos três anos (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 06/03/1996 – p. 5). O prefeito, na ocasião, se

referia à Lei estadual nº 9.100/95 que determinava que somente poderiam realizar eleições municipais em 1996, os municípios criados até 31 de dezembro de 1995, do contrário, as eleições só ocorreriam em 2000.

Assim, o processo emancipacionista de Westfália, no âmbito institucional, teve que ultrapassar uma série de obstáculos até ser autorizada a realização do plebiscito: oposição do executivo, dificuldade em obter apoio do legislativo, insuficiência de eleitores (segundo o TRE-RS). Além disso, como mostrou a reportagem acima, enfrentar a oposição declarada do então prefeito de Teutônia, que não poupava esforços para dificultar a emancipação de Westfália. É isso que veremos com maiores detalhes no próximo tópico.

Em 2008 ainda se discutia a possibilidade de Westfália retroceder à condição de distrito, isso porque a municipalidade alvo de nosso estudo foi uma das 57 criadas no Brasil em 1996. De acordo com a PEC nº 15 de 1996, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios seriam feitos por lei estadual, *dentro do período determinado por lei complementar*. Entretanto essa lei ainda não tinha sido aprovada até o ano passado, o que colocou em risco a existência desses municípios. O Supremo Tribunal Federal deu prazo até maio de 2009 para que o Congresso Nacional regulamentasse a lei complementar.

Em 18 de dezembro de 2008 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 57 que considera que "Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação.", o que colocou fim a questão.

3.4.4 Posicionamento do prefeito de Teutônia

No início do processo emancipacionista, o prefeito de Teutônia, Elton Klepker²⁴, disse que estava disposto a colaborar com a emancipação de Westfália, desde que fosse procurado pelas lideranças e que esperava que essas alcançassem plenamente seus objetivos (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 17/8/1994 – p.5).

No dia 19 de outubro de 1994, Elton Klepker notificou que foi convidado pelas lideranças de Linha Clara para uma reunião que teria como objetivo esclarecer dúvidas sobre a emancipação. O prefeito disse que gostaria que comparecessem também lideranças da Linha

²⁴ Elton Klepker, do Partido Democrático Social, foi eleito prefeito em 1992 pela coligação PDS/PMDB/PDT.

Frank, “e até” a Comissão pró-emancipação da Vila Schmidt, assim como o prefeito de Imigrante, Elimar Rex, e demais lideranças da Picada Horst e de Linha Berlim.

Na nota constava ainda, que Elton Klepker tinha experiência no assunto emancipações, uma vez que tinha sido um dos líderes do fracassado movimento que quis emancipar Teutônia em 1963, e que soube aprender a lição, que foi útil para o movimento que surgiu em 1976 e levou a criação do município em 1981 (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 19/10/1994 - p.5).

Como fez um convite especial à população de Linha Frank, que se mostrava contrária a idéia da emancipação, assim como ao prefeito de Imigrante, que tinha como obrigação zelar pelo território de seu município, e “até” à Comissão Emancipacionista, é possível notar a posição contrária à emancipação do prefeito de Teutônia.

O posicionamento de Klepker fica mais evidente no discurso do vereador de Teutônia Airton Grave (filho de um dos integrantes da Comissão, e sobrinho de outro), acerca do abandono de Vila Schmidt pela prefeitura municipal: “*Grave por ocasião da última sessão da Câmara, destacou que a área em questão ainda está contribuindo com o município no que se refere ao recolhimento de tributos, e para tal, tem o direito de ter suas reivindicações atendidas*” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 02/8/1995 – p.6).

No dia 16 de agosto de 1995, numa reportagem intitulada “O não poderá acabar com o sonho do *sim*”, munícipes contrários à emancipação declararam as poucas perspectivas de sucesso do município de Westfália e disseram que muitas pessoas não apoiavam a emancipação diferente do que diziam os emancipacionistas, além disso, de acordo com a notícia: “*Os apoiadores do NÃO acham que com o empenho do prefeito Elton Klepker e ainda mais pela falta de eleitores o processo poderá ser inviabilizado*” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 16/8/1995 - p.10).

Nessa notícia fica claro que o prefeito de Teutônia estava se esforçando em atrapalhar o andamento da emancipação westfaliana. E nas respostas que os representantes da Comissão Emancipacionista de Westfália deram ao prefeito, fica evidente o grau do conflito travado.

Em resposta à publicação do dia 16 de agosto, um dos líderes emancipacionistas envolvido com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, critica o que chama de falsas lideranças que estariam acusando a Comissão Emancipacionista, bem como confundindo e amedrontando os eleitores (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 23/8/1995 – p.8).

No dia 30 de agosto de 1995, o presidente da Comissão Emancipacionista, Ênio Grave, afirma que o prefeito de Teutônia estava procurando tumultuar o processo, em suas

palavras: “*Ele [Elton Klepker] sempre disse que era um emancipacionista. Até concordo que ele queira defender o município-mãe. Mas como já está sentindo o gosto da derrota, passou a usar de artimanhas para tentar inviabilizar o processo. Agora a gente vê que ele sempre foi contra*” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 30/8/1995 – p.6).

Na declaração feita ao Informativo do dia 20 de setembro de 1995, mais uma vez é ressaltada a posição do prefeito de Teutônia e as possíveis represálias que a localidade emancipanda poderia sofrer, mesmo que não consiga se emancipar, devido ao TRE-RS ter impugnado, no dia 11 de setembro, a autorização para a realização do plebiscito. Entretanto, segundo Ênio Grave, mesmo nessas circunstâncias fica a esperança: “*não é para sempre que esse governo fica [prefeito Elton Klepker]*” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 20/9/1995 – p.1).

Quando o TSE estipulou nova data para a realização do plebiscito, que deveria ocorrer no dia 24 de março de 1996, o jornal local informou como matéria de capa: “*Vila Schmidt retoma a campanha do SIM*”, e observou que apesar de alguns já terem perdido a esperança de emancipar o município, muitos apostaram nesse sonho e graças a ele conseguiram retomar as negociações para a campanha em favor do SIM. E abaixo ressaltou “*Vila Schmidt reinicia os trabalhos em prol de sua emancipação e conseqüentemente ressurgem a polêmica briga entre o prefeito e os líderes do movimento*” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 13/03/1996 – p.1).

Como foi possível perceber nas reportagens do jornal *O Informativo de Teutônia* a oposição do prefeito de Teutônia foi constante e feita abertamente, inclusive por meio de retaliações à localidade. Esse posicionamento também pôde ser observado em outras notícias do jornal, bem como, nas entrevistas com as lideranças locais da Comissão Emancipacionista de Westfália.

Ainda que dois entrevistados tenham relatado²⁵ que a oposição do então prefeito de Imigrante, Elimar Rex, foi mais ferrenha que a de Elton Klepker, não encontramos evidências que comprovem isso em nossas fontes. A maioria dos entrevistados alegou que os municípios-mãe foram contra porque não queriam perder os recursos provenientes da área emancipanda: “*Não queriam perder a Westfália por causa da renda, por causa do povo trabalhador*”. (Entrevistado 6). Ou como ressalta o Entrevistado 2: “*Por sermos uma localidade muito forte,*

²⁵Pergunta 21. De maneira geral, o senhor diria que os municípios de Teutônia e Imigrante foram contra, a favor ou indiferentes a emancipação westfaliana?

- (1) Contra
- (2) A favor
- (3) Indiferentes

Quais, na sua opinião, foram as razões dessa posição dos municípios de origem?

muito produtiva os municípios-mãe não queriam perder. Era o merengue da sobremesa. Elimar Rex disse: ‘você nunca vão se emancipar’ e o Klepker deixou de pagar professores, creches e recolher o lixo”.

O Entrevistado 7 alega que Imigrante e Teutônia foram contra “*porque a área que estava se emancipando contribuía significativamente na arrecadação desses municípios, e com a emancipação se perderiam esses recursos*”. Já o Entrevistado 12 afirma: “*Os prefeitos com certeza foram contra. Eles tinham que zelar pelo território, não poderiam ser a favor abertamente. O Klepker foi muito contra. Também tivemos várias reuniões com o prefeito de Imigrante. Os que substituíram eles foram “legais” na partilha*”.

De acordo com o Entrevistado 3 da Comissão Emancipacionista: “*Teutônia dificultou os trabalhos para que não houvesse o plebiscito mais que Imigrante. Muitas informações de dados foram negadas. Tudo era feito para atrapalhar o processo, para se perder prazos e atrasar a administração própria. De Imigrante não tenho nada a dizer*”.

No período que antecedeu o plebiscito, o prefeito de Teutônia além de fazer retaliações à localidade, como por exemplo, retirar o maquinário que estava fazendo o asfaltamento na Linha Frank e Linha Paissandu²⁶. Anunciava nos meios de comunicação que diferentemente do que pregavam os emancipacionistas, a emancipação traria prejuízos à comunidade. Como fica claro na reportagem do jornal local: “Os argumentos mais fortes do prefeito são a falta de um hospital, posto de saúde, telefones, escola de 2º grau, sindicato rural, Brigada Militar, Delegacia de Polícia, Emater, cartórios, bancos, entre outros” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 20/03/1996 – p.8).

Portanto, além das dificuldades para delimitar a área emancipanda, devido ao posicionamento contrário de parte da população e suas lideranças; das adversidades decorrentes dos vetos aos projetos declarados pelo governador do Estado; os desafios para mobilizarem os deputados estaduais; a resistência do TRE-RS em autorizar o plebiscito, as lideranças ainda tiveram que lidar com a oposição declarada do prefeito de Teutônia que não poupava esforços para inviabilizar o processo emancipatório da localidade.

Oposição está que algumas vezes tomou a forma de retaliações que certamente tinham um alto poder de persuasão entre a população local. Nesse sentido, acreditamos que a união dos emancipacionistas em torno da causa foi de extrema importância durante o processo. Só

²⁶ “Todas as máquinas que estavam trabalhando no asfaltamento destas estradas foram recolhidas a mando do prefeito Elton Klepker, que por sua vez é o maior adversário do movimento”. (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 20/03/1996 – p.8).

assim foram capazes de superar mais essa intransigência e continuar buscando adeptos à emancipação.

Com esse relato do posicionamento do prefeito Elton Klepker não estamos tomando partido na disputa, tão pouco colocando as lideranças políticas locais como vítimas do conflito, apenas apontando a necessidade de se levar em conta na análise do processo emancipatório, a relação dessas lideranças com outro ator relevante no processo, o prefeito do município-mãe. Consideramos a defesa da integralidade do município uma responsabilidade do prefeito, portanto, sua posição é legítima.

3.4.5 A realização do plebiscito

Às vésperas do plebiscito foram realizadas várias reuniões: no dia 13 de março de 1996 em Linha Paissandu, no dia 20 na localidade de Linha Frank, no dia 21 em Linha Berlim, e finalmente no dia 22, o comício final, em Vila Schmidt. Essas “reuniões comícios” foram decisivas para a mobilização dos eleitores. Nessas ocasiões estavam presentes alguns deputados estaduais e federais, bem como prefeitos e representantes de municípios recém criados que davam depoimentos de como a emancipação foi vantajosa para suas localidades.

Até o momento, não se falava em nomes de candidatos a prefeito no novo município, pelo menos não em público. Conforme Décio Schneider, um dos líderes emancipacionistas, tinha sido firmado um pacto entre os emancipacionistas de que esse seria um assunto posterior. A mesma liderança garantiu que em Westfália tudo seria diferente: “Irá trabalhar apenas aquele que tem competência e não porque é amigo do prefeito. Será um governo participativo” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 20/03/1996 – p.8).

O plebiscito emancipatório, realizado no dia 24 de março deu vitória ao SIM por uma diferença de 541 votos, conseguindo o apoio de mais de 64% dos eleitores da localidade que se manifestaram²⁷. O NÃO venceu em apenas 2 das 8 urnas.

Depois da realização do plebiscito, o presidente da Comissão Emancipacionista, Enio Grave, disse que quanto às eleições no novo município, provavelmente se optará por uma chapa única, para evitar rivalidades (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 27/03/1996 – p.8).

Uma batalha tinha sido vencida, o plebiscito foi realizado com sucesso e garantiu a vitória aos emancipacionistas, no entanto, muitas outras batalhas ainda viriam.

²⁷ Apuração final: SIM – 1145 votos; NÃO – 604 votos; 10 votos brancos e 6 nulos. Totalizando 1765 votos, sendo que estavam inscritos 1935 eleitores, portanto a abstenção foi de 8, 79%.

O prefeito de Teutônia avisara que no caso do SIM ganhar no plebiscito, entraria com recurso para impedir a instalação do município. Agora era a vez do prefeito Elimar Rex, que de acordo com Nelson Horst, vice-presidente da Comissão Emancipacionista e então vereador de Teutônia, teria conseguido que a Câmara de Vereadores de Imigrante aprovasse verbas para que pudesse entrar com um processo na Justiça contra Westfália. Segundo Nelson Horst: “a comunidade de Vila Schmidt nunca teve nada contra Teutônia ou contra seus administradores quando resolveu emancipar-se. Horst frisou que a referida comunidade apenas quis conquistar a sua autonomia, pois entende que assim poderá crescer muito mais” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 08/05/1996 – p.13).

Mesmo depois da consulta plebiscitária, a área emancipanda continuava abandonada pela administração de Teutônia, como é possível observar em uma reportagem de julho de 1996: “O vereador Airton Grave quer que a administração municipal retome os serviços na localidade de Frank, Schmidt e Paissandu, no que se refere ao recolhimento de lixo, recuperação das estradas, entre outros”. Segundo o vereador, essas localidades não devem perder as esperanças de ter seus pedidos atendidos “pois estão contribuindo com o município de Teutônia com o recolhimento de impostos e desta forma têm o direito de exigir providências da administração municipal” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 03/07/1996 – p.8).

Um dia após a realização do plebiscito, em 25 de março de 1996, a Assembléia Legislativa votou o Projeto de Lei nº 117/96 de criação do município, 41 deputados votaram favoravelmente e 2 votaram contra a criação de Westfália. Em 2 de abril do mesmo ano, o governador do Estado Antônio Britto declarou veto total ao projeto de criação do município, segundo a Comissão de Assuntos Municipais (1996): “Jamais na história houve um caso como este, em que o governador vetou a criação dos municípios após a realização dos plebiscitos”.

No dia 9 de abril, os deputados gaúchos derrubaram o veto do governador, 41 votaram não ao veto e 5 votaram favoravelmente ao veto do executivo estadual. E assim, em 16 de abril de 1996 o presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Otávio Germano, promulgou a Lei Estadual nº 10.754 de criação do município de Westfália.

Na mesma ocasião, foram criados os outros 29 municípios gaúchos que realizaram consulta plebiscitária em 24 de março de 1996. A votação do projeto de lei de criação dos municípios pela Assembléia Legislativa, assim como o veto do governador, e posteriormente a criação dos municípios pelo deputado José Otávio Germano, se deu em bloco.

3.4.6 A luta para a realização de eleições municipais

Mais uma etapa tinha sido vencida, o município de Westfália fora criado. Entretanto, como a criação do município ocorreu posteriormente a 31 de dezembro de 1995, conforme a Lei Estadual 9.100/95, a localidade não poderia escolher seus representantes nas Eleições Municipais de 1996.

Além disso, havia a decisão do TSE (por unanimidade) que definiu que não ocorreriam eleições fora do calendário eleitoral, em resposta ao recurso interposto pelos advogados de Westfália, que haviam sugerido uma eleição para o dia 15 de novembro de 1996 (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 24/07/1996 – p.5).

Dessa forma, as eleições poderiam ser realizadas somente no ano 2000. Depoimentos como o de Nelson Horst (vice-presidente da Comissão Emancipacionista), dão o tom do movimento após ter sido definido que as eleições municipais seriam postergadas, parecia que a criação do município seria impossível. “Embora Westfália não tenha conquistado a sua emancipação, o movimento foi de fundamental importância porque mostrou a força dessa comunidade e a necessidade da administração municipal dar uma maior atenção para as localidades envolvidas no processo” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 24/07/1996 – p.11).

Posteriormente, em algumas ocasiões ainda se discutia quem eram os culpados por Westfália não ter conseguido se emancipar. Como numa sessão da Câmara de Vereadores de Teutônia, quando o vereador Néelson Horst (vice-presidente da Comissão emancipacionista) disse que vários entraves ocorreram durante o processo emancipatório, mas que o maior culpado foi o governador do Estado, por não ter sancionado o projeto de criação do município. Um vereador do PMDB retrucou dizendo que o maior culpado foi o prefeito de Teutônia, Elton Klepker, que desde o início se mostrou contrário à emancipação. Nelson Horst, do PDT, apesar de concordar que os prefeitos de Teutônia e Imigrante tiveram sua parcela de culpa, continuou afirmando que o governador do estado foi o maior responsável (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 31/07/1996 – p.11).

Em novembro de 1996 há notícias de que o prefeito de Teutônia retomou os serviços na área emancipanda, e na ocasião, foi formalmente agradecido pelo presidente da Comissão Emancipacionista. Segundo Ênio Grave, as obras (asfaltamento e construção de pontes) continuam “a todo vapor” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 11/11/1996 – p.5).

No ano de 1997 houve mais uma tentativa de realizar eleições municipais fora do prazo estabelecido pelo TRE-RS. Tratava-se do Projeto de lei da Câmara Federal de Deputados nº 20 de 1997, cujo projeto original foi de autoria do deputado gaúcho, Osvaldo Biolchi. O projeto que “Dispõe sobre a eleição para Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores dos Municípios novos, criados até 31 de agosto de 1996”, estabelecia que nesses municípios ocorressem eleições municipais no dia 15 de novembro de 1997 e que a posse dos eleitos fosse em 1º de janeiro de 1998. Os vereadores e prefeitos eleitos nessa ocasião terminariam seus mandatos em 31 de dezembro de 2000, como aqueles eleitos em 1996.

Para que a lei fosse aprovada, foi disseminada a idéia de “consenso” dentro das comissões emancipacionistas dos 30 novos municípios, assim as eleições teriam um caráter quase plebiscitário, priorizando a instalação dos municípios e não questões político-partidárias menores. Dessa forma, os municípios deveriam estabelecer chapa única para as eleições majoritárias municipais, com a finalidade de minimizar diferenças partidárias e diminuir custos com campanha eleitoral.

Mas o estabelecimento de consenso não foi possível em todas as localidades, visto que muitas não conseguiram superar suas diferenças político-partidárias. Além do mais, em 26 de junho de 1997, o presidente da República declarou veto total ao Projeto de Lei nº 20 por considerá-lo inconstitucional, visto que o inciso I do artigo 29 definia “I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País”. Segundo o presidente

o ordenamento constante do inciso constitucional transcrito é incisivo, tendo como único entendimento que o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores é de *quatro anos e a eleição dar-se-á sempre em pleito direto e simultâneo realizado em todo o País*, descartando-se qualquer hipótese de eleição fora do calendário constitucional expressamente estabelecido. (grifos nossos)

Em 5 de novembro de 1997, os deputados estaduais do Rio Grande do Sul aprovaram a Emenda Constitucional nº 20 que retirou os prazos legais da lei que definia a criação de municípios, assim, o artigo 9º passou a ter a seguinte redação: “A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual”²⁸. Os prazos foram retirados da legislação para que a instalação desses municípios não sofresse embargo em 2001, considerando que seria a última possibilidade para a instalação dessas municipalidades.

²⁸ Redação original: **Art. 9.º** – A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, no período entre dezoito e seis meses anteriores às eleições para Prefeito, observados os requisitos estabelecidos em lei complementar, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

As eleições para a escolha dos representantes dos novos municípios ocorreram somente em 2000, simultaneamente às eleições dos demais municípios brasileiros. Sendo que a instalação dos mesmos ocorreu em 1º de janeiro de 2001.

3.4.7 O conflito político-partidário dentro da Comissão Emancipacionista e a instalação do município de Westfália

Um dos requisitos que o movimento emancipacionista deve respeitar é o caráter apartidário. Condição esta que, segundo as lideranças da Comissão Emancipacionista, foi considerada no caso de Westfália. Dos 20 entrevistados, 13 responderam que durante o processo de emancipação não se falava em partidos políticos²⁹ em nível local.

O Entrevistado 2 revela que *“Na emancipação não se falava de partidos e nem de time [de futebol]”*, justamente para evitar rivalidades internamente ao grupo. Nas palavras do Entrevistado 5: *“Foi um movimento apartidário, onde todos os filiados, independente de partido, trabalhavam para que a emancipação se concretizasse”* ou como afirma o Entrevistado 4 *“Durante o processo de emancipação não se olhou partido político”* e o Entrevistado 10 *“Na emancipação não se visava partido político”*.

Ainda que 6 integrantes³⁰ da Comissão tenham lembrado da importância dos partidos no nível estadual, como forma de pressionar os deputados estaduais para votarem favoravelmente à emancipação na Assembléia, essa importância não pode ser vista sempre como positiva para o movimento, como destaca o Entrevistado 13 *“Dos deputados do PMBD: ninguém votou a favor. Nada contra o partido do novo município”*.

Certamente a resposta do Entrevistado 14 é a que melhor resume a questão partidária durante o processo emancipatório do município: *“Aqui não se falava em partido só em Comissão Emancipacionista, **pelo menos abertamente**. No âmbito estadual, foram importantes [os partidos políticos] por causa da pressão nos deputados”*. (grifos nossos)

Antes da realização do plebiscito, Décio Schneider, um dos integrantes não formais da Comissão Emancipacionista falou da perspectiva da Comissão quanto à prefeitura do novo município. “Quanto aos futuros nomes de candidatos a prefeito, comentou que foi firmado um pacto entre as lideranças emancipacionistas de que esse seria um assunto posterior e que de no

²⁹ Pergunta 24. Qual a importância dos partidos políticos na emancipação?

³⁰ Alguns entrevistados falaram da importância dos partidos nos dois âmbitos: local e estadual, por isso a soma ultrapassa 20 respostas.

momento o mais importante era tratar do processo em si” (O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA, 20/03/1996 – p.8).

Assim que foi divulgado o resultado oficial do plebiscito, que apontou que a população tinha se posicionado favoravelmente à emancipação, o presidente da Comissão Emancipacionista conversou com o jornal local. Segundo O Informativo de Teutônia (27/03/96 – p.8): “Ênio Grave observa que provavelmente deverá haver um consenso entre as lideranças políticas e o anúncio de uma candidatura única já para evitar uma rivalidade, o que seria muito ruim para a Westfália logo de início de sua caminhada”.

Nessa reportagem é possível notar que apesar do caráter apartidário do movimento emancipatório, requisito necessário para o estabelecimento de uma Comissão Emancipacionista, e do depoimento das lideranças locais afirmando que questões partidárias no nível local não foram relevantes durante o processo, havia divergências entre os integrantes da Comissão Emancipacionista que poderiam gerar rivalidades que colocariam em risco a instalação do novo município. Daí a opção por candidatura única, que seria uma forma de acomodar as diferenças do grupo.

Segundo algumas lideranças locais entrevistadas, certamente o candidato a prefeito seria Ênio Grave, presidente da Comissão Emancipacionista, um dos idealizadores da emancipação. Entretanto, alguns entrevistados deixaram claro, que mesmo o nome de Ênio Grave para o cargo não era tão consensual. Com o falecimento do presidente da Comissão Emancipacionista, em 1999, a história tomou outro rumo.

Assim, em função das eleições municipais de 2000 foi proposto como candidato único Alcido Ahlert (que se filiou ao PMDB), mas devido à insatisfação de parte da Comissão com essa indicação, ele preferiu não concorrer. Ahlert é natural da região, mas há tempos morava em Lajeado, cidade na qual é professor universitário. O argumento contra a candidatura do professor é a de que queriam alguém que tivesse sido influente no processo emancipacionista.

Por isso, o PMDB propôs como candidato a prefeito de Westfália Alcido Lindemann (o Mosquito), vice-prefeito do município de Teutônia na gestão 1997-2000. Aos representantes dos outros partidos, ficou a possibilidade de indicar o vice-prefeito. No entanto, essa proposta não foi aceita pelos emancipacionistas representantes do PTB / PPB / PDT, o que fez com que fosse sugerida outra candidatura, a de Airton Grave (vereador de Teutônia na gestão 1993-1996), filho e sobrinho de integrantes da Comissão Emancipacionista.

Assim, o confronto na Eleição Municipal de 2000 se deu entre o candidato do PMDB, Alcido Lindemann (o Mosquito) e seu vice Rudimar Hinnah e o candidato da coligação PTB / PPB / PDT, Airton Grave e seu vice Nelson Horst (vice-presidente da Comissão Emancipacionista).

A campanha eleitoral, segundo relatos dos entrevistados, foi calorosa, revelando as diferenças partidárias da localidade. Como podemos ver no **Quadro 7**, o candidato do PMDB fez 60,24% dos votos válidos. Dos vereadores eleitos na ocasião, 5 eram do PMDB, 2 do PPB, 1 do PTB e 1 do PT.

	Candidato	Candidato	Prefeito Eleito	Vereadores
Eleições Municipais de 2000	PMDB	PTB/PPB/PDT	Alcido Lindemann (Mosquito)	5 PMDB 2 PPB 1 PTB 1 PT
% v.v	60,24%	39,76		
Eleições Municipais de 2004	PMDB	PDT/PP	Alcido Lindemann (Mosquito)	5 PMDB 2 PP 2 PT
% v.v	56,28	43,72		
Eleições Municipais de 2008	PT/PMDB/PP	PDT	Sérgio Marasca	4 PMDB 3 PDT 1 PP 1 PT
% v.v	56,10	43,90		

Quadro 7 - Resultados das Eleições Municipais 2000, 2004 e 2008 em Westfália
Fonte: TRE-RS.

Os resultados da eleição revelam que os dois integrantes mais diretamente envolvidos no processo emancipatório não se elegeram, mas como veremos no próximo capítulo, isso não quer dizer que o candidato da maioria dos integrantes da Comissão Emancipacionista não tenha se eleito, visto que muitos integrantes da referida Comissão eram/são filiados ao PMDB.

Já nas Eleições Municipais de 2004, o candidato Alcido Lindemann (PMDB) e seu vice Rudimar Hinnah concorreram com o candidato do PDT/PP, Néilson Horst (vice-presidente da Comissão Emancipacionista) e seu vice Edson Landmeier. O candidato do PMDB se reelegeu com 56,28% dos votos válidos, apesar da vitória, a diferença em relação aos concorrentes foi menor do que no pleito anterior. Nessa eleição foram eleitos 5 vereadores do PMDB, 2 do PP e 2 do PT.

Na eleição municipal de 2008, saiu vitorioso o candidato a prefeito da coligação PT/PMDB/PP, Sérgio Marasca, e seu vice Otávio Landmeier (2º vice-secretário da Comissão

Emancipacionista), com 56,10% dos votos válidos. O candidato do PDT, Nelsón Horst (vice-presidente da Comissão Emancipacionista) e seu vice Elton Wahlbrinck, receberam 43,90% dos votos válidos. Foram eleitos 4 vereadores do PMDB, 3 do PDT, 1 do PP e 1 do PT.

Nota-se que em 2004 e em 2008, a votação na coligação do PDT, da qual nas duas ocasiões era candidato Nelsón Horst, recebeu o mesmo percentual de votos válidos. Apesar de considerarmos um curto período de tempo, pudemos apreender que o eleitorado do município de Westfália se divide em dois grandes grupos, no que se refere à preferência partidária: simpatizantes do PMDB e simpatizantes do PDT.

Como foi possível notar, apesar do veto do governador do PMDB (Antônio Britto) ao projeto que autorizava a realização plebiscitária, e ao projeto de criação do município, o candidato a prefeito do PMDB foi eleito em duas eleições, 2000 e 2004, sendo que em 2008, saiu vitorioso um candidato do PT, apoiado pelo PMDB.

Em outubro de 2007, segundo informações do TRE-RS, o município de Westfália contava com 566 filiados em situação ativa. Destes, 71 eram filiados ao PT, 88 ao PDT, 296 ao PMDB e 111 ao PP. Considerando que o município tinha 2.338 eleitores aptos, tínhamos 24% dos eleitores de Westfália filiados a algum partido político. Enquanto no Rio Grande do Sul, apenas 14% dos eleitores tinham filiação partidária, conforme dados do TSE.

Através da reconstituição da história do processo emancipatório de Westfália foi possível notar o quanto as lideranças locais foram importantes para o sucesso do movimento. Apesar das diversas dificuldades que os emancipacionistas enfrentaram, a união em torno do objetivo foi mais forte, ainda que as lideranças locais que participaram da Comissão Emancipacionista tivessem diferenças políticas entre si. E nesse sentido, pudemos perceber que há mais possibilidades de interrupção do processo emancipatório do que aquelas apresentados no esquema explicativo de Tomio. E que as fases que antecedem a “institucionalização” do movimento são tão determinantes quanto as posteriores.

4 PERFIL SÓCIOECONÔMICO E PROFISSIONAL DAS LIDERANÇAS EMANCIPACIONISTAS, RECONVERSÃO DE CAPITAIS E RETRIBUIÇÕES SIMBÓLICAS

Após termos reconstruído a história da emancipação de Westfália e destacado a importância das lideranças políticas locais westfalianas no processo, pretendemos apresentar esses atores políticos e apontar suas explicações e motivações para entrar no movimento emancipacionista. Primeiramente, descreveremos as características socioeconômicas e profissionais dos integrantes da Comissão Emancipacionista, para em seguida, fazermos considerações sobre como ocorreu a reconversão do capital social dessas lideranças em capital político quando da instalação do município. Feito isso, tentaremos a partir dos questionários aplicados, expor as motivações dos emancipacionistas para se envolverem no movimento emancipatório, partindo das noções de Gaxie (2005).

4.1 Alguns conceitos de Gaxie (1996) e Bourdieu (2003) para pensarmos as emancipações municipais e as lideranças políticas locais

Para pensarmos nosso objeto de estudo, levamos em conta conceitos como campo político de Gaxie (1996), e campo, capital, região, *habitus* e *illusio* de Bourdieu (2003).

De acordo com Gaxie (1996), que analisa a realidade política francesa, o campo político é o lugar onde se desenvolve a competição democrática. Trata-se de um espaço de competições distintas, diferenciadas e relativamente autônomas, no qual agentes especializados se enfrentam em torno de questões específicas. O campo político pode ser dividido em central e periférico, no primeiro, estão em jogo posições de poder centrais, como mandatos parlamentares, posições governamentais, direção de partidos, cargos nos ministérios, sendo que a disputa se dá entre políticos especializados: representantes de partidos, homens políticos profissionalizados que privilegiam questões propriamente políticas.

Já no campo político periférico estão em jogo posições políticas das mais diversas, como os cargos de governador, deputados estaduais, secretarias estaduais. Mesmo assim, segundo o autor, no campo periférico são consideradas as regras do campo político central: “Esses campos políticos periféricos são (mais ou menos) integrados ao campo político central,

apresentam a maioria de suas propriedades e obedecem, no conjunto, as suas leis de funcionamento” (GAXIE, 1996, p. 17 – tradução da autora).

Entretanto, segundo Gaxie, basta analisarmos as eleições municipais para observarmos que esses espaços obedecem a leis diferentes. Mesmo assim, nas grandes cidades, embora existam especificidades, as clivagens locais se enquadram nas clivagens centrais. A situação é totalmente diferente nas comunidades rurais, de acordo com o autor. Em tais contextos as candidaturas geralmente são decididas fora dos partidos, sendo que na maioria das vezes não respeitam a etiqueta política central, e estão mais preocupadas com os interesses locais: “Os candidatos não são homens políticos e nem mesmo exercem atividade militante nos quadros dos partidos. Eles são agricultores, médicos, fotógrafos, professores ou empregados e dedicam, ou estão dispostos a dedicar, algumas horas de seu tempo livre às atividades da sua cidade (GAXIE, 1996, p. 17).¹

Nas sociedades rurais, geralmente, são os interesses práticos dos habitantes da cidade que estruturam as posições e as oposições políticas. Durante o período eleitoral são colocadas em pauta questões do dia-a-dia, como a construção de uma escola, a manutenção das estradas, o valor dos impostos, e muitas outras demandas que são consideradas essenciais aos olhos de cada eleitor, e é ao redor disso que giram as propostas e a campanha eleitoral. Por isso, Gaxie (1996) sustenta que o campo político periférico é indiferenciado e largamente exterior ao campo político central.

Apesar do autor estar analisando a realidade política francesa, considerada central, e que países como o Brasil, por não terem autonomia dos campos serem enquadrados no campo político periférico, acreditamos que o conceito de campo político do autor é muito relevante para pensarmos nosso objeto de estudo.

Gaxie (1996) aponta ainda à ambigüidade da ação política, visto que ela é fechada e aberta ao mesmo tempo. A ação política deve ser direcionada tanto para os pares, dos quais é preciso o reconhecimento, assim como para o público mais amplo uma vez que “A capacidade de ação num espaço político, a *força propriamente política* de um homem ou grupo, quer dizer, a força eficaz nos espaços políticos, está fortemente ligada ao número de pessoas que o homem ou grupo representa, ou deveria representar” (GAXIE, 1996, p.19- tradução da autora).

¹ Um dos entrevistados da Comissão Emancipacionista de Westfália que foi vereador (administração 2005/2008) no município afirmou que sua profissão é pequeno agricultor, lembrando que não pode declarar como ocupação esse cargo eletivo, visto que é uma função temporária.

Bourdieu (2003, p.164) escreve no mesmo sentido:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio, sobretudo da relação que os mandantes, em conseqüência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em conseqüência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações.

Para esse autor, “o capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (BOURDIEU, 2003, p. 187). O capital político de um homem é medido pela força de mobilização que ele tem a título pessoal, por delegação ou como mandatário de uma organização (partido, sindicato) que acumulou capital político, em lutas passadas.

Portanto, o capital político de uma organização pode ser avaliado, levando-se em conta o número de postos no aparelho ou fora dele, e da quantidade de militantes ligados a esses postos. Assim, o autor salienta que quanto mais o capital político se institucionaliza, mais vantagens traz para quem investir nesse campo:

Com efeito, quanto mais o capital político se institucionaliza em forma de postos a tomar, maiores são as vantagens em entrar no aparelho, ao contrário do que se passa nas fases iniciais ou nos tempos de crise - em período revolucionário, por exemplo – em que os riscos são grandes e as vantagens reduzidas (BOURDIEU, 2003, p. 195).

Avaliamos que o processo emancipatório de um município pode ser considerado a fase inicial ou um momento de “crise” da institucionalização do campo político, não apenas pelas lutas políticas que derivam desse contexto, como também pelos riscos que envolve, principalmente para os líderes emancipacionistas. Podemos dizer que a emancipação é uma maneira de subverter o campo político do município-mãe. Sendo que depois de instalado o novo município, há maiores vantagens para se entrar no jogo político, ou pelo menos, menos riscos, visto que a partir daí as disputas políticas se dão através de regras previamente institucionalizadas, como ocorre nas eleições municipais, por exemplo.

Imaginemos o caso de um emancipacionista que é comerciante em sua localidade, e se envolve no processo emancipatório de seu município. Provavelmente esse comerciante sofrerá retaliações dos clientes contrários à emancipação, possivelmente será prejudicado com relação ao município de origem, por exemplo, numa licitação, especialmente se a emancipação fracassar. No entanto, se considerarmos que o município já está instalado, certamente a popularidade do comerciante, adquirida com sua profissão, pode lhe favorecer politicamente,

caso se candidate a algum cargo eletivo ou administrativo. Ou seja, nesse caso a entrada na esfera política, comparativamente, implica menos riscos.

Como estamos estudando uma emancipação municipal, cabe resgatar as reflexões acerca da idéia de região feitas por Bourdieu (2003). Segundo esse autor, quando falamos em região, o que está em jogo são lutas de visões e divisões de mundo em busca de legitimidade:

a “realidade”, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais “naturais” apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas da delimitação legítima (BOURDIEU, 2003, p. 115).

Nesse sentido, o processo de emancipação municipal nada mais é do que a disputa pela visão mais legítima do que deve ser, ou não, um município. De acordo com Reboul (1977) citado por Bourdieu (2003, p. 115) “Nada há, nem mesmo as ‘paisagens’ ou os ‘solos’, caros aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produto histórico das determinantes sociais”. Da mesma forma o território de um município não tem nada de natural.

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (BOURDIEU, 2003, p.114).

Para que se forme uma nova região, entra em pauta a eficácia do discurso performativo daqueles que pretendem criar essa realidade. E a eficácia do discurso não reside apenas no reconhecimento ou credibilidade depositados naquele que o detém, é necessário que esse discurso faça sentido para os integrantes do grupo a quem se dirige e que os membros do grupo reconheçam essa identidade como sua. No caso do processo emancipatório de Westfália, poderíamos dizer que não foi suficiente a credibilidade depositada na Comissão Emancipacionista, foi necessário que a população da localidade se sentisse contemplada nas reivindicações e justificativas apresentadas pelos emancipacionistas do movimento.

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas o caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social (BOURDIEU, 2003, p. 124).

Bourdieu (2003) aponta ainda, que se a região não existisse como espaço estigmatizado, não haveria motivo para reivindicar sua existência. É porque é marcada pela

privação do capital (material e simbólico), pela distância econômica e social em relação ao “centro”, que um estado ou pequeno distrito reclama por seus direitos e sua autonomia.

É porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades objectivas de sucesso e de ganho) para alternarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo econômicos – assume a forma de reivindicação regionalista (BOURDIEU, 2003, p. 126).

E como solução para combater essa dominação material e simbólica, muitas vezes o separatismo é a única solução. Visto que só assim é possível acabar com a unificação do mercado de bens culturais, simbólicos e inclusive econômicos, e desse modo, acabar com a dominação de um grupo sobre outro.

De modo que o separatismo aparece bem como o único meio realista de combater ou anular os efeitos de dominação que estão implícitos, inevitavelmente, na unificação do mercado de bens culturais e simbólicos, desde que uma categoria de produtores esteja em condições de impor as suas próprias normas de percepção e apreciação (BOURDIEU, 2003, p. 128).

Podemos dizer então, que a emancipação municipal busca justamente a autonomia frente à “dominação” dos municípios-mãe, dominação esta que não é apenas econômica, mas também cultural, uma vez que a independência político-administrativa possibilita aos novos municípios criarem identidades próprias mais fortes.

Como procuramos entender o que levou as lideranças locais a se mobilizarem para a criação de Westfália, bem como analisar os recursos sociais que algumas lideranças conseguiram converter em cargos eletivos ou administrativos no novo município, cabe resgatar o conceito de *illusio* de Bourdieu (1996).

O autor se questiona sobre a possibilidade de um ato desinteressado, e procura desmistificar uma lógica utilitarista na qual os agentes envolvidos no jogo estariam sempre, de modo consciente, em busca da maximização de suas ações objetivando fins econômicos. Assim, o autor prefere, ao invés do cálculo racional, colocar a relação *habitus/campo* como explicação.

Para isso, utiliza a noção de *illusio* que é “estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar” (BOURDIEU, 1996, p. 139). Bourdieu (1996) mostra que cada campo tem suas regras e lógicas próprias, e os agentes jogando no campo mantêm com ele uma relação de cumplicidade, a tal ponto que não concebem os jogos sociais dos quais fazem parte, como jogo. Portanto a *illusio* é decorrente dessa relação entre *habitus* e *campo*. Em poucas palavras, pode-se dizer que o *habitus* é uma “estrutura estruturada e estruturante, que engaja, nas

práticas e nas idéias, esquemas práticos de construção oriundos da incorporação de estruturas sociais oriundas, elas próprias, do trabalho histórico de gerações sucessivas” (BOURDIEU, 1996, p. 158).

Sobre o interesse, o autor afirma que “cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de outro campo, pode parecer desinteressante (ou absurdo, falta de realismo, loucura, etc.)” (BOURDIEU, 1996, p. 149). Ou seja, para quem não faz parte do jogo, não entende suas regras, esse jogo se torna desestimulante. Embora não seja sempre interesse econômico, cada campo tem o seu próprio interesse, exceto quando demonstrar desinteresse se torna o próprio interesse no campo. Assim, segundo Bourdieu (1996, p. 153) “Se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado”.

Bourdieu considera ainda que: “a prática tem uma lógica que não é a da lógica e, conseqüentemente, aplicar às lógicas práticas a lógica lógica, é arriscar destruir, através dos instrumentos que utilizamos para descrevê-la, a lógica que queremos descrever” (BOURDIEU, 1996, p. 146).²

4.2 Perfil socioeconômico e profissional das lideranças emancipacionistas de Westfália

Consideramos a emancipação de Westfália o momento inaugural da institucionalização de seu campo político. Nesse sentido, o processo emancipacionista é uma etapa fundamental para a compreensão do jogo político local que ocorreu com a instalação do município, visto que muitos atores que naquela ocasião lutaram pela independência política e administrativa da localidade na Comissão Emancipacionista, são também politicamente relevantes no cenário local, ocupando cargos eletivos ou administrativos no novo município.

Assim, primeiramente procuramos traçar o perfil socioeconômico e profissional das lideranças políticas locais integrantes da Comissão Emancipacionista como um todo. Em seguida, dividimos os emancipacionistas em quatro categorias, para podermos analisar com mais precisão as características daqueles que ocuparam cargos na administração westfaliana,

² A apropriação da teoria de Bourdieu, em contextos como o brasileiro, é polêmica. Autores como Coradini (1996 a) defendem que o fato de inexistir um campo científico efetivo no Brasil, com autonomia relativa, ethos e regras próprias, inviabilizam a utilização do referencial “bourdiniano”. Outros autores, como Pinto (1996), afirmam que a análise da promiscuidade dos campos em sociedades como a brasileira permite romper com uma pretensa pureza na conceituação de Bourdieu.

daqueles que ocuparam cargos nos municípios-mãe e ocuparam no novo município, daqueles que ocuparam cargos nos municípios-mãe, mas não ocuparam em Westfália e daqueles que nunca ocuparam cargos administrativos nem eletivos nos municípios referidos.

Como já mencionamos, a Comissão Emancipacionista de Westfália era composta por 19 integrantes, mas no momento em que realizamos a pesquisa dois membros da comissão já eram falecidos. Logo, restaram 17 integrantes a serem entrevistados. Entretanto, durante as entrevistas foi ressaltada a importância de pessoas que apesar de não serem “integrantes formais” da Comissão eleita em 1994, foram essenciais para o sucesso do movimento, dessa forma, consideramos mais 3 emancipacionistas.

Dos 20 emancipacionistas que entrevistamos, 15 são homens e 5 mulheres, sendo que 14 são naturais da localidade de Westfália, ainda que antes da emancipação fosse designada por outros nomes, 3 são naturais de Teutônia, 1 de Estrela, 1 de Poço das Antas e 1 de Boa Vista do Sul, todos municípios localizados nas imediações de Westfália. Como é possível observar no **Quadro 8**.

Quanto à idade, 2 entrevistados estavam na faixa dos 30-39 anos, 2 na de 40-49, 8 na de 50-59, 5 na de 60-69 e 3 na de 70-79 anos. Quanto à profissão, 12 entrevistados têm como principal ocupação a agricultura, sendo que 7 se qualificam como pequenos agricultores e 5 como agricultores de porte médio. Alguns desses agricultores se dedicam também a outras profissões: 1 comerciante, 1 dono de ônibus, 1 motorista particular, 1 vereador e 2 afirmam que são aposentados, apesar de continuarem trabalhando na agricultura. Além desses, 1 entrevistado é empresário de médio porte; 3 são professoras (uma é também supervisora de educação- cargo de confiança); 1 funcionário público (cargo de confiança) e 1 coordenadora pedagógica (cargo de confiança) e professora aposentada, e 2 entrevistados são exclusivamente aposentados.

Sobre a escolaridade, 10 lideranças não completaram o primeiro grau, 4 têm o primeiro grau completo, 2 o segundo grau completo, 2 o terceiro grau completo e 2 tem pós-graduação. Portanto, num extremo temos mais da metade dos entrevistados com uma escolarização baixa (1º grau incompleto ou completo), e no outro extremo, 4 integrantes que concluíram o 3º grau ou têm pós-graduação. Cabe destacar que essas quatro integrantes com maior escolaridade são as professoras.

		Masculino	Feminino
SEXO		15	5
IDADE	30-39 anos	1	1
	40-49 anos	1	1
	50-59 anos	5	3
	60-69 anos	5	
	70-79 anos	3	
NATURALIDADE	Westfália	10	4
	Teutônia	3	
	Estrela	1	
	Poço das Antas		1
	Boa Vista do Sul	1	
PROFISSÃO	Agricultor (a)	11	1
	Empresário (a)	1	
	Professor (a)		3
	Funcionário (a) Público (a)	1	
	Coordenador(a) Pedagógico (a)		1
	Aposentado (a)	2	
ESCOLARIDADE	1º grau incompleto	10	
	1º grau completo	3	1
	2º grau completo	2	
	3º grau completo		2
	pós-graduação		2
ESTADO CIVIL	casado (a)	15	5
PROFISSÃO DO CÔNJUGE	Agricultor (a)	9	2
	Aposentado (a)	2	
	Dona de Casa	2	
	Professor (a)	1	
	Empregado de metalúrgica		1
	Empresário (a)	1	
	Trabalhador de serviços gerais		1
	Vereador e pequeno comerciante		1
FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	PMDB	10	3
	PP	2	
	PDT	1	
	PT		1
	PSDB	1	

Quadro 8 – Perfil sócio-econômico e profissional dos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália

Metade dos emancipacionistas realizou seus estudos exclusivamente nas escolas municipais ou confessionais da comunidade na qual viviam, sendo que algumas dessas escolas foram extintas ou englobadas por novas. Estes são os que na maioria não tem o primeiro grau completo. Alguns estudaram em colégio particular no município de Teutônia ou Estrela. Os dois entrevistados que concluíram o segundo grau, estudaram nesses colégios particulares, visto que em sua localidade só recentemente foi instalado colégio de segundo grau.

As duas entrevistadas que têm o terceiro grau completo concluíram o primeiro grau em escolas de suas localidades de origem, o segundo grau em colégios particulares de Teutônia, sendo que uma cursou o terceiro grau na UNISC de Santa Cruz do Sul e a outra na Univates localizada em Lajeado. Das duas integrantes que tem pós-graduação, uma estudou em um colégio particular de Teutônia desde o primeiro grau até a conclusão do segundo, o terceiro grau realizou na UNISC e a pós-graduação na Universidade Castelo Branco de Santo Amaro - São Paulo. A outra começou seus estudos em um colégio local, terminou o primeiro grau em um colégio particular de Teutônia, o segundo grau realizou em um colégio particular do município de Estrela, a graduação e a pós-graduação foram na mesma instituição que a entrevistada anterior, UNISC e Universidade Castelo Branco. Essa pós-graduação foi realizada na modalidade de ensino à distância, e as aulas presenciais aconteciam no município de Estrela/RS.

Todas as lideranças emancipacionistas são casadas (uma é viúva, mas casou-se outra vez), sendo que a profissão dos cônjuges de 11 dos entrevistados é no setor primário (7 pequenos agricultores e 4 agricultores de porte médio), 2 são aposentadas, 2 são donas-de-casa, 1 é professora, 1 é empregado em uma metalúrgica, 1 trabalhador de serviços gerais, 1 empresária de médio porte e 1 vereador e pequeno comerciante. Cabe ressaltar que a maioria das agricultoras é também dona de casa.

Quanto à profissão dos pais, quase a totalidade dos entrevistados é filho de agricultores: 13 são filhos de pequenos agricultores, 5 filhos de agricultores de porte médio (sendo que destes um também era professor e outro motorista particular). O pai de um entrevistado era grande comprador de gado e outro tem pai operário. As mães das lideranças emancipacionistas são em sua totalidade agricultoras e/ou donas-de-casa. Os avôs paternos das lideranças entrevistadas, assim como os maternos eram em sua maioria pequenos agricultores.

Quanto à filiação partidária³, 13 entrevistados afirmaram ser filiados ao PMDB, 2 ao PP, 1 ao PDT, 1 ao PSDB, 1 ao PT e 2 entrevistados disseram não serem filiados a partido político. Três entrevistados tinham pais com filiação partidária, e outros 6 entrevistados afirmaram que seus pais apenas tinham simpatia por algum partido.

Perguntamos aos entrevistados se já ocuparam algum cargo administrativo ou eletivo nos municípios-mãe de Westfália, 5 disseram já ter ocupado algum cargo no município de Teutônia: 1 foi vereador de 1993-1996; 1 vereador de 1997-2000, além de Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais; 1 Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais; 1 Conselheiro Municipal da Agricultura de 1997-2000 (eleito pelo sindicato) e 1 capataz de obras de 1997-2000.

Além disso, 6 integrantes da Comissão Emancipacionista ocuparam algum cargo eletivo ou administrativo no município de Westfália: 1 foi eleito vereador em 2000 e reeleito em 2004; outro foi eleito vereador em 2000, mas de 2001 a 2008, foi Secretário de Obras municipal; outro emancipacionista foi Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente de 2001 a 2008; uma foi Secretária da Educação em 2001 e 2002 e depois tornou-se coordenadora pedagógica de ensino no município; outra entrevistada é supervisora de educação, desde 2001 até 2008; e um foi vereador suplente no período 2005-2008.

Em síntese, podemos dizer que os integrantes da Comissão Emancipacionista em sua maioria são do sexo masculino, naturais da localidade que atualmente pertence à Westfália, e que mais da metade dos entrevistados está na faixa dos 30-59 anos, considerando que o movimento começou no ano de 1994, alguns eram bem jovens quando se envolveram nesse empreendimento. Quanto à profissão a maioria se dedica à agricultura, além disso, chama a atenção o número de professoras na Comissão, três em atividade e uma aposentada, mas ocupando uma função relacionada com sua profissão, coordenadora pedagógica.

No que se refere à escolaridade, metade dos integrantes da Comissão têm primeiro grau incompleto, por outro lado 2 integrantes tem o terceiro grau completo, e 2 tem pós-graduação. Como ressaltamos essas 4 integrantes são as professoras, ou seja, 4 das 5 mulheres da Comissão Emancipacionista têm alto grau de escolaridade, sendo que a única mulher que não tem curso superior é integrante “não formal” da Comissão. Nessas condições, podemos

³ Consultamos no TRE-RS o ano de filiação partidária dos integrantes da Comissão, inclusive os que já são falecidos e os que disseram não ter filiação partidária. Notamos que dos 15 entrevistados dos quais conseguimos a informação, apenas dois se filiaram a partir do ano 2000, sendo que 5 pessoas se filiaram na década de 80, e os demais nos anos 90. Cabe destacar que 4 entrevistados que disseram ser filiados ao PMDB não constam nas listas entregues pelos partidos políticos ao TRE-RS, em outubro de 2007.

dizer que certamente o capital escolar foi decisivo no recrutamento das mulheres no momento da formação da Comissão Emancipacionista de Westfália.

Quanto à profissão dos pais, não há maiores distinções entre o grupo: a maioria deles é filho de pequenos agricultores. As informações referentes à renda dos entrevistados são problemáticas, visto que 4 emancipacionistas recusaram-se a responder essa pergunta, e muitos não tiveram condições de especificar os rendimentos mensais, assim consideramos esses dados pouco seguros. Mesmo assim, podemos destacar que a renda *per capita* dos emancipacionistas (somada a renda de todas as pessoas que residem na casa e dividindo pelo número de pessoas que dependem dessa renda) fica na faixa de R\$ 500,00 à R\$ 2.000,00 mensais. Considerando a média dos rendimentos mensais dos 16 entrevistados que responderam a questão, a média de rendimentos é R\$ 1.090,00 por mês.

4.3 Reversão do capital social das lideranças locais em capital político

No tópico acima, revelamos as características dos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália enquanto grupo. Agora vamos analisar o perfil socioeconômico e profissional de cada emancipacionista separadamente, com o objetivo de entender como o capital social desses atores pôde ser convertido em capital político no momento da constituição do movimento emancipacionista e principalmente depois da instalação do município. Posteriormente, consideraremos o peso do capital associativo e do capital familiar, como fator da reversão de capital político em postos administrativos e eletivos na administração municipal de Westfália.

Antes de apresentarmos as considerações acerca do perfil dos emancipacionistas que estamos estudando, cabe destacar o trabalho de Coradini (1998) que analisa os usos sociais que os candidatos aos cargos nas Eleições Municipais de 1996 em Nova Palma⁴ fizeram, por exemplo, da sua profissão, titulação escolar e situação econômica, nas lutas políticas.

O autor procura desvendar as relações entre a esfera apresentada como política e as diferentes lógicas e esferas sociais que entram em pauta durante a campanha eleitoral dos candidatos. Assim, Coradini (1998) aponta como recursos diversos podem ser utilizados e reconvertidos em recursos políticos.

Embora seja uma condição de possibilidade indispensável, além de um maior patrimônio e investimento econômico ou, então, titulação escolar, o que entra em

⁴ Pequeno município de colonização italiana, localizado na região central do Rio Grande do Sul.

pauta são seus usos sociais e o capital das relações sociais acumulado anteriormente ao ingresso oficial na política partidária, que em geral aparece em noções tais como a condição de ‘líder’ ou algo do gênero ou nas palavras de Gaxie, como encontro entre “disposições” e “transações” (CORADINI, 1998, p.111).

O autor procura apontar a ocorrência desse fenômeno tão comum na política brasileira, especialmente em nível local, onde a maioria dos políticos não é profissionalizada. Ainda que não seja possível estabelecer regras para o tipo de utilização desses recursos, nem tão pouco, mensurar com precisão a importância desse uso para o sucesso de uma candidatura. Visto que esses diferentes recursos não têm o mesmo significado para todos os candidatos e para as diferentes fases de suas carreiras.

No caso de Westfália, não estamos tratando de um momento eleitoral, mas da constituição da Comissão Emancipacionista, que apesar de ter sido eleita por aclamação na reunião convocada com essa finalidade na localidade, em 17 de agosto de 1994, já estava previamente estabelecida, sendo que só alguns novos nomes foram incluídos nesse encontro, como consta na Ata nº2/94, disponível no dossiê apresentado à CAM da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em seguida, o presidente provisório, Ido Sulzbach, submeteu a chapa à apreciação dos presentes e pediu sobre a forma de votação da mesma ser secreta ou por aclamação, tendo sido a última forma aprovada por unanimidade. Deu cinco minutos para a sugestão de outra chapa ou troca, ou inclusão de nomes. Neste prazo estabelecido houve inclusão e troca de nomes (PREFEITURA MUNICIPAL DE WESTFÁLIA, 1994)

Nosso principal objetivo é apresentar o perfil socioeconômico e profissional das lideranças políticas locais integrantes da Comissão Emancipacionista, com intuito de averiguar que tipo de capital elas podem ter mobilizado como recurso para a entrada no movimento emancipacionista, e principalmente, analisar como se deu a reconversão do capital social em capital político depois da instalação do município, quando alguns integrantes da referida comissão passaram a ocupar cargos administrativos e eletivos em Westfália⁵.

Acreditamos que a experiência política anterior à emancipação municipal, nos municípios de origem, pode ter contribuído significativamente para a entrada desses integrantes no movimento emancipacionista, e contribuído para a posterior ocupação de cargos administrativos e eletivos no novo município.

A secretária da Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa, Kátia Heemann, considera que a participação atuante das lideranças locais durante o processo emancipatório garante-lhes experiência política para atuar no novo município:

⁵ Os dados que apresentaremos são referentes às informações fornecidas pelos entrevistados em agosto de 2007, quando aplicamos os questionários junto aos integrantes da Comissão Emancipacionista.

Os que participaram ativamente do processo, entendo eu, ficaram mais bem preparados, porque nessa trajetória eles tiveram que aprender muita coisa desse mundo político que originalmente não era o *métier* deles: as questões partidárias, as questões dos diversos interesses, como eu estava dizendo da própria eleição (HEEMANN, 2008).

Dos 20 entrevistados, 3 ocuparam algum cargo administrativo ou eletivo em Teutônia; 4 ocuparam cargos em Westfália, e 2 ocuparam cargos em Teutônia e em Westfália. Portanto 9 integrantes da Comissão Emancipacionista ocuparam algum cargo, administrativo ou eletivo, nos municípios de Westfália ou Teutônia. Nenhum dos entrevistados ocupou cargos no município de Imigrante, o outro município-mãe de Westfália.

Gaxie (1996) ressalta a importância do controle dos cargos na política. Segundo o autor, essas “colocações” são como troféus que distinguem os ganhadores e lhes dão o sentimento de poder, de honra e responsabilidade, além disso, “os postos [cargos] dão direito à ação política e a possibilidade, ao menos formal, de executar seu programa e suas convicções” (GAXIE, 1996, p. 91).

Para analisar o perfil dos entrevistados, vamos dividi-los em 4 grupos: os que somente ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia; os que ocuparam cargos em Teutônia e em Westfália; os que somente ocuparam cargos em Westfália e os que nunca ocuparam cargos nos municípios referidos.

4.3.1 Os que somente ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia

Três integrantes da Comissão Emancipacionista ocuparam cargos administrativos ou eletivos em Teutônia, um como vereador no período 1993-1996; um como vereador de 1997-2000 e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teutônia; e outro como presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teutônia durante 8 anos.

O primeiro, eleito vereador de Teutônia pelo PDT em 1992, tinha 64 anos na ocasião da entrevista, é natural do município de Westfália. Além de trabalhar como agricultor (de porte médio) é aposentado e motorista particular. Sua esposa é dona de casa, assim como sua mãe. Seu pai era pequeno agricultor, bem como seus avós maternos e paternos, sendo que seu avô paterno também era empregado de açougue. Esse integrante não completou o primeiro grau, tendo estudado em um colégio municipal da localidade. É filiado ao PDT e concorreu para o cargo de vice-prefeito nas Eleições Municipais de Westfália em 2000 e para prefeito nas eleições de 2004 e 2008, não sendo eleito.

O segundo também é do sexo masculino. Trata-se de um pequeno agricultor, na época com 58 anos, natural de Teutônia. Esse integrante, assim como o primeiro, não concluiu o primeiro grau, tendo estudado em uma pequena escola da localidade que atualmente pertence ao município de Poço das Antas. Sua esposa é pequena agricultora, assim como seus pais e avós. Esse emancipacionista foi vereador no período de 1997-2000 pelo PMDB, partido ao qual ainda é filiado, além de ter sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia.

A terceira integrante desse grupo é do sexo feminino, tinha 57 anos no momento da entrevista, e é natural de Westfália. Ela assim como seu esposo (integrante citado acima) se dedica a pequena agricultura, bem como seus pais e avós. Essa emancipacionista completou o primeiro grau num colégio particular do município de Estrela. É filiada ao PMDB, da mesma forma que seu pai e seu esposo. Foi presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teutônia por 8 anos.

Acreditamos que apesar de terem ocupado cargos em Teutônia, questões partidárias e diferenças de opinião fizeram com que o capital político ou associativo desses integrantes não fosse reconvertido em cargos no novo município até 2007. No **Quadro 9**, apresentamos as justificativas dos entrevistados para o fato.

PARTIDO	CARGO EM TEUTÔNIA	CARGO EM WESTFÁLIA	JUSTIFICATIVA
PDT	vereador	Não	perdeu as eleições
PMDB	vereador e presidente do STR	Não	discorda do modelo de administração proposto
PMDB	presidente do STR	Não	discorda do modelo de administração proposto

Quadro 9 - Os que somente ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia

No caso do primeiro integrante trata-se de diferenças partidárias, como referimos, esse emancipacionista concorreu como candidato a vice-prefeito nas eleições municipais de 2000, e como prefeito em 2004 e 2008 pelo PDT, não obtendo vitória, o que lhe impediu de ocupar tanto cargos eletivos como administrativos em Westfália.

Quanto ao casal de integrantes ligados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais em Teutônia, trata-se de divergências na concepção do modelo de município que foi instalado, que segundo eles é muito diferente do que se esperava antes da emancipação. Apesar desses integrantes serem filiados ao PMDB, partido que administrou o município até 2008, não ocuparam cargos na prefeitura municipal de Westfália. Quando conversamos com o casal, ele

referiu-se à desilusão que sofreu em relação à política, bem como à decepção com alguns aspectos da administração de Westfália.

4.3.2 Os que ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia e em Westfália⁶.

Dois integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália que ocuparam cargos em Westfália, já haviam ocupado cargos no município de Teutônia, um participava do Conselho Municipal da Agricultura no município de origem, e ocupou o cargo de vereador em Westfália por dois mandados (2001-2004 / 2005-2008). O outro, que era capataz de obras em Teutônia, foi eleito vereador de Westfália em 2001, mas não chegou a assumir o cargo, visto que foi convidado pelo prefeito do novo município para ocupar a pasta de Secretário de Obras, função que ainda desempenhava em 2007.

O primeiro tinha 45 anos, e é natural do município de Teutônia, se dedica à agricultura (de pequeno porte), além de ser vereador. Sua esposa, assim como seus pais e avós são pequenos agricultores. Esse vereador, eleito em 2000 e reeleito em 2004, tem o segundo grau completo e é filiado ao PMDB, sendo que seus pais eram simpáticos à ARENA. Sua religião é a evangélica protestante, esse integrante assim como a maioria dos seus colegas entende o dialeto “sapato-de-pau”. No município de Teutônia, participou do Conselho Municipal de Agricultura, eleito pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, no período de 1997-2000. Certamente o capital político acumulado nessa função lhe auxiliou na conquista do cargo de vereador.

O segundo tinha 63 anos, como salientamos foi eleito vereador nas Eleições Municipais de 2000, mas não chegou a assumir essa função, pois foi nomeado Secretário de Obras em 2001. Possivelmente, o fato de ter sido capataz de obras de 1997-2000 no município de Teutônia, teve influência para sua indicação ao cargo na secretaria de Westfália. Esse entrevistado considerou que sua profissão era funcionário público, sendo que sua esposa, assim como seus pais (o pai além de agricultor era professor) e avós maternos e paternos eram agricultores de porte médio. Esse entrevistado é filiado ao PMDB e não tem o primeiro grau completo (estudou numa pequena escola da localidade).

⁶ O questionário foi aplicado junto à Comissão Emancipacionista em agosto de 2007, assim, levamos em conta apenas os cargos que esses integrantes ocupavam até o momento da nossa pesquisa. Portanto, desconsideramos os postos que possam ter ocupado a partir da gestão que iniciou em janeiro de 2009.

Esses dois integrantes ocuparam cargos diferentes, que por sua vez exigiram recursos diversos. O primeiro, vereador municipal de 2001 até 2008, mobilizou para chegar a esse cargo um capital que foi avaliado e reconhecido pelos eleitores do município, através da eleição. É provável que a experiência de ter participado do Conselho Municipal da Agricultura no município de Teutônia, possa ter influenciado em sua eleição, assim como o fato de ter sido um dos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália.

Já o segundo integrante, que foi Secretário de Obras em Westfália de 2001 até 2008, além de fatores partidários, certamente utilizou como recurso para a ocupação do cargo a experiência profissional que adquiriu no município-mãe. No caso, o uso que fez de sua profissão foi essencial. Devemos levar em conta que antes de ser indicado para a função de secretário de obras, foi eleito como vereador nas Eleições Municipais de 2000, portanto, legitimado pelo voto da população e posteriormente pela indicação do prefeito.

No **Quadro 10** apresentamos os principais recursos envolvidos na reconversão de capital, no caso desses dois emancipacionistas.

PARTIDO	CARGO EM TEUTÔNIA	CARGO EM WESTFÁLIA	RECURSOS ENVOLVIDOS
PMDB	Integrante do Conselho Municipal da Agricultura	Vereador	- reconhecimento dos eleitores
PMDB	Capataz de Obras	Vereador / Secretário de obras	- reconhecimento dos eleitores - experiência profissional - vínculo partidário

Quadro 10- Os que ocuparam cargos eletivos ou administrativos em Teutônia e em Westfália

No caso de Westfália, não podemos descartar nas reconversões de capital social em capital político, os recursos pessoais/ familiares e as relações partidárias. Ainda que, como afirma Coradini (1998), seja muito difícil mensurar quanto cada tipo de capital “pesa” para determinado sujeito, num dado momento de sua carreira.

Na realidade empírica que analisamos, esses dois integrantes podem ser considerados “políticos profissionais”, respeitadas as proporções, visto que estamos considerando o campo político periférico. Esses dois entrevistados ocupam cargos políticos, administrativos ou eletivos há mais de dez anos, ainda que continuem desempenhando outra profissão, no caso a agricultura.

4.3.3 Os que somente ocuparam cargos em Westfália

Esse grupo é composto por quatro entrevistados, sendo que três ocuparam cargos administrativos, no caso cargos de confiança, e apenas um ocupou cargo eletivo, foi suplente de vereador no período 2005-2008.

A primeira integrante tinha 54 anos de idade na ocasião da entrevista, é natural de Westfália. Seus pais e avós eram pequenos agricultores, e seu esposo faz serviços gerais. Essa emancipacionista é filiada ao PMDB, sendo que seus pais não eram filiados nem simpáticos a nenhum partido político. Trata-se de uma professora aposentada, com pós-graduação em Supervisão e Administração Escolar que no período 2001-2002 foi Secretária da Educação de Westfália, cargo que seu filho estava ocupando em 2007. Desde 2002, era Coordenadora Pedagógica de Ensino no município. Nesse caso, possivelmente o uso do capital escolar e profissional, somado às relações partidárias e pessoais podem ter definido a ocupação do cargo de confiança (CC) na administração municipal.

A outra entrevistada tinha 50 anos, e também é natural de Westfália. Seu esposo é agricultor de médio porte, assim como seu pai, sendo que a sua mãe é dona-de-casa. Seus avós, maternos e paternos, eram agricultores de médio porte. Ela é filiada ao PMDB, e seus pais eram simpáticos à ARENA. Ocupou um CC como Supervisora de Educação desde 2001, provavelmente em função de seu capital escolar e profissional, visto que se trata de uma professora do ensino fundamental, com pós-graduação em Supervisão e Administração Escolar. Cabe destacar que além do capital escolar, a origem social de sua família possa ter contribuído na trajetória dessa entrevistada, seu esposo, assim como seus pais e avós são/eram agricultores de médio porte.

Outro entrevistado que somente ocupou cargos em Westfália tinha 37 anos e é natural dessa localidade. Apesar de ter sido Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente do município desde 2001, quando questionado sobre a sua profissão, afirmou ser agricultor de porte médio, assim como sua esposa. Seus pais são igualmente agricultores de porte médio, sendo que seus avós, maternos e paternos, eram pequenos agricultores. Esse entrevistado, da mesma forma que seu pai, é filiado ao PMDB. Esse emancipacionista possui o 2º grau completo, considerando que mais da metade dos integrantes da Comissão não concluíram o 1º grau, podemos considerar esse grau de instrução elevado. Assim, nesse caso, o capital escolar, familiar e profissional (visto que é um agricultor de médio porte e ocupava a pasta da

Secretaria da Agricultura), podem ter influenciado na ocupação do cargo, além é claro, de questões partidárias e pessoais mais difíceis de mensurar.

Agora vamos traçar o perfil do único entrevistado desse grupo que ocupou cargo eletivo. Trata-se de um homem que na época da pesquisa tinha 75 anos, aposentado como músico e comerciante, sendo que sua esposa também é aposentada. Seus pais eram agricultores de médio porte, do mesmo modo que seus avós, maternos e paternos. Esse entrevistado é filiado ao PP, seus pais não eram filiados a nenhum partido, mas segundo o entrevistado, eram da opinião de que se devia apoiar o governo sempre. Esse emancipacionista tem o primeiro grau incompleto e em 2004 foi eleito suplente para o cargo de vereador.

No **Quadro 11** apresentamos os principais recursos mobilizados por esses quatro emancipacionistas para ocuparem cargos em Westfália.

PARTIDO	CARGO EM TEUTÔNIA	CARGO EM WESTFÁLIA	RECURSOS ENVOLVIDOS
PMDB	não	Secretária da Educação/ Coordenadora Pedagógica	- experiência profissional - escolaridade - vínculo partidário
PMDB	não	Supervisora da Educação	- experiência profissional - escolaridade - vínculo partidário
PMDB	não	Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente	- experiência profissional - escolaridade - vínculo partidário
PP	não	vereador (suplente)	- reconhecimento dos eleitores

Quadro 11 - Os que somente ocuparam cargos em Westfália

Nota-se que dentre os quatro entrevistados desse grupo que somente ocupou cargos no município de Westfália, o último, suplente de vereador, é o único que não é do PMDB, outra diferença é sua idade, muito mais elevada que dos demais integrantes desse grupo. Além disso, seu grau de instrução é bem menor se comparamos com os integrantes que ocuparam cargos administrativos.

Acreditamos que além de “capital político-partidário”, o que influenciou a indicação desses emancipacionistas a ocuparem cargos administrativos (de confiança) em Westfália foi o capital escolar e profissional, principalmente no caso das duas professoras que tem pós-graduação e ocuparam as funções de Supervisora da Educação e Coordenadora Pedagógica na rede de ensino municipal, tarefas relacionadas às suas áreas de formação. O mesmo vale para

o agricultor de porte médio, com o segundo grau completo, que foi Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente do município.

Portanto, fica evidente que os recursos necessários para a ocupação de um cargo administrativo são diferentes daqueles essenciais para a ocupação de um cargo eletivo. Além disso, é possível notar a apropriação do capital escolar e profissional para a ocupação de cargos administrativos, legitimidade avaliada na “capacidade técnica”, que, entretanto é essencialmente política. Segundo Coradini (2001, p. 189) “a formação de ‘liderança’ em nome de uma determinada profissão é inversamente proporcional ao seu exercício efetivo”.

4.3.4 Os que nunca ocuparam cargos políticos ou administrativos em Teutônia ou em Westfália

Optamos por analisar esses integrantes enquanto grupo, não considerando seus perfis separadamente. Dentre os 11 integrantes que não ocuparam nenhum cargo administrativo ou eletivo em Teutônia ou Westfália, nove são homens e apenas duas são mulheres. Quanto à naturalidade, 7 são de Westfália, 1 de Teutônia, 1 de Poço das Antas, 1 de Estrela e 1 de Boa Vista do Sul. No que se refere à idade, 1 estava na faixa dos 30-39 anos, 1 na de 40-49, 4 na de 50-59 anos, 3 de 60-69 e 2 na de 70-79 anos.

A maioria desses 11 integrantes se dedica à agricultura: 3 são agricultores de porte médio, 4 pequeno agricultores, 2 professoras, 1 empresário (médio porte) e 1 aposentado. Quanto à escolarização, 6 não completaram o primeiro grau, 3 tem o primeiro grau completo e 2 tem o terceiro grau completo. Sete desses integrantes estudaram exclusivamente em escolas de sua comunidade, e dois emancipacionistas naturais de Westfália completaram o primeiro grau numa escola particular de Teutônia. As duas integrantes que tem o terceiro grau completo fizeram o primeiro grau em escolas de sua localidade de origem, no segundo grau, estudaram em escolas particulares no município de Teutônia e a graduação uma realizou na Univates de Lajeado e outra na UNISC, universidade localizada em Santa Cruz do Sul.

Todos são casados, sendo que as esposas de quatro emancipacionistas desse grupo são pequenas agricultoras; uma é agricultora de médio porte. Há também uma dona-de-casa, uma aposentada, uma professora e uma empresária de médio porte. O esposo de uma integrante trabalha em uma metalúrgica e da outra é micro-empresário e vereador no município.

Os pais de sete integrantes são pequenos agricultores; dois são filhos de agricultores de médio porte (um além de agricultor é motorista particular); um tem o pai operário e um é filho de um grande comprador de gado. As mães desses integrantes emancipacionistas são todas agricultoras e/ou donas-de-casa. Seus avós paternos e maternos em geral se dedicavam à agricultura familiar.

Nove desses integrantes são filiados a algum partido político: seis ao PMDB, um ao PT, um ao PSDB e um ao PP. Apenas uma integrante tem o pai filiado a algum partido político (PDT). Os pais de um filiado eram simpáticos à ARENA, um ao PTB, e o pai de um emancipacionista desse grupo se considerava “getulista”.

O que mais chama a atenção ao analisarmos o perfil desse grupo, é o número de pessoas que são naturais de outras localidades. No total da Comissão Emancipacionista seis integrantes não são naturais de Westfália, mas de municípios próximos, sendo que quatro se enquadram no perfil daqueles que nunca ocuparam cargos em Teutônia ou Westfália. Esse grupo também tem a média de idade mais alta, dois dos três integrantes de 70-79 anos estão nesse grupo, assim como três dos cinco na faixa de 60-69 anos.

Outro ponto que merece destaque, é o grau de escolaridade, caracterizado por dois extremos nesse grupo: de um lado seis integrantes que não completaram o primeiro grau e três que têm o primeiro grau completo e do outro, dois integrantes que têm o terceiro grau completo.

Portanto, dos seis integrantes da Comissão Emancipacionista que têm o segundo grau completo ou escolarização maior, apenas essas duas integrantes não ocuparam cargos em Westfália. Possivelmente o fato de não ocuparem cargos administrativos em Westfália tem a ver com as relações familiares e políticas dessas emancipacionistas, como veremos a seguir.

4.4. Relevância das relações familiares ou do “capital familiar”

Apesar de termos traçado o perfil profissional, político-partidário e social dos integrantes da Comissão Emancipacionista, é difícil atribuímos em que medida cada fator influenciou na ocupação de cargos políticos e administrativos no município de Westfália. Dito de outra forma, precisar como se deu a reconversão do capital social em político nos dois momentos, entrada na Comissão Emancipacionista e ocupação de cargos no município de

Westfália. Mesmo assim, esses dados mostram alguns indicativos que consideramos importantes.

Coradini (1998), como ressaltamos anteriormente, pesquisou a realidade empírica de Nova Palma, e verificou como se deu a reconversão do capital social em capital político. O autor procurou reter os recursos e lógicas sociais nos quais os candidatos aos cargos do executivo e legislativo nas Eleições Municipais de 1996 estavam adscritos e as modalidades dos esforços e estratégias de sua reconversão em trunfos eleitorais.

O autor ressalta, que embora o município de Nova Palma não tenha sofrido influência do coronelismo brasileiro, há uma forte herança política na localidade, trata-se do “familismo”. Coradini (1988, p.94) sugere inclusive, que estas relações de parentesco tenham mais peso do que as próprias relações partidárias estabelecidas no município:

A quase totalidade dos candidatos e, principalmente, os mais destacados, é ligada a famílias ‘tradicionalmente’ vinculadas à ação política, seja por laços de parentesco com ocupantes de cargos políticos seja com outros candidatos. Em síntese, se tomado o conjunto dos “politicamente ativos”, este se reduz a um pequeno grupo de “famílias”, no sentido amplo, e as principais exceções são os “estreantes”, representantes de determinadas “comunidades” do interior.

Apesar de não estarmos tratando de um momento eleitoral especificamente, esse ponto também chama a atenção quando nos debruçamos sobre a Comissão Emancipacionista de Westfália. Dos vinte e dois integrantes da comissão (somando os dois que já são falecidos), onze emancipacionistas têm relações familiares entre si, conforme a **Figura 2**.

O falecido Enio Grave (presidente da Comissão) era sogro de Evanete Horst (suplente do conselho fiscal), que é filha de Nelson Horst (1º vice-presidente). Norberto Grave (suplente do conselho fiscal)⁷ é irmão de Enio Grave, e na época era sogro de Claudete Kunzler (1º vice- secretária).

Renato (2º vice- tesoureiro) e Vera Dörr (suplente do conselho fiscal) são casados, assim como Décio e Dulce Schneider (integrantes “não formais” da comissão). Rudi (suplente do conselho fiscal) e Lauro Wiethöelter (suplente do conselho fiscal) são irmãos.

Acreditamos que as relações de parentesco são importantes, visto que, uma das integrantes inclusive justifica a sua participação no movimento em função das relações familiares: “Eu era filha do Nelson e nora do Enio, tudo que tinha de papel passava pela minha mão...” (Entrevistada Evanete Horst).

⁷ Sendo que seu filho Airton Grave foi candidato a prefeito na primeira eleição municipal de Westfália, e foi vereador de Teutônia no período 1993-1996 e 1997-2000.

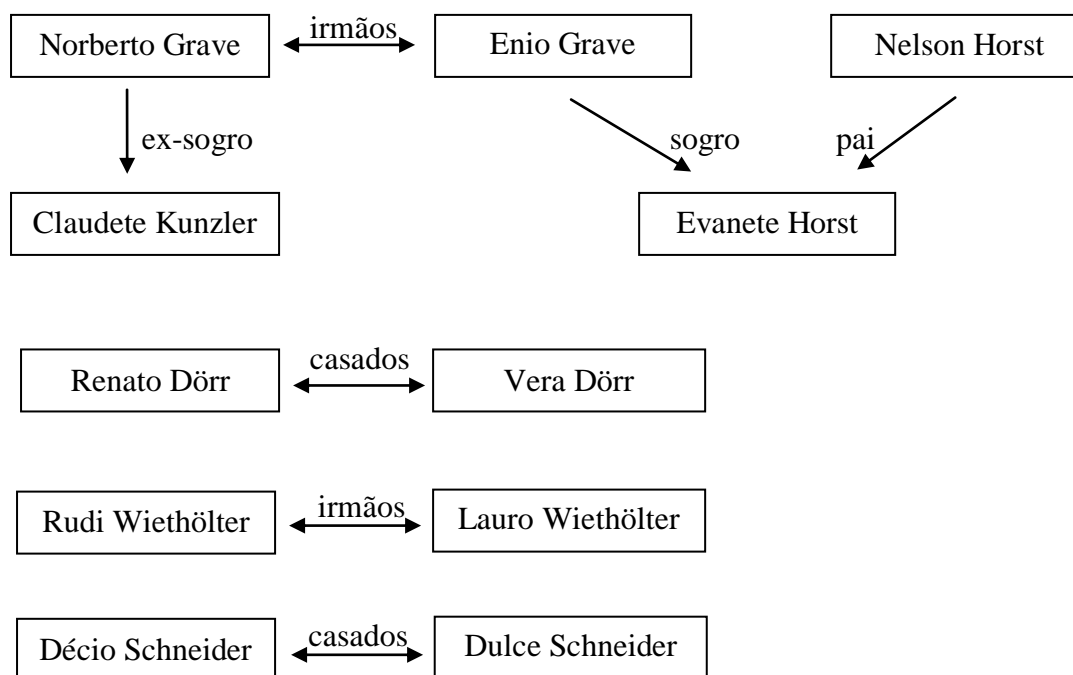


Figura 2 – Organograma das relações de parentesco entre os integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália

Sustentamos que as relações familiares foram relevantes na ocupação de cargos administrativos na prefeitura de Westfália, uma vez que integrantes da Comissão Emancipacionista com relações de parentesco com opositores da administração westfaliana (gestão 2001-2004 e 2005-2008) não tiveram oportunidade de ocupar nenhum cargo administrativo (cargo de confiança) na prefeitura, apenas cargo eletivo, visto que nesse caso a seleção se dá por eleição e não por indicação.

Como destacamos quando apresentamos o quadro político-partidário do município, os candidatos da coligação PTB / PPB / PDT, Airton Grave, filho de Norberto Grave (suplente do conselho fiscal) e sobrinho de Enio Grave (presidente da Comissão) e seu vice, Nelson Horst (vice-presidente da Comissão) foram derrotados nas eleições municipais no ano de 2000.

Nas Eleições Municipais de 2004, mais uma vez o PMDB foi o vencedor da disputa, sendo que o candidato da coligação PDT/PP, Nelson Horst (vice-presidente da Comissão Emancipacionista) e seu vice Edson Landmeier foram derrotados. Por consequência, os integrantes com relações familiares com esses integrantes da Comissão Emancipacionista também não obtiveram a chance de ocupar cargos políticos no município, exceto Norberto

Grave, que em 2004 foi eleito suplente para o cargo de vereador, posição legitimada pela eleição.

Apesar de não termos analisado a distribuição dos cargos políticos entre os integrantes da Comissão Emancipacionista na gestão municipal que iniciou em 2009, temos fortes indícios para acreditar que os integrantes com relações de parentesco com Néelson Horst não ocupam cargos na prefeitura, visto que o mesmo concorreu a prefeito nas Eleições Municipais de 2008 e novamente saiu derrotado. Portanto, em Westfália as relações familiares se mesclam com as relações político-partidárias e por decorrência influenciam na ocupação de cargos na administração municipal, principalmente os não eletivos.

Para Coradini (1996b) as clivagens e redes que conformam as identidades sociais, com base no grupo de parentesco, de amizade, de vizinhança, de comunidade, se sobrepõe de modo complexo e tem um peso decisivo nas escolhas e rejeições políticas na localidade de Nova Palma. Entretanto, o autor pondera que na política

há um peso decisivo, mas não exclusivo da “família” no sentido amplo, dos grupos de vizinhança e “amizade”, das “comunidades”, das poucas organizações corporativas locais, dos agentes da Igreja, entre outros. Nesta confluência entre este conjunto de relações confrontadoras de identidades, algumas são decisivas, mas a adesão política e a divisão eleitoral não dependem de nenhuma com exclusividade (CORADINI, 1996b, p. 104).

Garraud (1988), analisando o cargo de *maire* (prefeito) na França, ressalta que a vocação política de muitos eleitos para essa função está fortemente vinculada à tradição familiar. O autor introduz assim a noção de hereditariedade política e eletiva, que empiricamente pode ser expressa no fato do *maire* ter um pai militante e/ou eleito, o que garante ao sujeito a predisposição à vida política, visto que a ação política lhe é precocemente familiar, além de amplamente valorizada. Essa tradição familiar é uma forma de auto-reprodução dos eleitos e de perpetuação de um grupo social. O autor ressalta ainda, que essa hereditariedade não é peculiar à política, sendo difundida também em outros meios ou grupos sociais.

O que mais chama a atenção do autor, é o fenômeno de auto-reprodução do pessoal político, independente de vinculação partidária, seja pelos fenômenos de hereditariedade política e eletiva, ou pelos processos de cooptação. Dessa forma, o grupo tende, senão a se auto-reproduzir plenamente ao menos a controlar de certa maneira seu próprio recrutamento (GARRAUD, 1988).

4.5 O peso do capital associativo

No caso da Comissão Emancipacionista, a participação em associações dos mais variados tipos influenciou decisivamente na participação no movimento emancipatório. E esse capital associativo se mostrou relevante como recurso na reconversão em capital político para a ocupação de cargos administrativos ou eletivos no município de Westfália. Quando questionados⁸ sobre como começou sua participação no movimento emancipacionista e o que lhes motivou a isso, parte das lideranças emancipacionistas de Westfália alegou sua condição de líder na comunidade como motivo: “*Me convidaram porque eu era presidente do Fluminense Futebol Clube*”. (Entrevistado 10) ou como afirma a Entrevistada 2: “*Eu fui secretária da Comissão de Emancipação e uma das organizadoras do projeto, em função de ser professora e geralmente fazer atas. Por ser considerada uma liderança comunitária acabei entrando nisso*”.

Além disso, quando interrogamos⁹ os entrevistados com relação à participação em clube esportivo, grupos de jogar cartas, bolão, bocha, grupos de mulheres, de mães e/ou jovens/ grupos de idosos/coral/sociedade de cantores/OASE, ou ainda, partido político, sindicato, igreja, a maioria dos integrantes afirmou que a sua participação nesse tipo de associação é freqüente, como vemos no **Quadro 12**. Alguns emancipacionistas inclusive relataram que são ou já foram integrantes da diretoria de várias dessas associações.

	Semanal	2 x por semana	Mensal	2 x por mês	Sempre que há reuniões	Semestral	4 x por ano	Anual	Raramente	Nunca
Clube esportivo	9	1	5						3	2
Grupo para jogar (cartas, bolão, bocha)	6	2	1	1					3	7
Grupo de mulheres, de mães e/ou jovens/ Grupo de idosos/coral/sociedade de cantores/OASE	3	1	7	2					1	6
Partido Político			2		4				7	7
Sindicato			3		3	1		3	2	8
Igreja			16				3		1	

Quadro 12 – Participação dos integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália em associações (freqüência)

⁸ Pergunta 18. Como começou sua participação no processo emancipacionista? O que lhe motivou a se envolver nesse empreendimento?

⁹ Pergunta 29. Com que freqüência o senhor costuma freqüentar: a. Clube esportivo; b. Grupo para jogar (cartas, bolão, bocha...); c. Assoc.de Bairro; d. Grupo de mulheres, de mãe e/ou jovens; 30 e. Partido Político; f. Sindicato; 30 g. Igreja; h. Assoc. Beneficente.

No relatório feito pelo Deputado estadual Luiz Carlos Casagrande, quando da solicitação da autorização plebiscitária junto à Assembléia Legislativa, esse caráter associativo também aparece:

A área possui forte sentimento comunitário que se expressa na constituição de: 6 bandas típicas de tradição alemã, 12 corais, 2 grupos de teatro, 5 clubes de futebol, 5 clubes de mães e 1 centro de tradições gaúchas. Sem considerar que todas as comunidades rurais possuem igrejas, salão comunitário coberto, campo de futebol e outros meios de recreação (PREFEITURA MUNICIPAL DE WESTFÁLIA, 1994)

Essas informações se referem ao ano de 1995, considerando que se trata de uma localidade que atualmente conta com uma população inferior a 3.000 habitantes, o número de associações é significativo.

Estudos como os de Coradini (2007), ressaltam o crescimento da quantidade de políticos de atuação em âmbito nacional (deputados federais, senadores e ministros) vinculados a algum tipo de associação ou sindicato¹⁰. A principal hipótese para o aumento dos usos do capital associativo com a intensificação da concorrência eleitoral posterior ao regime autoritário é que:

os processos eleitorais agregam diferentes recursos e princípios de legitimação e representação. As modalidades dessa reconversão de capital associativo em recursos políticos e a dinâmica das relações entre o engajamento associativo e a política eleitoral não decorrem de alguma regra geral, mas de configurações específicas. (CORADINI, 2007, p. 195).

Segundo o autor, os tipos de associações que mais se destacaram nesse crescimento referem-se às organizações de empresários ou organizações privadas em geral: de trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, funcionários públicos, professores (de todos os níveis), médicos, advogados, engenheiros e similares, além de associações de moradores, assistenciais, religiosas, feministas, ou de defesa da “cidadania” em geral.

Consideramos que a condição de liderança que muitos integrantes atribuíram para a sua entrada no movimento emancipatório, foi forjada nessas associações das quais participavam. Além disso, acreditamos que o fato de terem se envolvido nesse movimento lhes rendeu um capital do tipo associativo que pôde ser reconvertido - junto com outros recursos já acumulados - em capital político, quando da instalação do novo município, ainda que não possamos especificar em que medida.

Segundo Gaxie (1996), existem dois tipos ideais de homens políticos, aqueles que entram no universo político através de recursos pessoais: condição financeira, diplomação,

¹⁰ Segundo o autor, em 1979, 85,6% dos deputados federais não tinham qualquer vínculo com associações, já em 2003 esse número passou para apenas 44,9%.

popularidade, relações numerosas entre seus pares, seus companheiros, autoridades sociais, administrativas e políticas e clientelas diversas. E aqueles que se apóiam sobre recursos coletivos de uma organização. Nesses casos é o partido que fornece ao político as referências ideológicas, doutrina, programa, temas políticos, ou seja, o capital político advém do coletivo.

Nas palavras do autor “o homem político pode se aproximar da figura do *pequeno empresário político individual*, proprietário de seus meios de ação e de mobilização política, ou daquele de um agente de uma *empresa política coletiva*”. (GAXIE, 1996, p. 80- tradução da autora). No entanto, o autor pondera que apesar dessa distinção abstrata, na realidade todo homem político se apóia sob os dois tipos de recursos, variando na quantidade de cada um deles.

4.6 Retribuições simbólicas - a explicação do movimento emancipacionista

Enquanto alguns integrantes da Comissão Emancipacionista de Westfália alegaram sua condição de líder (oito entrevistados¹¹) como explicação para entrada no movimento, como o Entrevistado 19: “*Porque eu era liderança na comunidade, as pessoas vinham dizer: vocês têm que participar. Sentia a necessidade do povo poder se expressar*”. Outros afirmaram que se engajaram devido à insatisfação com os municípios-mãe, visto que almejavam melhores condições de vida para a comunidade (sete entrevistados): “*Nós vimos a vantagem, nossa produção era boa. Éramos esquecidos, a saúde era muito ruim... Queríamos uma coisa melhor para nossos filhos*”. (Entrevistado 17).

Quatro entrevistados afirmaram que sua participação no movimento se deu por apoiarem ou simpatizarem com a idéia (quatro entrevistados), como é o caso do Entrevistado 20: “*Começou muito antes de se falar em emancipação. Por fazer parte do Sindicato [Sindicato de Trabalhadores Rurais], sentia que a população precisava ter liberdade política, liberdade de expressão, melhores condições de vida. Por isso a consciência já começou antes. [...] O poder centralizador do Klepker [prefeito de Teutônia] acabou facilitando a emancipação, porque o povo se indignou*”.

Além disso, duas lideranças apontaram como explicação para sua entrada no movimento, amizade com as demais lideranças ou parentesco.

¹¹ Alguns entrevistados apontaram mais de uma razão como explicação para a sua participação no movimento emancipacionista.

De acordo com a secretária da Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa, os interesses das lideranças políticas locais para iniciar o movimento emancipacionista são

os mais diversos, primeiro eu acho que melhoria de infra-estrutura, num primeiro momento... e acho que depois também vem aquela questão da busca por um espaço político, o que é natural. Se vier a busca pelo espaço político primeiro tu também justifica, porque a emancipação é um bom negócio. [...] E essa questão da busca do poder e do espaço político-partidário, ela acontece num segundo momento, e eu vou te dizer o seguinte: se fosse puxar só por isso era muito trabalho, poderiam buscar esse espaço também no município-mãe com menos trabalho. É muito trabalhoso, tem que realmente estar disposto a vestir a camiseta da comunidade e trabalhar em prol da comunidade (HEEMANN, 2008).

Mas mesmo quando as pessoas alegam como motivação à participação na ação coletiva a causa coletiva, no caso do movimento emancipacionista, a busca por melhores condições de vida para a comunidade, segundo Gaxie (2005), entram em jogo outras retribuições que vão além de alcançar essa finalidade. Tratam-se de retribuições simbólicas que garantem ao militante o estímulo para se manter engajado no movimento.

Partindo dessa premissa, pretendemos analisar as formas pelas quais se deu o engajamento no movimento emancipatório. Gaxie (2005, p. 160) argumenta que a idéia de retribuições simbólicas ajuda a desmistificar um olhar encantado em relação ao militantismo, além de explicar os incentivos que uma pessoa tem para se engajar ou se desengajar de uma causa coletiva:

A hipótese das retribuições fornece os instrumentos de ruptura com relação as representações espontâneas, freqüentemente desinteressadas e ingênuas, das atividades militantes. Ela dá os meios de compreender e explicar as razões pelas quais o militantismo dentro de uma organização coletiva interessa (ou deixa de interessar) para alguns, ou, para dizer de outra maneira, de analisar os investimentos no militantismo (GAXIE, 2005, p.160- tradução da autora).

O argumento básico do autor é que apesar do universo militante ser oficialmente desinteressado e censurar a existência de interesses individuais diferentes daqueles do objetivo da ação coletiva, existem retribuições menos oficiais que estimulam a permanência dos sujeitos na militância. É importante ressaltar que essas retribuições são apropriadas no decorrer da carreira militante, sem ter sido deliberadamente procuradas como tais (GAXIE, 2005).

Com isso, o autor introduz uma diferenciação entre motivações (subjetivas) e razões (objetivas) do militantismo e da adesão, sendo que as razões objetivas geralmente não são buscadas como tais. Essas gratificações/retribuições dependem, não só do tipo de movimento e contexto, como também da própria etapa da carreira do militante, uma vez que as

retribuições que o militantismo traz estão em concorrência com outras esferas da vida: profissional, amorosa, escolar, social.

Dessa forma, os custos decorrentes do envolvimento em uma ação coletiva podem ser relativizados de acordo com a fase da carreira do militante. Por exemplo, se a prioridade na vida do militante é o movimento, os custos e benefícios são uns, se o preponderante em sua vida é a família ou a carreira profissional, os custos e benefícios proporcionados pelo engajamento são outros.

Entretanto a análise das motivações dos militantes na ação coletiva tem dois obstáculos: a redução e o encantamento. Quando consideramos apenas as motivações oficiais apresentadas pelos militantes como explicação para o militantismo, incorremos no erro do encantamento, visto que desconsideramos uma série de pontos cegos, no caso razões não oficiais. Da mesma forma, a redução é um perigo para a análise, uma vez que desconsidera completamente as representações oficiais e só leva em conta para o engajamento, razões diferentes daquelas dos objetivos coletivos. A idéia de retribuições inconscientes do militantismo é tão inadequada quanto a hipótese da busca das retribuições de forma deliberada, segundo Gaxie (2005).

O autor prefere a noção de *scotomisation* como explicação, visto que considera a sucessão ou alternância de fases de negação e de explicitação das razões que levaram ao engajamento militante. Dessa forma:

Os aspectos “normativos” são mobilizados e destacados/priorizados em todas as situações nas quais é necessário afirmar ou restaurar as representações oficiais. Os aspectos “pragmáticos” são mais apresentados nos momentos de reflexão, de abandono, de confiança, de negação ou desencorajamento (GAXIE, 2005, p. 175-tradução da autora).

Com isso, o autor sustenta que em determinados momentos o interesse na causa coletiva pode ser retribuição suficiente para manter o militante vinculado ao movimento. Especialmente se não houver concorrência por parte das outras fontes de satisfação pessoal.

Nesse sentido, o engajamento numa causa coletiva pode estar relacionado a fatores externos como, por exemplo, insatisfações familiares, sentimentais, profissionais, escolares ou militantes. Ainda pode ter relação com uma mudança de casa, divórcio, aposentadoria ou problemas de saúde que pode favorecer a adesão a um movimento, e garantir que a causa coletiva seja o motivo principal/único e que seja suficiente como retribuição ao militante.

Assim sendo, nas ocasiões nas quais a dedicação do militante à causa coletiva é fonte de satisfação plena, os custos do engajamento são minimizados, e a possibilidade de ajudar os

outros, de resolver problemas concretos são retribuições satisfatórias para a continuidade da militância.

A liberdade de ação, a capacidade de decisão, a resolução de problemas concretos, o sentimento de agir sobre as coisas, de melhorar a sorte dos seus semelhantes, de se dedicar ao bem público, de colocar as suas concepções e, algumas vezes, de fazer a história, são igualmente motivos de satisfação que reforçam os dispositivos ao engajamento político (GAXIE, 1996, p. 95 – tradução da autora).

Gaxie (1996) ressalta ainda, que os motivos e as razões que conduzem alguém a se dedicar à ação política são variáveis em diversos aspectos e também são difíceis de ser medidos. Apesar disso, o autor destaca que quais sejam os elementos conscientes ou inconscientes que conduzem certos homens a agir politicamente, as estratégias e as manobras são as mesmas: “Assim, eles procuram o poder por ele mesmo e/ou pelo que ele permite fazer, os homens políticos se organizam a partir dos recursos que dispõem” (GAXIE, 1996, p. 95- tradução da autora).

Consideramos a perspectiva de Gaxie (2005) relevante no caso que estudamos, pois considerando que os líderes emancipacionistas ao se envolverem no movimento emancipatório de Westfália, devido aos investimentos que fizeram, tanto em termos financeiros como de tempo, bem como os riscos que assumiram ao se posicionarem abertamente favoráveis à emancipação, frente aos municípios-mãe e aos “conterrâneos” contrários ao desmembramento, contavam (ainda que não de forma explícita) com as “retribuições práticas/objetivas” que esse engajamento poderia trazer.

Com isso não queremos subestimar ou negligenciar as satisfações tradicionalmente, oficialmente e legitimamente associadas à defesa de uma causa coletiva, que no caso são basicamente a preocupação com a comunidade local e/ou as possibilidades de melhorias para a localidade em função da criação do novo município. Tão pouco, queremos atribuir a entrada dos integrantes na Comissão Emancipacionista à teoria da *escolha racional*, uma vez que não acreditamos que essas lideranças se engajaram, visando retornos econômicos, depois de um cálculo racional com o objetivo de maximização.

De fato a idéia de “retribuições simbólicas” de Gaxie (2005) é justamente um contraponto à teoria de Olson (1974), um dos pais da *rational choice*, na medida em que aponta a diversidade das retribuições que o militantismo pode trazer, retribuições essas, que vão muito além dos retornos meramente econômicos. Gaxie critica a unidimensionalidade da teoria olsoniana, segundo o autor, as “retribuições simbólicas” podem estar ligadas com a notoriedade e com o poder que o engajamento proporciona, com o reconhecimento, o

prestígio, o sentimento de importância, o poder de agir sobre as coisas e sobre as pessoas, o acesso às informações estratégicas, o acesso em diversos espaços públicos.

O investimento na causa é notadamente uma condição das retribuições do militantismo. Mas as gratificações associadas a esse investimento estão em competição com aquelas que se pode tirar de outras atividades. A atração na causa é uma condição pela qual as satisfações do engajamento guardam o preço suficiente para estimular o militantismo. (GAXIE, 2005, p. 157- tradução da autora)

Além disso, a experiência militante, juntamente com o capital de relações sociais que ela torna possível, pode facilitar a inserção no mercado de trabalho. O militantismo também pode ser uma forma de compensação das deficiências escolares e culturais do militante, promovendo-lhe condições de admissão no universo político, apesar dos escassos recursos pessoais que possui.

Entretanto, o autor chama a atenção para o fato de que a articulação das gratificações e motivações oficiais de um lado e as retribuições oficialmente negadas do militantismo de outra, é uma questão teórica difícil, só recentemente colocada e ainda mal resolvida pelas Ciências Sociais (GAXIE, 2005). A sua apreensão empírica da mesma forma é uma questão complicada, uma vez que todos que aderem à militância atribuem como explicação para a sua adesão, motivações ideológicas, políticas e morais, ou seja, revelam as “motivações oficiais”. E inclusive se mostram hostis a qualquer questionamento sobre outros tipos de motivações mais utilitaristas, visto que um dos principais valores do militantismo é justamente o desinteresse.

No caso de Westfália, pudemos observar que as gratificações oficiais foram mais facilmente apresentadas pelos entrevistados. Primeiramente interrogamos sobre a situação de Westfália após a emancipação¹² e em seguida perguntamos sobre a situação pessoal de cada emancipacionista¹³ depois da criação do município.

Dezesseis dos vinte emancipacionistas declararam que a vida da localidade melhorou muito em função da emancipação municipal. Segundo o Entrevistado 18, *“Hoje, por sermos município temos EMATER, sindicato rural, inspetora veterinária. Além da administração pública, todas as secretarias importantes estão aqui. A administração está mais próxima.*

¹² Pergunta 26. Após a emancipação, o senhor acredita que a situação de Westfália:

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| (1) melhorou muito | (2) melhorou um pouco |
| (3) ficou igual | (4) piorou |

Por quê?

¹³ Pergunta 27. E a sua situação:

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| (1) melhorou muito | (2) melhorou um pouco |
| (3) ficou igual | (4) piorou |

Por quê?

Algumas prioridades não são as que eu teria colocado em prática, mas em síntese, melhorou muito”.

De acordo com o Entrevistado 14 melhorou muito: *“Principalmente saúde, educação e agricultura. Mas, falhas há, nunca fica 100%”*. Para o Entrevistado 12 melhorou muito *“Por causa dos recursos que entraram a mais. Foi implantado o segundo grau, posto de saúde bem grande, a agricultura foi fortificada. Muito asfalto já foi feito, apesar de ainda faltar muito. Centro administrativo moderno”*.

O Entrevistado 9 alegou que a melhoria se deveu ao fato de que *“Tudo ficou mais perto, melhorou na saúde, transporte, agricultura. Tu precisa, tem ali”*. O Entrevistado 8 chegou a dizer que em nosso questionário não havia espaço suficiente para apontar todas as melhorias que a comunidade recebeu *“Não tem espaço para descrever tudo que melhorou. É só olhar e apreciar um crescimento que dá inveja a muita gente”*.

O Entrevistado 7 disse que *“Melhorou em obras, asfaltamento, abertura de ruas e estradas. Na educação: investimento em escolas, melhorias nas escolas, transporte escolar, além de outros. Na saúde, posto de saúde bem equipado e próximo. Na agricultura: subsídios e apoio ao setor agrícola”*.

Dois integrantes se limitaram a dizer que a vida da comunidade melhorou e dois afirmaram que a situação da localidade melhorou um pouco. Segundo o Entrevistado 20, melhorou um pouco devido ao desenvolvimento que a localidade conseguiu, entretanto o município poderia estar bem melhor: *“Pelo seu desenvolvimento. Se estivéssemos no município-mãe seria muito pior. Mas podíamos estar bem melhor”* (Entrevistado 20).

Portanto, quando questionados sobre a situação da comunidade todos os entrevistados disseram que a vida melhorou, ainda que quatro tenham dito que essa melhoria não foi tão significativa. Entretanto, quando questionados sobre sua situação pessoal as respostas foram mais diversificadas e não tão prontamente dadas. Nove emancipacionistas afirmaram que sua vida melhorou muito depois da emancipação, cinco disseram que a vida melhorou um pouco, um emancipacionista disse apenas que a sua vida melhorou, quatro entrevistados afirmaram que sua situação ficou igual e um disse que a sua vida piorou em função da emancipação.

Dentre os que disseram que a sua vida melhorou muito, foi possível perceber que alguns ressaltaram que além dos benefícios que toda a população recebeu, com a aproximação da prefeitura e melhoria de serviços, ganharam outras vantagens. É o caso do Entrevistado 15 que disse *“Melhorou muito. Eu tenho dois empregos (em Teutônia e Westfália), financeiramente melhorou”*. O Entrevistado 17 afirmou *“Melhorou muito. A nora e o filho*

conseguiram bom emprego na prefeitura. Tudo ficou mais fácil e mais perto. Exemplo: EMATER". Em *off* o Entrevistado 7 também ressaltou que sua vida melhorou muito em função do emprego que conseguiu na prefeitura municipal: *"Sim porque ganhei um emprego"*.

A Entrevistada 3 revelou que sua vida melhorou muito visto que está ocupando um cargo de confiança na prefeitura e ganhou poder de decisão: *"Melhorou muito. Estou em cargo administrativo, e tenho vez e voz em conselhos, e em ações da educação e cultura"*.

Além dos benefícios relacionados com emprego, alguns tiveram suas terras valorizadas em função da emancipação. Como revelou o Entrevistado 6: *"Melhorou muito. Valorizou as minhas terras (25 terrenos), que antes ficavam na zona rural e hoje estão na zona urbana. Há o posto de saúde que oferece toda a assistência"*. O Entrevistado 14 também foi beneficiado nesse sentido: *"Melhorou muito. Por causa da saúde que ficou mais fácil. Fizeram loteamento das nossas terras. Maquinário ficou mais fácil de conseguir. Três familiares conseguiram emprego na prefeitura (concurados). Melhorou tudo"*.

Entre os entrevistados que consideraram que suas vidas melhoraram um pouco, a maioria levou em conta as vantagens que receberam, assim como o restante da população, no entanto fizeram críticas, como é o caso do Entrevistado 10: *"Melhorou um pouco. Para melhorar 100% precisaria ter água encanada na minha propriedade"*. Alguns simplesmente não consideraram que essas melhorias tenham sido tão intensas em suas vidas, por isso afirmaram que suas vidas melhoraram um pouco.

Dos quatro integrantes da Comissão que disseram que as suas vidas ficaram iguais, dois são aposentados e afirmaram não depender da administração municipal, uma é professora concursada e o outro diz não necessitar com frequência dos serviços da prefeitura. Daí porque suas vidas permaneceram iguais depois da emancipação.

Apesar de alguns entrevistados terem revelado os "benefícios extras" que receberam com a emancipação, se assim podemos chamar, não é possível afirmar que foi em busca dessas vantagens que eles iniciaram o movimento emancipacionista em 1994. Entretanto, fica evidente que o engajamento na causa emancipacionista no caso do município de Westfália trouxe para alguns integrantes da Comissão Emancipacionista, retribuições que foram além daquelas buscadas oficialmente no início do movimento.

Nesse sentido, apesar da unanimidade entre os entrevistados de que a emancipação representou melhorias na vida da população¹⁴ ou progresso, quando questionados se os

¹⁴ 20. O que representou a emancipação para a sua comunidade?

objetivos que eram almejados com a emancipação¹⁵ foram alcançados há maior variação entre as respostas. Oito integrantes da Comissão Emancipacionista disseram acreditar que os objetivos que buscavam com a emancipação foram plenamente atingidos, nas palavras do Entrevistado 7: *“Com certeza. Esperamos que esse trabalho continue de forma que as novas gerações também possam usufruir os benefícios que os municípios estão tendo”*. Outros três integrantes afirmam que os objetivos foram superados, atingidos além das expectativas, como revela o Entrevistado 6: *“Sim, acima das expectativas. Por causa da renda do município: começamos com 2 milhões e 100 mil de renda e agora está em torno de 8,5 - 9 milhões”*.

Entretanto, nove integrantes revelaram que os objetivos que almejavam com a emancipação não foram completamente satisfeitos, como afirma o Entrevistado 20: *“Não foram alcançados. Não foi cumprido na sua essência o que se pregou nos comícios, nas reuniões. A prioridade nº 1 seria o produtor rural, mas não está acontecendo. Mesmo assim, foi importante. Na área da saúde também não está acontecendo na prática o que se criou de expectativa. Na área de obras está longe do que se previa (todos os anos seriam feitos 5 Km de asfalto, mas há horas não se faz). Tem que se cumprir o que se promete. O motivo disso é crônico: inchaço de funcionários públicos [na administração municipal]. Infelizmente são escolhidos devido às promessas políticas, e não por competência”*. O mesmo tom podemos observar na resposta do Entrevistado 19: *“Não todos. Era para ter sido diferente. Quanto à participação do povo: hoje são tomadas decisões políticas que não são discutidas com o povo. Exemplo: a localização da prefeitura que foi ‘decidida’ por decreto. Quanto aos interesses pessoais, não deveriam ser priorizados”*.

Mas nem todos os entrevistados desse grupo têm uma posição tão crítica, como podemos verificar na opinião do Entrevistado 12: *“A maioria deles foi atingido. Nunca se consegue todos os objetivos, aí não se precisaria fazer mais nada”*.

Cabe destacar que a avaliação da emancipação municipal passa pelo julgamento da administração municipal, bem como pela avaliação da vida pessoal de cada integrante. Dessa forma, é evidente que integrantes que estavam diretamente envolvidos na administração de Westfália, ocupando cargos eletivos, mas principalmente cargos de confiança, tenham uma avaliação menos crítica da emancipação. Da mesma forma os integrantes que foram beneficiados com a valorização de suas terras, ou com a possibilidade de emprego para seus familiares, mesmo que concursados, têm uma visão mais positiva da emancipação.

¹⁵ 25. Passados mais de dez anos do período emancipatório, o senhor acredita que os objetivos que se almejavam com a emancipação de Westfália foram atingidos?

A posição que ocupam na administração municipal também influenciou nas respostas dos emancipacionistas sobre quem foram os mais beneficiados com a emancipação¹⁶. Alguns disseram que toda a população se beneficiou com a emancipação. Outros emancipacionistas afirmaram que alguns setores da economia foram os mais beneficiados, principalmente a agricultura. Outros destacaram que a população urbana que está mais próxima da sede administrativa, se beneficiou mais com a criação do município.

Aqueles que não ocupavam cargos na administração municipal fizeram as observações mais duras quanto ao “beneficiamento” desigual entre a população rural e urbana, entre os diversos setores da economia, ou mesmo entre pessoas ou grupos isolados, que de acordo com esses entrevistados, se beneficiaram mais: os que conseguiram valorizar suas terras com a instalação da prefeitura nas proximidades de sua propriedade; os políticos que estavam no poder e aquelas pessoas que conseguiram emprego na administração pública. Alguns entrevistados no questionário criticaram o fato de aposentados ocuparem cargos de confiança na prefeitura municipal, na opinião desses emancipacionistas, essas funções deveriam ser ocupadas por pessoas jovens em idade produtiva.

¹⁶ 28. Na sua opinião, quais foram os principais beneficiários da emancipação?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a história do federalismo no Brasil, notamos como ocorreram momentos de centralização do poder, seguidos por períodos de descentralização, e que mesmo nos períodos de extrema centralização, o poder local não deixou de se manifestar, apenas se configurou de modo diferente. O auge da descentralização ocorreu a partir da Constituição de 1988, na qual o município ascendeu ao status de ente federativo, o que lhe garantiu prerrogativas que até então não possuía. A mesma constituição deu liberdade aos estados para legislar sobre a criação de municípios.

Cabe destacar, que desde a promulgação da Constituição de 1988 até 1996, foram criados no Brasil 1.385 novos municípios, sendo que desses 253 são gaúchos, o que representa quase 20% do total. Apesar dessa proliferação municipal ser um fenômeno nacional, a criação de municípios não ocorreu na mesma intensidade nos diferentes estados, mesmo que a maioria das legislações estaduais fossem bastante permissivas.

A explicação das emancipações municipais de autores como Tomio (2002) e Mota Jr. (2002), cujas abordagens teóricas ressaltam a relação executivo-legislativo estadual como fator fundamental, acabam não considerando a importância de outros atores. Na nossa perspectiva há de se levar em conta as lideranças políticas locais como atores relevantes no processo emancipatório. Com o objetivo de ressaltar o papel dessas lideranças, realizamos um estudo de caso em um município gaúcho, visto que o Rio Grande do Sul se destacou no incremento de novas municipalidades no período pós-1988.

Escolhemos o município de Westfália por estar localizado na região norte do estado, na qual houve o maior número de emancipações. Além disso, por ser um micro-município, e assim, se enquadrar no perfil daqueles emancipados depois de 1988 no que se refere ao tamanho. Cabe mencionar, que diferentemente da maioria dos micro-municípios, Westfália não pode ser classificado como altamente dependente do Fundo de Participação Municipal, forte incentivo para a recente criação de municípios.

Como recorte do objeto desse estudo, tomamos os integrantes da Comissão Emancipacionista do município, eleita em 1994. Em nosso trabalho procuramos: 1) ressaltar a importância das lideranças políticas locais no processo emancipatório; 2) verificar a relação entre inserção social e inserção política desses atores na Comissão Emancipacionista e na administração municipal de Westfália. 3) entender o que levou essas lideranças políticas locais a participar do processo emancipatório e que tipo de retribuições obtiveram com o engajamento nesse movimento.

Reconstituímos a história do processo emancipatório de Westfália com base nas atas de algumas reuniões realizadas com o objetivo de emancipar a localidade; nos questionários aplicados junto aos integrantes da Comissão Emancipacionista e nas reportagens do jornal local que tratavam sobre a questão. Notamos que o comprometimento e a união dos emancipacionistas da Comissão em torno da causa foi essencial para o sucesso do movimento e, posteriormente, à instalação do município.

O processo sofreu diversos entraves: a dificuldade para a configuração da área emancipanda; os contratempos para eleger a Comissão Emancipacionista; os obstáculos impostos pelo prefeito do município-mãe em diversos momentos do processo; as dificuldades encontradas dentro da Assembléia Legislativa - devido ao posicionamento contrário de alguns deputados - e aos vetos do governador do Estado, num primeiro momento ao projeto que autorizava a realização do plebiscito, e num segundo momento ao projeto de criação do município. Mesmo depois de criado, exigências ligadas aos prazos legais, postergaram por quatro anos a efetiva instalação do município.

Assim, podemos dizer que o processo emancipacionista de Westfália durou quase sete anos, considerando que iniciou em 1994, quando foi eleita a Comissão Emancipacionista, e só foi concluído em 2001, quando o município foi instalado. Portanto, um processo longo que possibilitou a análise do papel das lideranças políticas locais em vários momentos. Nesse sentido, foi possível ver o quanto a unidade dos emancipacionistas foi essencial para a criação do município, ainda que houvesse divergências políticas internas à Comissão Emancipacionista, como se observou com a proximidade das eleições municipais. Divergências tão intensas que podemos dividir a Comissão em dois grupos, quanto à identidade político-partidária, depois da instalação de Westfália.

Concluimos, dessa forma, que as fases que antecedem a participação do legislativo-executivo estadual no processo emancipatório, instância onde reside a explicação de Tomio (2002) e Mota Jr. (2002), são decisivas para o futuro do movimento. E no caso de Westfália, mesmo depois que foi dada a entrada da documentação na Assembléia Legislativa a atuação das lideranças políticas locais continuou crucial. Outro ponto que merece destaque é que no caso de Westfália a idéia de emancipar a localidade surgiu das próprias lideranças locais e não de agentes externos como foi o caso de Itaoca estudado por Mota Jr. (2002).

Ressaltada a importância das lideranças locais, procuramos entender o que motivou esses atores a participarem do movimento emancipatório. Pudemos notar que a maioria dos integrantes da Comissão Emancipacionista declarou ter entrado no movimento por ser

considerado uma liderança na comunidade; por se sentir insatisfeito com os municípios-mãe ou por simplesmente simpatizar com a idéia. São portanto, justificativas relacionadas com o objetivo oficial do movimento emancipatório de Westfália, que era a busca da emancipação municipal para garantir melhores condições de vida para a localidade.

Entretanto, segundo Gaxie (2005), além das retribuições oficiais que o engajamento traz, existem as retribuições simbólicas que o militante leva em conta ao entrar em um movimento coletivo, apesar do universo militante ser oficialmente desinteressado e censurar a existência de interesses individuais diferentes daqueles da ação coletiva. O autor argumenta que tanto a idéia de retribuições inconscientes do militantismo como a idéia da busca cínica pelas retribuições é equivocada, assim, o autor sugere a noção de *scotomisation* como explicação, que considera a alternância de fases de negação e de explicitação das razões que levaram ao engajamento, dependendo da fase da vida do militante.

Sustentamos que além das retribuições oficiais do movimento, os emancipacionistas que se envolveram no processo emancipatório de Westfália levaram em conta outras retribuições, ainda que não as buscassem de maneira explícita. O fato de terem investido tempo e dinheiro no movimento, e terem assumido os riscos de um posicionamento aberto a favor da emancipação, frente aos municípios-mãe e aos conterrâneos contrários ao desmembramento, dá indícios de que esperavam outras retribuições.

Quando consideramos a avaliação que os integrantes da Comissão Emancipacionista fazem da emancipação, notamos o que cada um considera como retribuições do movimento. Quando questionamos sobre a situação de Westfália transcorridos dez anos da emancipação, todos os entrevistados afirmaram que a vida melhorou ainda que esse julgamento tenha variado em intensidade. Para alguns a vida no município melhorou muito, para outros melhorou, e dois entrevistados disseram que melhorou pouco.

Ao questionarmos se a situação do entrevistado melhorou em função da emancipação municipal, houve maior variação de respostas: nove emancipacionistas disseram que a sua vida melhorou muito, cinco disseram que a vida melhorou um pouco, um emancipacionista disse que a sua vida melhorou, quatro afirmaram que sua situação ficou igual e um disse que a sua vida piorou depois da emancipação.

Os que consideraram que a sua vida melhorou muito, levaram em conta as melhorias que toda a comunidade recebeu, além de retribuições “individuais” como a valorização das terras que antes ficavam na zona rural e com a instalação do município passaram a se localizar na zona urbana; emprego para os filhos (ainda que concursados), emprego para o próprio

emancipacionista na prefeitura, poder de decisão e de implementação de suas idéias na administração municipal.

Os que afirmaram que a sua vida melhorou um pouco consideraram as melhorias que toda a comunidade recebeu. Dois dos que disseram que a sua vida ficou igual são aposentados, uma é professora concursada do Estado, e o outro disse não precisar com frequência dos serviços da prefeitura, daí sua situação não ter se alterado com a emancipação.

Apesar de alguns entrevistados terem revelado as “retribuições extras” que receberam com a emancipação, não é possível afirmar que foi em busca dessas vantagens que eles iniciaram o movimento em 1994. Entretanto, fica evidente que o engajamento na causa no caso do município de Westfália trouxe para alguns integrantes da Comissão Emancipacionista retribuições que foram além daquelas buscadas oficialmente pelo movimento.

No que se refere ao tipo de recursos que as lideranças locais utilizaram para entrar no movimento, é difícil especificar o “peso” de cada recurso, mas percebemos que relações familiares e capital associativo (avaliado na participação em associações) foram determinantes para entrada dos emancipacionistas na Comissão. Chamou a atenção também a participação das mulheres na referida Comissão, visto que elas se destacaram pelo alto grau de escolaridade frente aos integrantes masculinos, quatro das cinco eram professoras.

Para analisar como se deu a reconversão do capital social em capital político, quando da instalação do município, dividimos os vinte integrantes da Comissão em quatro grupos: os que ocuparam cargos eletivos ou administrativos na prefeitura de Teutônia; os que ocuparam cargos eletivos ou administrativos na prefeitura de Teutônia e na de Westfália; os que somente ocuparam cargos em Westfália e os que nunca ocuparam cargos em Teutônia ou Westfália.

Foi possível observar que para a ocupação de cargos eletivos são levados em conta recursos diferentes daqueles que são considerados para ocupação de cargos administrativos. Da mesma forma esses cargos são legitimados de maneira diferente: o cargo eletivo pela vontade dos eleitores e o cargo administrativo por critérios político-partidários.

As relações familiares entre os integrantes da Comissão Emancipacionista definiram a ocupação de cargos administrativos no novo município desde a instalação do mesmo. Os integrantes que mantinham relações de parentesco com Nélon Horst (vice-presidente da Comissão) que concorreu a vice-prefeito em 2000 e a prefeito em 2004, e não foi eleito, não tiveram acesso aos cargos administrativos (cargos de confiança) na prefeitura municipal. E provavelmente não terão acesso na gestão que iniciou em 2009, visto que apesar de um

prefeito do PT ter vencido as eleições, foi apoiado pela administração que estava no poder desde a criação do município.

Acreditamos que o presente trabalho trouxe contribuições para o estudo das emancipações municipais que ocorreram posteriormente à Constituição de 1988. Estudos comparativos entre municípios gaúchos criados no mesmo período poderão definir a regularidade das características do processo que ocorreu em Westfália. Comparações entre municípios de estados diferentes serão capazes de abrir outras perspectivas de análise.

No caso de Westfália, a emancipação teve um saldo positivo, pois foi implementada uma série de melhorias na localidade: escola de segundo grau, posto de saúde, mais asfaltamento, Sindicato de Trabalhadores Rurais, EMATER, administração pública mais próxima, mas nem todos os municípios conseguem o mesmo desempenho, como vimos no estudo de Mendes (2000), por exemplo.

As inquietudes das lideranças locais, a ânsia por melhores condições de vida para a comunidade junto com incentivos econômicos, e a facilidades proporcionadas pela legislação levam à proliferação de municípios, muitos deles sem condições de arcarem com as responsabilidades de uma administração própria.

Como no Senado está tramitando a PEC 13/2003, que volta a dar liberdade aos estados para legislarem sobre a criação de municípios, ainda há a possibilidade de novos surtos emancipacionistas, considerando que apenas no Rio Grande do Sul 40 municípios têm todas as condições de pleitearem a sua emancipação, de acordo com essa legislação. Assim, estudos que tratam sobre a questão se mostram relevantes e atuais.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Luiz Fernando. **Os Barões da Federação**. São Paulo, Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. IX. n 1, p. 124-147, 2003. .

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: (org.) AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad- Adenauer- Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico. 1946.

_____. **Emenda Constitucional n° 5 de 21 nov. 1961**. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=113586>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Lei Complementar n° 1 de 9 nov. 1967**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp01.htm. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Ato complementar n° 40 de 30 dez. 1968**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-40-68.htm>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Emenda Constitucional n° 1 de 17 out. 1969**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Emenda Constitucional n° 5 de 17 out. 1975**. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=119427>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Emenda Constitucional n° 17 de 02 dez. 1980**. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=119427>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Emenda Constitucional n° 23 de 01 dez. 1983**. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=119427>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Emenda Constitucional n° 27 de 01 nov. 1985**. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=119427>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico. 1988.

_____. **Lei complementar federal n° 62 de 28 de dez. 1989**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp62.htm>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Emenda Constitucional n° 15 de 12 de dez. de 1996**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm>. Acesso em: 20 jun. 2007.

_____. **Emenda Constitucional n° 55 de 20 de set. de 2007**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc55.htm>. Acesso em: 25 nov. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus Editora, 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2003. 6ª ed

CAMARGO, Aspásia. O novo pacto federativo. **Revista do Serviço Público**. Brasília, vol. 118, nº1, ano 45, 1994.

_____. Federalismo cooperativo e o princípio da subsidiariedade: notas sobre a experiência recente do Brasil e da Alemanha. In: (org) HOLFMEISTER, Wilhelm e CARNEIRO, José M. Brasiliense. **Federalismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n.º 22, vol.I, 2001.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. Federalismo no Brasil: aspectos institucionais (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: vol. 21, nº 61, junho/2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Publicação**. Assembléia Legislativa do RS, 01 jun. 1993.

_____. **Publicação**. Assembléia Legislativa do RS, 03 ago. 1993b.

_____. **Evolução Municipal do Rio Grande do Sul 1809-1996**. Assembléia Legislativa do RS, 2002.

_____. **Informe da Comissão de Assuntos Municipais**. Legislatura 2007/2011. Ano I, nº2, agosto de 2007.

_____. **As constituições federais e o surgimento de Municípios**. Assembléia Legislativa do RS. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2007 b.

_____. **Folder da Comissão 2003**. Assembléia Legislativa do RS. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2008.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. In: **Veritas**. Porto Alegre, v.41, nº 162, junho, 1996 a.

_____. **Mediação e representação política num grupo de descendentes de Imigrantes Italianos**. Relatório de Pesquisa para o CNPQ. Processo nº 305636-86-3. Porto Alegre, 1996 b.

_____. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs.). **Candidatos e candidaturas: Enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. **Em nome de quem? Recursos Sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Engajamento Associativo-Sindical e Recrutamento de Elites Políticas: Tendências Recentes no Brasil. In: **Revista Sociologia Política**, nº 28. Curitiba, junho de 2007.

CORREIO BRAZILIENSE. **Luis Carlos Azedo: sístoles e diástoles**. Disponível em: <<http://portal.pps.org.br/>>. Acesso em: 05 dez 2008.

DOWBOR, Ladislau. **O que é o poder local?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FOLHA POPULAR. **Westfália: Líder emancipacionista é homenageado**. Teutônia, 01 mar. 2008, p. 9.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: Economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

GALVES, Marcelo. **“Pequena imprensa” e poder político: pensando os jornais locais como objeto e fonte de pesquisa**. Disponível em < www.outrostempos.uema.br > ISSN1808-8031, volume 01, p.66-73. Acesso em: 25 jun 2008.

GARRAUD, Philippe. La sélection Du personnel politique local. **RFSP**, juin/1988.

GAXIE, Daniel. **La démocratie représentative**. Paris: Montchrestien, 1996. 2ª ed.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, nº 11, 2005.

HEEMANN, Kátia. **O papel das lideranças locais no processo emancipatório** [6 mar. 2008]. Entrevistador: Ana Patrícia Bauer. Porto Alegre.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 19 fev. 2007.

_____. Perfil dos Municípios Brasileiros – 2006. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/default.shtm>>. Acesso em: 28 out. 2007.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Federalismo, descentralização e democracia**. Estudos de Sociologia, 2001. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

KLERING, Luis Roque. Emancipações Políticas do RS na década de 80: razões, histórico e diretrizes. In: **Emancipação: liberdade para prosperar**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.

_____. Emancipações provam rumo certo. In: **Correio do Povo**. [Seção] Política. Porto Alegre RS 03/06/2001, p.2.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Alfa-Ômega. São Paulo, 1986.

LINZ, Juan. The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil. In: (org.) STEPAN, Alfred. **Authoritarian Brazil: Origins, Outputs and Future**. New Haven: Yale University Press, 1973.

MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v. 23, nº8, 83-100, 1993.

_____. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal” efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: vol. 10, nº 3, 1996 b.

MINCARONE, Marcelo. **Emancipação: liberdade para prosperar**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.

MENDES, Fernando de Matos. **Impacto Financeiro e a Percepção dos Municípios nas Emancipações de Torres, Guaíba e Feliz**. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – UFRGS.

MOTA JR, Vidal Dias da. **A criação de pequenos municípios como um fenômeno da descentralização política: o caso de Itaoca – SP**. São Carlos, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFSCar.

_____. O fenômeno da criação de municípios no desenvolvimento do território brasileiro. **3º Congresso da ALACIP – UNICAMP/SP**, 2006.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA. **Para os emancipacionistas, Westfália já é uma realidade**. Teutônia, 06 abr. 1994, p. 11.

_____. **Schmidt na luta pela emancipação**. Teutônia, 17 agos. 1994, p. 5.

_____. **Linha Frank diz não a Westfália**. Teutônia, 31 agos. 1994, p. 11.

_____. **Curtas da Prefeitura – Emancipação**. Teutônia, 19 out. 1994, p. 5.

_____. **Emancipação**. Teutônia, 26 out. 1994, p.12.

_____. **Westfália: Comício poderá trazer novas adesões**. Teutônia 02 agos. 1995, p. 6.

- _____. **O “não” poderá acabar com o sonho do “sim”.** Teutônia 16 agos. 1995, p. 10.
- _____. **Líder emancipacionista esclarece que associados do STR de Teutônia não terão prejuízos com emancipação de Westfália.** Teutônia 23 agos. 1995, p. 8.
- _____. **Ênio Grave: “prefeito quer tumultuar o processo”.** Teutônia 30 agos. 1995, p. 6.
- _____. **Westfália: emancipacionista acusa TRE de injustiça.** Teutônia, 20 set. 1995, p. 1.
- _____. **Linha Schmidt.** Teutônia, 06 mar. 1996, p.5.
- _____. **Linha Schmidt retoma campanha do sim.** Teutônia, 13 mar. 1996, p.1.
- _____. **É chegada a hora de medida de força.** Teutônia, 20 mar. 1996, p.8.
- _____. **O NÃO é derrotado e a zebra surpreendeu os emancipacionistas.** Teutônia, 27 mar. 1996, p.8.
- _____. **“Westfália quer apenas a sua autonomia”.** Teutônia, 08 mai. 1996, p.13.
- _____. **Grave quer a normalização dos trabalhos na Westfália.** Teutônia, 03 jul. 1996, p.8.
- _____. **Westfália.** Teutônia, 24 jul. 1996, p. 5.
- _____. **Movimento serviu para mostrar a força da comunidade.** Teutônia, 24 jul. 1996, p. 11.
- _____. **Quem foi o maior culpado? .** Teutônia, 31 jul. 1996, p. 11.
- _____. **Linha Schmidt.** Teutônia, 11 nov. 1996, p. 5.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: EDUSP, 1999.

PINHEIRO, Ivan Antônio e MOTTA, Paulo Cesar D. Significado e importância das emancipações: uma polêmica ainda não resolvida no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v.37, jul-ago/2003a.

_____. Emancipações no Rio Grande do Sul: racionalidade ou inconseqüência nos processos de municipalização. In: **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v.37, jul-ago/2003b.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: **Veritas.** Porto Alegre, v.41, nº 162, junho, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE WESTFÁLIA. Disponível em:
<<http://www.westfalia.rs.gov.br/municipio/dados.html>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

_____. **Dossiê da Emancipação de Westfália.** Westfália: Secretaria da Educação e Cultura, 1994.

RESENDE, Paulo-Edgar. A República pela via da Federação. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: vol. 4, nº1, 1990.

RIELA, Caio Repiso. O direito de crescer. In: **Novos Municípios: o sucesso de quem apostou na emancipação.** Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1989.

_____. **Lei Complementar 9.089 de 19 jun. de 1990.** Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1989.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Tradução de: Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969. Tomo II. p. 403-804.

SENADO FEDERAL. **Emenda Constitucional nº 18 de 01 dez. 1965**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=113586>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 13 de 2003**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/>>. Acesso em: 21 out. 2007.

SIMÕES, André Geraldo de Moraes. População, Federalismo, e Criação de Municípios no Brasil: uma análise dos casos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. Caxambu- MG, 2004.

_____. Gestão tributária eficiente: em busca da autonomia financeira dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: Ano 51, nº 258, abril/maio/junho 06.

SOUZA, Celina. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: vol. 10, nº 3, 1996.

_____. Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, nº 24, p. 105-121, junho 2005.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. **Instituições, Processo Decisório e Relações Executivo-Legislativo nos Estados: Estudo Comparativo sobre o Processo de Criação de Municípios Após a Constituição de 1988**. Campinas-SP, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/UNICAMP.

_____. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 17, nº 48, fev/2002b.

_____. Instituições, Processo Decisório e Relações entre Executivo e Legislativo Estadual: a Criação de Municípios no Rio Grande do Sul após a Constituição de 1988. **III Encontro da ABCP – UFF/Niterói**, 2002c.

_____. Autonomia municipal e criação de governos locais: a peculiaridade Institucional Brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba, v.42, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Análise de contas da gestão das prefeituras municipais**. Disponível em: <http://www.tce.rs.gov.br/contas_governador/pref_municipais.php>. Acesso em: 20 set. 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Decreto-lei n.º 1881/81, art. 1º**. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/>>. Acesso em: 10 out. 2007.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br>>. Acesso em: 02 jan 2009.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo/ Rio de Janeiro/Recife/Bahia/Pará/Porto Alegre. Companhia Editora Nacional, 1946.

APÊNDICE 1 - Questionário

Data: __/__/2007

Nome e cargo na Comissão: _____

1. Sexo (*anote sem perguntar*)

(1) Masculino (2) Feminino

2. O senhor é natural de onde? _____

3. Idade: _____

4. Profissão:

(1) agricultor (5) dona de casa (9) aposentado
(2) político (6) comerciante (10) Outra. Especificar: _____
(3) empresário (7) estudante
(4) professor (8) empregado assalariado

5. Escolaridade:

(1) 1º grau incompleto (4) 1º grau completo
(2) 2º grau incompleto (5) 2º grau completo
(3) 3º grau incompleto (6) 3º grau completo
(7) pós Especificar _____

6. Onde estudou:

1º grau: _____

2º grau: _____

3º grau: _____

7. Estado civil

(1) Casado (2) solteiro (3) viúvo (4) divorciado

8. Profissão da esposa/ marido: _____

9. Profissão do pai: _____

10. Profissão da mãe: _____

11. Profissão dos avós paternos: _____

12. Profissão do avós maternos: _____

13. O senhor é filiado a algum partido político ou tem simpatia partidária?

(1) é filiado ao _____ (2) simpatia pelo _____
(3) nenhum dos dois

14. Seus pais eram/são filiados ou simpáticos a algum partido?

(1) não (2) sim Especificar: _____

15. O senhor exerce ou exerceu algum cargo eletivo ou administrativo em Teutônia ou Imigrante?

(1) não (2) sim Qual e quando? _____

16. O senhor exerce ou exerceu algum cargo eletivo ou administrativo em Westfália?

(1) não (2) sim Qual e quando? _____

17. O senhor saberia dizer como surgiu a idéia da emancipação?

De quem partiu essa idéia?

18. Como começou sua participação no processo emancipacionista? O que lhe motivou a se envolver nesse empreendimento?

19. Em sua opinião, qual foi o principal motivo da emancipação de Westfália? Quais os objetivos com essa emancipação?

20. O que representou a emancipação para sua comunidade?

21. De maneira geral, o senhor diria que os municípios de Teutônia e Imigrante foram contra, a favor ou indiferentes a emancipação westfaliana?

(1) Contra (2) A favor (3) Indiferentes.

Quais, na sua opinião, foram as razões dessa posição dos municípios de origem?

22. O senhor acompanhou a campanha de emancipação? Saberria dizer o que mais lhe chamou a atenção na campanha do sim e na campanha do não?

Campanha do sim: _____

Campanha do não: _____

23. Qual a importância dos deputados estaduais no processo? Quais deputados estiverem diretamente envolvidos?

24. Qual a importância dos partidos políticos na emancipação?

25. Passados mais de dez anos do período emancipatório, o senhor acredita que os objetivos que se almejavam com a emancipação de Westfália foram atingidos?

26. Após a emancipação, o senhor acredita que a situação de Westfália:

(1) melhorou muito (2) melhorou um pouco

(3) ficou igual (4) piorou

Por quê? _____

27. E a sua situação:

(1) melhorou muito (2) melhorou um pouco

(3) ficou igual (4) piorou

Por quê? _____

28. Na sua opinião, quais foram os principais beneficiários da emancipação?

PARA FINALIZAR GOSTARÍAMOS DE SABER

29. Com que frequência o senhor costuma freqüentar:

	Diária	Semanal	Mensal	Raramente	Nunca
30 a. Clube esportivo					
30 b. Grupo para jogar (cartas, bolão, bocha...)					
30c. Assoc.de Bairro					
30 d. Grupo de mulheres, de mãe e/ou jovens					
30 e. Partido Político					
30 f. Sindicato					
30 g. Igreja					
30 h. Assoc. Beneficente					
30 i. outra. Qual?					

30. Qual é a sua religião:

(1) Protestante (2) Católico (3) Outra Qual? _____

31. O senhor fala ou entende sapato-de-pau? _____

32. Qual é a sua renda mensal? _____

33. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar por mês? _____

34. Quantas pessoas dependem dessa renda? _____

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO.

APÊNDICE 2 – Respostas do Questionário (questão 17-29)

PERGUNTA	RESPOSTAS
<p>17. O senhor saberia dizer como surgiu a idéia da emancipação?</p> <p>De quem partiu essa idéia?</p>	
Entrevistado	
1.	“Boatos eram vários para emancipar. Quem começou fui eu. Se Boa Vista do Sul podia se emancipar, nós também podíamos, tínhamos condições financeiras. Com isso eu liguei para várias pessoas e eles deram ok”.
2.	“Surgiu no dia da inauguração do que era para ser a subprefeitura da Schimdt. E o Klepker disse que esse seria um posto de serviços. ‘Vocês não são capazes nem de fazer um ofício, e muito menos um município’. Pela provocação do Klepker. Reuniram-se 29 lideranças as quais achavam que devia emancipar. O Seu Ido Sulsbach foi escolhido presidente provisório”.
3.	“Foi um desafio do ex-prefeito de TT no momento em que foi inaugurado o Centro Telefônico. ‘Essa comunidade teria condições de se emancipar, caso houvesse lideranças’. Depois o diálogo sobre essa possibilidade, as trocas de idéia intensificaram o movimento. O Enio Grave, Nélson Horst e Ido Sulsbach faziam a mediação”.
4.	“Partiu do Sr. Enio Grave numa roda de chimarrão”.
5.	“A idéia inicial partiu de lideranças da sede, e essas lideranças procuraram as lideranças das localidades próximas. Partiu do Enio Grave, Norberto Grave, Ido Sulsbach.
6.	“A idéia da emancipação surgiu da reunião de líderes da comunidade. Eram 27 pessoas na primeira reunião e lá surgiu o movimento para emancipação. Na noite foi eleito o presidente provisório. O maior líder foi Enio Grave (ele virou o presidente da comissão)”.
7.	“Em função da insatisfação dos moradores da área que se emancipou, com a administração de TT. TT não oferecia o retorno conforme o tamanho da área, ou conforme a arrecadação”.
8.	“A idéia partiu do Sr. Enio Grave que foi desafiado pelo prefeito Elton Klepker, que não tínhamos lideranças para fazer um município novo: foi o que se viu, um belo município”.
9.	“Não sei. O Enio Grave e o Idílio eram os que mais estavam metidos”.
10.	“Umas 3 ou 4 lideranças começaram, depois foi aumentando”.
	Enio Grave, Norberto Grave, Nelson Horst, Idílio Lindemann
11.	“O Klepker não fazia muita coisa pela Schmidt. O imposto entrava, mas não se aplicava tudo aqui. O Nelson Horst, na época vereador de TT, junto com o Enio Grave, tiveram a idéia de emancipar, pois viram que tinham condições”.
12.	“O pessoal queria progresso. Vimos Imigrante, Poço das Antas se emancipar, nós queríamos também. TT cresceu muito depois que saiu de Estrela. Enio Grave era um grande líder”.
13.	“Surgiu na reunião de líderes da comunidade, no campo do Flamengo, participaram umas 20 e poucas pessoas. Ninguém queria assumir a comissão por medo do Klepker, aí assumiu o Ido Sulsbach, ele ficou 2 dias a ele não quis mais ser o presidente”. Surgiu com o Enio Grave e o Nelson Horst.

14.	“Veio do ex-prefeito de TT, Elton Klepker. Quando foi inaugurado o posto de serviços (telefone, brigada e dentista). O Klepker disse que a Linha Schmidt poderia caminhar pelas próprias pernas, na mesma noite nos reunimos no bar do Enio Grave e foi escolhida a comissão”.
15.	“Surgiu devido à insatisfação com a administração de TT. Partiu de algumas lideranças”.
16.	“Surgiu numa reunião da diretoria da água. Idílio Lindemann, Waldemar Hilgemann, Arnildo Dahmer”.
17.	“Várias pessoas pensaram na emancipação. Era moda e vantagem, pegamos a nata de TT e Imigrante”.
18.	“Houve emancipações em 88 e 92 e com isso as lideranças da Vila Schmidt se reuniram e pediram a minha opinião. Conhecendo a economia da região, apoiei a iniciativa dessas lideranças”. Enio Grave, Nelson Horst e Ido Sulzbach
19.	“Partiu das próprias lideranças nas reuniões de jogar cartas, grupos de senhoras... a discussão surgiu de repente”
20.	“O município começa a pensar em emancipação quando acha que tem condições de caminhar com as próprias pernas. Queríamos liberdade política: a localidade se sentia em segundo plano pelos município-mães”.
18. Como começou sua participação no processo emancipacionista? O que lhe motivou a se envolver nesse empreendimento?	
Entrevistado	
1.	“Soube no curso de vereadores que o Hélio Musskopf do PMDB mudou a lei para área emancipanda, antes só distrito que podia se emancipar. Fomos falar com o Musskop. Daí começou, mas o Musskop foi rejeitado por questões políticas, Imigrante era PMDB”.
2.	“Todos achavam na noite da reunião que eu deveria ser o presidente, e eu aceitei. Mas depois preferi não ocupar o cargo de presidente”. (na comissão oficial).
3.	“Eu fui secretária da comissão de emancipação e uma das organizadoras do projeto, em função de ser professora e geralmente fazer atas. Por ser considerada uma liderança comunitária acabei entrando nisso”.
4.	“Me convidaram para fazer parte da comissão. O que me motivou foi o fato de TT ter nos abandonado”.
5.	“Começou na primeira reunião feita na Paissandu, onde foi feita uma enquete de 17 pessoas da localidade, 15 foram a favor e 2 se abstivera. Tínhamos certa insatisfação quanto a agricultura”.
6.	“Várias coisas me motivaram. Como eu era agricultor na época, fui convidado pelos líderes para participar da comissão emancipacionista. Primeiro a intenção era não participar, porque já estava envolvido em várias outras diretorias, mas foi convencido, não poderia ficar de fora”.
7.	“Devido a insatisfação pessoal e por acompanhar as reuniões que um pequeno grupo fazia”.
8.	“Fomos convidados e aceitamos, mas foi muito complicado, pois a Vera, minha esposa era funcionária da prefeitura de TT. Me envolvi porque éramos esquecidos”.
9.	“Quando fiquei sabendo (da idéia da emancipação) logo fui a favor. Aí me convidaram para participar”.
10.	“Me convidaram porque eu era presidente do Fluminense Futebol Clube”.
11.	“Eu era filha do Nelson e nora do Enio, tudo que tinha de papel passava pela minha mão (muitas vezes rascunhos feitos pela Glaci).

12.	“Participei desde o início, desde as primeiras informações. O primeiro contato com as autoridades estaduais foi em Poço das Antas com Caio Riela, Nestor Bröenstrup (prefeito de Poço), Norberto Grave, Ido Sulzbach e eu. Aprendemos como proceder, para depois fazer reuniões aqui. Queríamos progresso”.
13.	“Desde o início, se não fosse eu e meu irmão, não sairia. Os outros tinham medo do Klepker”. Obs: Considera sua presença imprescindível para o movimento.
14.	“Eu sempre fui emancipacionista (o Klepker até disse: ninguém pode ser contra, mas ele foi contra a emancipação). Por interesses para melhorar a vida da comunidade”.
15.	“Participando de reuniões. Vendo que Westfália teria tudo para dar certo”.
16.	“Amizade com a turma”.
17.	“Nós vimos a vantagem, nossa produção era boa. Éramos esquecidos (a saúde era muito ruim). Queríamos uma coisa melhor para nossos filhos”.
18.	“(…) Achei mais viável para a nossa localidade pertencer à Westfália”. Por ser uma pessoa conhecida.
19.	“Porque eu era liderança na comunidade, as pessoas vinham dizer: vocês têm que participar. Sentia a necessidade do povo poder se expressar”.
20.	“Começou muito antes de se falar em emancipação. Por fazer parte do sindicato, sentia que a população precisa ter liberdade política, liberdade de expressão, melhores condições de vida. Por isso a consciência já começou antes. O poder centralizador do Klepker acabou facilitando a emancipação, porque o povo se indignou”.
19. Em sua opinião, qual foi o principal motivo para a emancipação de Westfália? Quais os objetivos com essa emancipação?	Obs: essa resposta não foi bem formulada (fica evidente a relação motivo-objetivo). Por isso, objetivos e motivos foram confundidos.
Entrevistado	
1.	Motivo: “As pontas são no fim, e ficam para o fim”. Objetivos: “Queríamos mais recursos para a localidade”.
2.	Motivo: Pelo que gerávamos de imposto, muito pouco voltava para cá. Objetivos: Conseguir mais verbas. Outros municípios se dando bem (em função da emancipação), Westfália também poderia. Segurar o jovem no interior.
3.	Objetivos: Aproximar a administração da população. A aplicação dos recursos captados, serem aplicados aqui.
4.	Motivo: TT ter nos abandonado. Objetivos: Tornar-se independente, pois tínhamos toda a infra-estrutura.
5.	Motivo: Insatisfação com TT. Objetivos: Trazer o poder para mais perto das pessoas, para que elas pudessem fiscalizar os atos do prefeito, dos vereadores. A localidade mostrava todas as condições para emancipar. Tudo com o objetivo de dar um atendimento melhor aos munícipes. Trazer as instituições para mais perto da população, por exemplo, a Emater, o posto de saúde.
6.	Objetivos: Representava vantagens (se Westfália não tivesse se emancipado, não teria hoje nem 10% do que tem). Um município pequeno é sempre melhor administrar.

7.	Motivo: Insatisfação. Objetivos: Conseguir atender melhor os anseios da população, no que diz respeito à saúde, agricultura, educação, mais apoio às obras”.
8.	Motivo: Insatisfação. Objetivos: Visando algo melhor nas diversas áreas.
9.	Objetivos: Aproximar a administração. (+ “Aqui era um lugar pequeno, mas grande de poder.)
10.	Objetivos: Conseguir emprego para os jovens. Progresso. Aproximar a administração.
11.	Motivo: Insatisfação com o retorno financeiro que a localidade ganhava. Objetivos: Conseguir esse retorno financeiro.
12.	Motivo: Insatisfação com a arrecadação. Boa parte ficava com TT. Objetivos: Chamar o poder público para perto. Queríamos ajudar a agricultura, saúde, educação.
13.	Motivo: Éramos retirados, e esquecidos. Objetivos: Desenvolver a região.
14.	Objetivos: “Melhorar para o futuro de nossos filhos e netos”. Melhorar em saúde, educação, transporte escolar, agricultura.
15.	Motivo: Insatisfação com TT. Objetivos: Progresso.
16.	Motivo: “Não estávamos sendo tão bem atendidos por TT. Objetivos: Melhor atendimento dado pela prefeitura.
17.	Motivo: Estávamos sendo esquecidos. Objetivos: Queríamos um município nosso, aproximação com a administração.
18.	Motivo: Tínhamos uma economia forte (agronegócio). Objetivos: Que todos os habitantes usufríssem dessa economia forte.
19.	Motivo: Esquecimento do município-mãe. Éramos o interior de TT, sempre éramos os últimos a receber os benefícios, por exemplo, uma ficha do SUS. Objetivos: 1º Aproximar o poder da população. 2º Necessidade de expressão (queríamos ser ouvidos).
20.	Objetivos: As localidades terem possibilidade de pensar suas políticas no que se refere as suas próprias receitas. Num município se está mais perto do poder. Isso proporciona um controle maior dos gastos da administração pública. A população tem uma certeza maior de que suas prioridades na administração serão atendidas.
20.O que representou a emancipação para a sua comunidade?	
Entrevistado	
1.	“Um grande progresso , sem dúvida. Muitos empregos diretos e indiretos”.
2.	“Em termos de melhoramentos, mais que dobrou. Saúde, educação, estradas, ajuda aos agricultores”.
3.	“Um progresso em todos os aspectos. Um grande incentivo às atividades primárias. Estradas asfaltadas. Recursos financeiros mais próximos e ágeis. Mais proximidade da administração para a população”.
4.	“Representou a independência política e financeira de Westfália”
5.	“Realmente representou muito. Já que muitos dos objetivos já foram alcançados na primeira administração (...)”.
6.	“Representou o progresso ”.

7.	“Um considerável crescimento em todos os setores”.
8.	“Demais, muito progresso . Ajuda para agricultura, pois somos basicamente do setor primário”.
9.	“Tudo ficou bom. Transporte, saúde. Aproximou a administração”
10.	“Houve grandes mudanças: a Westfália quase dobrou em 4 anos”.
11.	“ Progresso . O dinheiro é aplicado só na Schmidt (retorno). Emprego, saúde...”.
12.	“Representou um grande progresso . Destacando-se entre os novos municípios do RS e do BR”.
13.	“Tudo melhorou: em saúde, policiamento, escolas, agricultura, comércio em geral. Entraram mais firmas”.
14.	“Muitos avanços”.
15.	“Representou o progresso . A população está sendo muito bem atendida em todos os setores: educação, saúde, agricultura”.
16.	“Melhorou bastante”.
17.	“Foi um acerto. Investimento na agricultura que é a prioridade. Ajudou também a indústria. Investindo em pessoas daqui”.
18.	“Vantagens para toda população que mora nessa área. Município com um das maiores rendas per capita do Estado”.
19.	“Avanço. A população está mais próxima do poder. Pode chegar e reclamar. Tudo fica mais perto”.
20.	“Representou maior desenvolvimento”.
21. De maneira geral, o senhor diria que os municípios de Teutônia e Imigrante foram contra, a favor ou indiferentes a emancipação westfaliana? (1) Contra (2) A favor (3) Indiferentes Quais, na sua opinião, foram as razões dessa posição dos municípios de origem?	
Entrevistado	
1.	Contra. “Não queriam perder a nata dos municípios deles. (agricultura, frigorífico, e outras empresas)”
2.	Contra: “Por sermos uma localidade muito forte, muito produtiva os municípios-mãe não queriam perder. Era o merengue da sobremesa. Elimar Rex disse: ‘vocês nunca vão se emancipar’ e o Klepker deixou de pagar professores, creches e recolher lixo”.
3.	Mais ou menos . “Teutônia dificultou os trabalhos para que não houvesse o plebiscito mais que Imigrante. Muitas informações de dados foram negadas. Tudo era feito para atrapalhar o processo, para se perder prazos e atrasar a administração própria. De Imigrante não tenho nada a dizer”
4.	Contra. “Eles foram contra porque nenhum dos dois queria perder: terras, eleitores e principalmente renda. (Eles estavam no direito e no dever deles de ir contra)”.
5.	Contra. “(...) porque eles perderam uma área muito produtiva. Estavam no direito deles”.
6.	Contra. “Não queriam perder a Westfália por causa da renda, por causa do povo trabalhador”.
7.	Contra. “Porque a área que estava se emancipando contribuía significativamente na arrecadação desses municípios, e com a emancipação se perderiam esses recursos”.

8.	Contra. “Não queriam perder esta arrecadação, pois são números ou cifras muito grandes. Só para se ter uma idéia o orçamento do município está em torno de 9 milhões”.
9.	Contra. “Não queriam perder território e renda”.
10.	Contra. “Por causa da perda de renda. Imigrante foi mais contra porque perderam a Berlim, que é uma região muito desenvolvida, principalmente na agricultura”
11.	Mais ou menos. Imigrante, pois iriam perder renda (e realmente perderam). Derrubaram muitas vezes. TT não me lembro”.
12.	Contra. “Os prefeitos com certeza foram contra. Eles tinham que zelar pelo território, não poderiam ser a favor abertamente. O Klepker foi muito contra. Também tivemos várias reuniões com o prefeito de Imigrante. Os que substituíram eles foram “legais” na partilha”.
13.	Contra. “Porque eles sabiam que estavam perdendo grandes valores”
14.	Contra. “Porque iam perder o ‘filé’ dos municípios, porque iam perder a parte boa da agricultura. E para não dar o município (obrigação deles de segurarem o território)”.
15.	Contra. “Porque não queriam perder parte de seus municípios (impostos)”
16.	Contra. “Bastante contra. Devido à perda da área, perda da entrada de renda”.
17.	Contra. “Porque sabiam que iam perder a nata. Ricardo deixou correr”.
18.	Contra. “Pelo que perderiam. Pelo que perderam em números. Representou muita perda”.
19.	Contra. “Por motivos políticos e depois econômicos. Queriam manter o poder político pelo cabresto: quando o povo começa a questionar eles não gostam”.
20.	“Radicalmente contra. “Perda de receitas e prejuízo no poder político (centralização). Os partidos sofrem ranhuras na sua estrutura básica”.
22. O senhor acompanhou a campanha de emancipação? Saberá dizer o que mais lhe chamou a atenção na campanha do sim e na campanha do não? Campanha do sim: Campanha do não:	
Entrevistado	
1.	S: “Se dizia que era vantagem. Queríamos progresso”. N: “Não sei, não participei. Passaram na Schmidt e queriam briga, inclusive o vice-prefeito”.
2.	S: “Todos engajados para apostar num futuro próximo. A cada reunião aumentava o número de pessoas”. N: “Eles divulgavam que a Westfália não tinha nem um lápis e uma borracha, que não teria condições”.
3.	S: “Empolgação da comissão e da informação de dados que mostravam aos moradores do local a viabilidade da criação do município”. (A emancipação de TT serviu como modelo, lembra da mobilização daquela época). N: “A resistência em deixar de pertencer aos municípios-mãe. Acesso a materiais de campanha”.
4.	S: “Motivação da população. O empenho das pessoas que tomavam a frente. A união do grupo na hora da falta de recursos financeiros”. N: “A maneira negativa como conduziam a campanha. Usavam panfletos”.

5.	<p>S: “A maneira serena que o então presidente Enio Grave conduziu a campanha: sempre no sentido de batalhar pelo sim, mas respeitando o não. A política de paz que o Enio usava”.</p> <p>N: “A maneira como eles ‘pressionavam’ a população para votar não, para não separar”.</p>
6.	<p>S: “Tivemos muitos comícios. A população da Vila Schimdt participou dos comícios”.</p> <p>N: “O prefeito Elton Klepker fez de tudo para não emanciparmos. Imigrante apoiaria a emancipação, desde que não pegássemos a Berlim”.</p>
7.	<p>S: “Engajamento de toda população que simpatizou com a idéia, independente de cor partidária”.</p> <p>N: “Fracos argumentos para que não concluíssemos o processo de emancipação”.</p>
8.	<p>S: “O jovem querendo o município novo, a emancipação”.</p> <p>N: “A grande maioria dos idosos querendo ficar com os municípios-mãe”.</p>
9.	<p>S: NR</p> <p>N: NR</p>
10.	<p>S: “Grande participação e união do sim”.</p> <p>N: “Não acompanhei muito”.</p>
11.	<p>S: “Visitamos todas as casas, fizemos reuniões pequenas para explicar os benefícios da emancipação”.</p> <p>N: “Não sei, porque os ignorava”.</p>
12.	<p>S: “Apresentávamos o nosso potencial, sabíamos que ia ser um município forte, pregávamos isso”.</p> <p>N: “Diziam que seria um município muito pequeno, que ia ter que pagar um prefeito, que não tinha hospital...”.</p>
13.	<p>S: “As mulheres deram a vitória ao sim, porque gostaram do hino, usavam camiseta, bandeirinha...”.</p> <p>N: “Apesar de ser do não eles estavam certos, por causa da comunidade (religiosa), eles estavam bem em TT”.</p>
14.	<p>S: “Se prometia muito que ia melhorar a situação com a emancipação, e realmente melhorou”.</p> <p>N: “Só bobagens. Em vez de falar do município, agrediam as pessoas do sim”.</p>
15.	<p>S: “As reuniões que se faziam nas comunidades”</p> <p>N: “Eles não viam com bons olhos a idéia do novo município. Achavam que não ia dar certo”.</p>
16.	<p>S: Não acompanhou muito as reuniões.</p> <p>N:</p>
17.	<p>S: “Queríamos um município próprio. Ser nos mesmos. Mais próximos da sede”.</p> <p>N: “Diziam que não queriam repartir”.</p>
18.	<p>S: “Pela população e a renda, Westfália seria uma das maiores rendas per capita”.</p> <p>N: “Que não se estava tão mal nos municípios-mãe. O que não era de todo errado”.</p>

19.	S: “A união do povo e a credibilidade que colocaram nas lideranças emancipacionistas”. N: “A questão política. Pessoas eram induzidas politicamente para ser contra. Falava esclarecimento de como seria emancipar”.
20.	S: “População se uniu independente de partidos. Deixou-se de perceber qualquer cor partidária”. N: “Eram falsas lideranças. Não tinham um ideal, eram movidos por intrigas políticas (liderados por Klepker e Imigrante)”.
24. Qual a importância dos partidos políticos na emancipação?	
Entrevistado	
1.	“No nível estadual: PDT, PTB, PP, PSB foram a favor. PMDB foi contra. E o PT se absteve (mais o Casagrande). No nível local não se falava de partido durante a comissão”.
2.	“Na emancipação não se falava de partidos e nem de time”.
3.	“Eram importantes, quanto mais representações tivessem no município, mais apoio conseguiam mobilizar na assembleia legislativa. Ex: PTB foi criado para ter representantes”.
4.	“Durante o processo de emancipação não se olhou partido político”.
5.	“Foi um movimento apartidário, onde todos os filiados, independente de partido, trabalhavam para que a emancipação se concretizasse. Na Assembleia tivemos o apoio de todos os partidos”.
6.	“Naquele tempo não tinham partidos políticos aqui. Eu nem tinha partido naquela época”.
7.	“São importantes no sentido de mostrar a força política da área emancipanda, porque são através desses partidos que se constituirá a futura administração da área emancipanda”.
8.	“Na época era mínima, pois não se falava de partidos, e sim no objetivo de emancipar”.
9.	“Na campanha não queriam fazer política. Era consenso”.
10.	“Na emancipação não se visava partido político”.
11.	“Não olhamos para partido”.
12.	“O único partido fundado era o PMDB, PT, PTB e PPB, em função da emancipação. Durante a campanha não se visava partido político na emancipação. Mas se dizia que tinham que ser formados”.
13.	“Dos deputados do PMBD: ninguém votou a favor. Nada contra o partido do novo município”.
14.	“Aqui não se falava em partido só em comissão emancipacionista, pelo menos abertamente. No âmbito estadual, por causa da pressão nos deputados”.
15.	“Para conseguir maior número de deputados votando a favor. Maior representação na Assembleia”.
16.	“O povo não olhou para partido na emancipação”.
17.	“Acho que tiveram importância, porque os partidos já estavam definidos PMDB, PP, PT, PDT. Pois eles já tinham expectativa de assumir a prefeitura”.
18.	“Não vi importância dos partidos. Todos os partidos apoiavam a emancipação (tinham poucos constituídos). Pouco se falava de partido, queriam mais a emancipação”.
19.	“A unidade deles foi muito importante. O partido era a emancipação”.
20.	“Nenhuma. Pelo contrário, partido político só traria prejuízos”.

<p>25. Passados mais de dez anos do período emancipatório, o senhor acredita que os objetivos que se almejaram com a emancipação de Westfália foram atingidos?</p>	
<p>Entrevistado</p>	
1.	“50%, podia melhorar mais (crítica: inchaço da máquina pública). 100% ninguém consegue”.
2.	“Sim”.
3.	“Foram atingidos além das expectativas, em todas as áreas”.
4.	“Sim, com certeza”.
5.	“Sim”.
6.	“Sim, acima das expectativas. Por causa da renda do município: começamos com 2 milhões e 100 mil de renda e agora está em torno de 8,5 -9 milhões”.
7.	“Com certeza. Esperamos que esse trabalho continue de forma a que as novas gerações também possam usufruir os benefícios que os municípios estão tendo”.
8.	“Plenamente, e estou convencido que o Sr. Enio era um homem de muita visão, pois aqui o povo trabalha e é ordeiro”.
9.	“Sim”.
10.	“Muita coisa sim”.
11.	“Sim, ficou bem melhor para o povo”.
12.	“A maioria deles foi atingido. Nunca se consegue todos os objetivos, aí não se precisaria fazer mais nada”.
13.	“Pra mim não tá 100%. Crítica: há muitos aposentados na prefeitura”.
14.	“Superados, principalmente na saúde, educação e agricultura: esse é o tripé da Westfália”.
15.	“Acho que sim”.
16.	“Acho que não”.
17.	“90% foram atingidos. Tem algumas coisas que faltam, exemplo, cultura. Saúde, ensino, transporte, agricultura estão ótimos”.
18.	“Plenamente”.
19.	“Não todos. Era para ter sido diferente. Quanto à participação do povo: hoje são tomadas decisões políticas que não são discutidas com o povo. Exemplo: a localização da prefeitura que foi “decidida” por decreto. Quanto aos interesses pessoais não deveriam ser priorizados”.
20.	“Não foram alcançados. Não foi cumprido na sua essência o que se pregou nos comícios, nas reuniões. A prioridade nº 1 seria o produtor rural, mas não está acontecendo. Mesmo assim, foi importante. Na área da saúde também não está acontecendo na prática o que se criou de expectativa. Na área de obras está longe do que se previa (todos os anos seriam feitos 5 Km de asfalto, mas há horas não se faz). Tem que se cumprir o que se promete. O motivo disso é crônico: inchaço de funcionários públicos. Infelizmente são escolhidos devido a promessas políticas, e não por competência”.
<p>26. Após a emancipação, o senhor acredita que a situação de Westfália (1) melhorou muito (2) melhorou um pouco (3) ficou igual (4) piorou Por quê?</p>	

Entrevistado	
1.	“Melhorou muito. A administração está perto. Os recursos que antes iam para outros municípios agora ficam aqui”.
2.	“Melhorou muito. Por que entra mais dinheiro, maior retorno do ICMS”.
3.	“Melhorou muito. Vemos o crescimento em relação à construção civil, brigada militar, EMATER, saúde, educação, plano de carreira, incentivo aos universitários, implantação do Ensino Médio”.
4.	“Melhorou muito. A verba está sendo distribuída de maneira correta (retorno do ICMS, FPM)”.
5.	“Melhorou muito. Dá para ver melhoras em todas as áreas: educação, saúde, agricultura, assistência social”.
6.	“Melhorou muito. Por causa da renda, posto de saúde,...”.
7.	Melhorou muito. Melhorou em obras, asfaltamento, abertura de ruas e estradas. Na educação: investimento em escolas, melhorias nas escolas, transporte escolar, além de outros. Na saúde, posto de saúde bem equipado e próximo. Na agricultura: subsídios e apoio ao setor agrícola”.
8.	“Melhorou muito. Não tem espaço para descrever tudo que melhorou. É só olhar e apreciar um crescimento que dá inveja a muita gente”.
9.	“Melhorou muito. Tudo ficou mais perto, melhorou na saúde, transporte, agricultura. Tu precisa, tem ali”.
10.	“Melhorou muito. O município é menor, tudo fica mais perto. Aproximou a administração da comunidade. Ex: máquinas, saúde...”
11.	“Melhorou muito. O dinheiro daqui fica aqui, e é investido mais o dinheiro do Estado e federal”.
12.	“Melhorou muito. Por causa dos recursos que entraram a mais. Foi implantado o segundo grau, posto de saúde bem grande, a agricultura foi fortificada. Muito asfalto já foi feito, apesar de ainda faltar muito. Centro administrativo moderno”.
13.	“Melhorou. Deu município, entra mais dinheiro”.
14.	“Melhorou muito. Principalmente saúde, educação e agricultura. Mas, <i>falhas há, nunca fica 100%</i> ”.
15.	“Melhorou muito. Por causa do progresso. Melhorou: educação, cultura, saúde, obras...”.
16.	“Melhorou muito. Melhorou muito a saúde, veio bastante verba da União. Ex: construção de duas pontes”.
17.	“Melhorou. Melhorou na saúde, estradas (asfalto), agricultura, educação”.
18.	“Melhorou muito. Hoje, por sermos município temos EMATER, sindicato rural, inspetora veterinária. Além da administração pública lá, todas as secretarias importantes estão lá. A administração está mais próxima. Algumas prioridades não são as que eu teria colocado em prática, mas em síntese, melhorou muito”.
19.	“Melhorou um pouco. Tem mais acesso, exemplo saúde. Tenho o direito de criticar e opinar para dizer o que não está funcionando. Bancos, comércio mais perto. A distância da sede é menor. Menos população, menos filas. As pessoas se conhecem”.
20.	Melhorou um pouco. Pelo seu desenvolvimento. Se estivéssemos no município-mãe seria muito pior. Mas podíamos estar bem melhor.
27. E a sua situação: (1) melhorou muito (2) melhorou um pouco (3) ficou igual (4) piorou Por quê?	
Entrevistado	
1.	“Ficou igual. Não precisamos muito das máquinas. Melhorou em parte porque o centro administrativo ficou mais perto”.

2.	“Melhorou. Mas não dependemos disso, nosso ramos vai para outras regiões”. Obs: Antes tinha dito “Nós fomos uns dos mais prejudicados, porque Imigrante e TT nos fecharam as portas para os negócios”.
3.	“Melhorou muito. Estou em cargo administrativo, e tenho vez e voz em conselhos, e em ações da educação e cultura”.
4.	“Melhorou um pouco. O local de trabalho ficou mais perto”. Obs: Em <i>off</i> : disse que piorou (risos).
5.	“Melhorou muito. As idéias que tivemos como liderança da emancipação se concretizaram com a instalação do novo município. Sentimos-nos bem realizados perante a comunidade (muitos se arrependeram de não ter apoiado a emancipação).
6.	“Melhorou muito. Valorizou as minhas terras (25 terrenos), que antes ficavam na zona rural e hoje estão na zona urbana. Há o posto de saúde que oferece toda a assistência”.
7.	“Melhorou muito. Pois eu recebo esses incentivos também”. Obs: Em <i>off</i> : Sim, porque ganhei um emprego (risos).
8.	“Melhorou muito. Temos tudo aqui, gostaria de ouvir alguém que não tenha melhorado em todos os níveis”.
9.	“Piorou. Por causa da empresa, eu perdi tudo, me tiraram. Parentes de funcionários foram beneficiados”.
10.	“Melhorou um pouco. Para melhorar 100% precisaria ter água encanada na minha propriedade”. Obs: Trata-se de um local de difícil acesso.
11.	“Ficou igual. Sou professora concursada de TT”.
12.	“Ficou igual, financeiramente, porque sou aposentado pelo INPS. Apesar de ter melhorado para os filhos que conseguiram melhorias na educação e no transporte. A esposa depende dos remédios (por isso melhorou). Melhorou mais para a família do que para a mim, mas melhorou”.
13.	“Ficou igual. Somos aposentados e não dependemos do município”.
14.	“Melhorou muito. Por causa da saúde que ficou mais fácil. Fizeram loteamento das nossas terras. Maquinário ficou mais fácil de conseguir. Três familiares conseguiram emprego na prefeitura (concurados). Melhorou tudo”.
15.	“Melhorou muito. Eu tenho dois empregos (em Teutônia e Westfália), financeiramente melhorou”.
16.	Ficou igual. É aposentado.
17.	“Melhorou muito. A nora e o filho conseguiram bom emprego na prefeitura. Tudo ficou mais fácil e mais perto. Exemplo: EMATER”.
18.	“Melhorou muito. Logo depois vim ser presidente do Sicredi. A prefeitura presta todos os serviços que pedimos. Não temos nenhuma reclamação”. Obs: acho que a presidência não tem relação com a emancipação.
19.	“Melhorou um pouco. Por todos esses itens que citei acima. Tenho acesso a tudo isso mais facilmente. Pessoas se conhecem (Ex: deixo o talão de produtor na prefeitura e retiro outra hora)
20.	“Melhorou um pouco. Por estar mais próximo da sede. Acesso às reivindicações”.
28. Na sua opinião, quais foram os principais beneficiários da emancipação?	
Entrevistado	
1.	“Os funcionários, que antes não tinham emprego na administração. As firmas que tiveram benefícios diretos (verbas). E talvez alguém que agente não saiba...”.
2.	“Os agricultores. Todos os munícipes na questão da saúde, educação... As firmas também”.
3.	“Os munícipes: como os produtores rurais, empresários, políticos, estudantes, idosos...”
4.	“A saúde, educação e a agricultura”.

5.	“Toda a população se beneficiou. Para os agricultores, melhorou bastante”.
6.	“Todos os setores foram beneficiados, principalmente a agricultura e as indústrias”.
7.	“Todos os munícipes”.
8.	“Os munícipes, pois não falta nada para se ter uma vida tranqüila aqui, pois aqui é bom para se viver”.
9.	“Todos ganharam, mas alguns ganharam mais”.
10.	“Algumas pessoas foram mais beneficiadas que outras, não vou citar nomes. E umas foram prejudicadas. Depois da emancipação entrou a política e aí ficou tudo complicado, para não dizer sujo”.
11.	“Todos”.
12.	“Os agricultores porque a parte primária é que sustenta o município e por isso é mais recompensada. Muitas comunidades tiveram melhorias em sua infra-estrutura (esporte, pavilhões...). As indústrias também tiveram incentivos”.
13.	“As firmas, mas nem todas. Diversas pessoas que pegaram emprego na prefeitura. E eu sou contra os aposentados na prefeitura”.
14.	“Acho que todos ganharam. Quem quer trabalhar, ganhou”.
15.	“Todo o povo em geral”.
16.	“Todos ganharam, mas tem gente que ganhou mais. Ex: queixa-se dos aposentados na prefeitura.”
17.	“Todo o povo de Westfália se beneficiou. O comércio se beneficiou, aumentou o número de lojas. Também advogados, costureiras... A agricultura que ganhou mais, nós ganhamos mais benefício, ficou mais fácil de produzir”.
18.	“Acho que todos se beneficiaram na saúde, agricultura, educação, em, tudo. Ainda que a educação deixe a desejar: falta planejamento. Mas isso não é só na Westfália”.
19.	“Os políticos que hoje estão no poder. O povo também se beneficiou (surgiram novos empregos). A população urbana (ex: caso dos loteamentos)”.
20.	“A população em geral, mas em especial a população urbana que está mais próxima da sede”.
29. Com que frequência o senhor costuma freqüentar:	A) Clube esportivo. B) Grupo para jogar (cartas, bolão, bocha...). C) Grupo de mulheres, de mães e/ou jovens/ Grupo de idosos/coral/sociedade de cantores/OASE
Entrevistado	
1.	A) semanal B) 2 ou 3X por semana C) Nunca.
2.	A) semanal B) semanal C) Nunca
3.	A) Raramente. B) Nunca. C) Semanal.
4.	A) Raramente. B) Nunca. C) Raramente.
5.	A) Semanal. B) Semanal. C) Mensal.
6.	A) Semanal. B) Raramente. C) nunca.

7.	A) Semanal. B) Semanal. C) Nunca.
8.	A) Semanal. B) Semanal. C) Nunca.
9.	A) Semanal. B) Semanal. C) Nunca.
10.	A) Mensal. B) Raramente. C) Mensal.
11.	A) Mensal. B) Raramente. C) Diária (é presidente da OASE)
12.	A) Semanal. B) Diária. C) Sempre que tem reuniões, bailes.
13.	A) Festas e jogos. B) Nunca. C) Mensal.
14.	A) Nunca. B) Semanal. C) Mensal.
15.	A) Semanal. B) Nunca. C) Mensal.
16.	A) Raramente. B) 2X por mês C) 2X por mês
17.	A) 2X por semana. B) Nunca. C) Mensal.
18.	A) Mensal. B) Mensal. C) 2X por mês.
19.	A) Nunca. B) Nunca. C) Semanal.
20.	A) Mensal. B) Nunca. C) Semanal

APÊNDICE 3 – Entrevista com Kátia Heemann (secretária da CAM)

Ana - Em sua opinião, qual o papel das lideranças políticas locais no processo emancipatório?

Kátia – Eu acho que lideranças políticas tu não estás identificando como político-partidária, né? Mas lideranças da comunidade...

Ana – Isso, lideranças da comunidade.

Kátia - O que a gente pode dizer? Tem lugares que não mexeram uma palha e fizeram, conseguiram se instalar da mesma forma. Qual é o diferenciador que teve aí? Os que participaram ativamente do processo, entendo eu, ficaram melhor preparados, porque nessa trajetória eles tiveram que aprender muita coisa desse mundo político que originalmente não era o *métier* deles: as questões partidárias, as questões dos diversos interesses, como eu estava dizendo da própria eleição. Então eu vou dizer “Bom, o papel foi decisivo para encaminhar o processo”, se não tivesse tido alguém que resolvesse vestir essa camiseta pra fazer, não teria acontecido. Depois que a coisa começou a andar se tu não tivesses tido alguém como, pega o exemplo, tem uns dois ou três municípios que não participaram de nada, que literalmente pegaram o bonde andando e sentaram na janela, está? Eles se instalaram igual, quer dizer bom, se eles se instalaram igual então não precisava ter feito nada. É não precisavam, bom, vai dizer “Não precisavam”. E aí, qual que seria o preparo que essas lideranças tiveram? Com certeza um preparo diferente, que fez com que eles tivessem uma visão melhor de onde é que eles estavam realmente circulando, da responsabilidade deles como município, um amadurecimento no trato dessas questões político-partidárias e um melhor preparo como administrador público, no sentido da responsabilidade, nessa questão do papel que esse prefeito vai exercer, que o vereador venha a exercer...

Ana – Mas mesmo esses municípios que tu disseste que não mexeram uma palha, mesmo eles tiveram que entrar com o processo. Eles não trabalharam depois? Eles não batalharam...

Kátia – É, eles não trabalharam depois, né? Porque quando deu o problema muitos desacreditaram, a maioria desacreditou. Acharam que não ia dar em nada, tá? Porque como tinha a ADIN do governo, que todo trabalho que tinha sido feito não ia dar em nada. Então te digo assim, que muita gente desistiu: “Não vou colocar dinheiro, não vou gastar, porque isso aí não vai vingar”. Não é o que aconteceu. Quer dizer, por que é que vingou, por que é que deu certo? Porque tem muitos que foram atrás, não é? Bom, iam esperar quatro anos, sim, mas se tentou abreviar esse tempo. E se a gente tivesse conseguido as eleições naquela época? Olha a diferença que seria... E bom, por que é que a ADIN não foi pra frente? Sim, teve uma movimentação também no sentido de que houvesse uma pressão do governo do Estado para que aquela ADIN fosse julgada, para que ele fosse realmente analisada. Então, isso tudo foi uma movimentação daqueles que depois de todo o temporal continuaram acreditando que iriam instalar o município. E aí tem um grupo que realmente vestiu a camiseta e que foi à luta, gastando do seu bolso, do seu tempo, viagens, tudo por conta deles. Poucos que puxaram, mas para começar o processo de emancipação tem que ter alguém da comunidade, no nosso caso. Em outros estados não.

Ana – Em sua opinião quais são os interesses que movem as lideranças locais a iniciar um movimento emancipacionista?

Kátia - Os mais diversos. Primeiro eu acho que melhoria de infra-estrutura, num primeiro momento e acho que depois também bate aquela questão da busca de um espaço político, que é natural. Se vier a busca pelo espaço político primeiro, tu também justifica porque a emancipação é um bom negócio, e aí cai naquela linha assim, era pra ser o prefeito Fulano e aí não saiu o consenso porque nós queríamos que fosse Fulano. Bom, mas o município não vai terminar, não conseguiu agora, faz na próxima, tem que conseguir enxergar o que é melhor para o município. Só de FPM o que se perdeu naquele período é uma soma considerável, que era um dinheiro que poderia ter vindo para o distrito e não veio. Então assim, a primeira coisa que bate é a questão da infra-estrutura, enxergam que podem melhorar e isso muito influenciado pelos vizinhos, porque se tu olhares o mapa do Rio Grande do Sul tu vai ver que onde tem emancipação, elas acontecem novamente e onde não tem, tu não tem nenhum modelo de referência. A maioria das vezes ele olha para o vizinho, e diz “Bá, o município tal conseguiu se emancipar, então nós também podemos. Olha o que ele melhorou, então a gente também pode”. É basicamente isso. E essa questão da busca do poder e do espaço político partidário, ela acontece num segundo momento e eu vou te dizer o seguinte, se fosse puxar só por isso era muito trabalho, poderiam buscar esse espaço também no município-mãe com menos trabalho. Porque a emancipação é muito trabalhosa, tem que realmente estar disposto a vestir a camiseta da comunidade e trabalhar em prol da comunidade.

Ana - Por que a CAM (Comissão de Assuntos Municipais) foi criada?

Kátia – Ela foi criada em 1981 com o objetivo de estudar essas questões, não especificamente a questão das emancipações, mas projetos de lei que tramitam aqui na Assembléia e que dizem respeito ao município. Basicamente, regimentalmente é isso. Depois ela teve uma alteração, de Estudos Municipais passou para Assuntos Municipais. Teve uma participação grande na Constituinte de 1988, no sentido de escrever o texto que hoje é, quer dizer, o que era até 1996 o texto da Constituição, que dava aos estados a competência e num determinado período sim, se trabalhou muito em função das emancipações, mas não só isso. É que nesse período de 87-88 até 92-93, todo mundo diz assim: “Ah, teve uma enxurrada de emancipações!”, sim, mas nós estávamos há quanto tempo sem ter nenhuma. Desde 65 não tinha nada aqui, enquanto os outros estados, São Paulo e Minas, continuaram criando quando tu recebias a mais do Fundo de Participação e nós aqui “patetiando”, não fizemos isso, quando a gente se acordou, durou pouco, em 92 a União trocou a lei, mas mesmo assim ainda é negócio, em função da descentralização dos recursos e tal. Aí a Comissão teve um papel substancial em função de fazer a lei complementar, de estudar esse assunto e é o que tem acontecido até hoje. A própria PEC das emancipações a PEC 13 que a gente está tratando, teve início na Comissão, enfim, tem o apoio da Assembléia, de outras Assembléias, mas ...

Ana – Foi daqui que partiu?

Kátia - Ah, sim, claro. Começou aqui, a idéia toda era de que se fizesse, se apresentasse uma primeira proposta de emenda constitucional das Assembléias. E aí pra tu fazeres isso, tu teria que ter um projeto de resolução de dezesseis, de metade mais um, de quatorze Assembléias. E a primeira que começou foi aqui no Rio Grande do Sul, em 2001. E aí foi se juntando isso, até que nós conseguimos fechar as quatorze, foi em 2003, e aí que começou a questão da PEC. Nós fomos protocolar lá em Brasília, como sendo a primeira de iniciativa das Assembléias, como naquela época não tinha nenhuma e houve uma sinalização de que fora a PEC das emancipações, na mesma resolução, algumas Assembléias botaram outros assuntos junto, tá? Lá na Câmara, não, lá no Senado eles não puderam aceitar. É uma história que eu tenho vontade de chorar quando lembro. Aí eles não puderam aceitar porque nas resoluções que tratavam das emancipações estava tudo bem, era que as Assembléias falaram. Só que as outras Assembléias falaram das emancipações, de remuneração de deputados, não sei o que mais. E aí, o seu Raimundo Carreiro, hoje membro do Tribunal de Contas da União, essa é hilária, sabe? É hilária, porque nós fomos com cinco ônibus de áreas emancipandas pra nos protocolarmos a PEC. Aí chegamos lá na segunda de noite, na terça-feira andamos por tudo, aquele povo... Por que protocolar no Senado? Porque o Senado representa os interesses dos Estados. Se fez um encontro nacional das áreas emancipandas, tinha gente de quatorze, quinze estados, estava tudo muito bem. Aí de tarde foram entregar formalmente, naquela época era pro presidente Sarney, o protocolo da PEC que devolve aos Estados a competência com a assinatura de quatorze estados. Enquanto eles estavam lá tirando fotografias, eu e Ederaldo: “Ederaldo, vamos lá no protocolo para pegar o número?”, porque tá tudo muito bem, tirar fotos, mas o que vai valer é o que vai estar protocolado. Aí nos fomos lá no Dr. Raimundo Carreiro e “Não, não posso aceitar. Desse jeito não”. E eu disse, “Mas que saída que nós temos?”. “Pegar um documento de cada assembléia de novo ou pegar a assinatura de vinte e oito senadores... Então eu digo “Ah é, então vamos trabalhar para a assinatura dos vinte e oito senadores”. Isso era quarta, meio da tarde. Aí nós nos reunimos com o pessoal do Mato Grosso e achamos, por bem, não dizer isso para o pessoal na hora se não eles iam atirar pedras, não é? Não digo em mim, mas nos deputados. Aí nós combinamos que iria ficar um grupo de uns dez mais articulados, iríamos reescrever o texto, aí reescrevemos o texto lá no gabinete do senador Zambiasi. Reescrevemos o texto, isso era quarta, umas cinco horas da tarde e íamos começar a coleta das assinaturas. Quarta de noite tinha uma janta, onde nós íamos reunir todo o pessoal dos outros estados, então nós despachamos o pessoal lá para a tal da janta e começamos a colher as assinaturas. Aí quem é que assinou aqui primeiro? A senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso. Quem é que assinou em segundo? O senador Sérgio Zambiasi e aí nós começamos a correr, sendo que é um original só, então eu não posso dar um para ti, uma para ela, tu tem que andar um e aí tu chegavas no senador “Olha, é assim, assim...”. Olha, eu acho que nós caminhamos mais de duzentos quilômetros dentro daquele Senado e rezando, rezando. Aí quarta de noite nós pegamos algumas assinaturas na janta, de alguns senadores que foram; na quinta-feira nós liberamos os ônibus para passearem, digo “Vão lá para o Pantanal, olhar jacarés, seja lá o que for. Quando nós estivermos pronto, a gente chama vocês. Vocês vão passear que nós estamos fazendo o restante do material...” Sim, tu vais para lá para fazer isso, chega lá e não consegue fazer isso, vai fazer o quê? Não dá, não é? O que é isso? Bom, aí o pessoal do Mato Grosso foi decisivo na ajuda da coleta do material, decisivo. Aí para te encurtar, é assim, eram umas seis horas da tarde e faltam oito assinaturas, quinta-feira de tarde e aí o tempo começa a correr contra nós. Aí nós nos organizávamos, uns saíam para um lado, eu fui na secretaria da mesa com o seu Raimundo Carreiro perguntar o que é que eu precisava juntar, porque se não eu ia chegar às oito horas/ e até que horas eu podia protocolar, ele disse “Até às oito e trinta nós estamos por aqui. Tem que trazer as justificativas, as

cópias...”. Então nós telefonávamos tudo lá do gabinete do senador Zambiasi, a gente ligava para saber onde estava, onde não estava, porque o senador não estava lá e o pessoal ia lá, com a cara e a coragem, com a cara de pau, chegávamos nos senadores, assim, meio de susto. Resumindo, quando a gente conseguiu fechar eram oito e lá vai pancada e aí todo mundo se abraçou, choramos, rezamos, afinal já estávamos todos com os cabelos em pé. Fomos de novo lá para o seu Raimundo Carreiro, ele olhou e disse assim “Ah, isso eu não posso aceitar”, chegou a me subir um vermelhão, eu me lembro como se fosse hoje, me subiu um vermelhão “Mas porque o senhor não pode assinar?”, “Sim, mas vocês são da onde, qual é o senador que acompanha vocês?”, porque até aí ele deve ter pensado “isso é um bando de louco”, não é? Aí ele assim “Quem é que assinou aqui primeiro?” “A senadora Serys”, “Tem de ter alguém aqui da senadora Serys”. Quem é que iria estar da senadora Serys às oito e meia da noite?, ninguém. Aí nós falamos “O senador Zambiasi não serve?”, “Sim, ele assinou?”, “Sim, ele é o segundo que assinou”, “Então que alguém traga o senador”. Eu digo “O senador já está voando para o Rio Grande do Sul essa hora, ele não está aqui”, quinta de noite, né? Aí ele assim “Sim, mas um funcionário, tem que vir alguém aqui porque, sim vocês são o que?”, não é? Sorte que tinha um cristão lá, que nós estávamos acampado lá no gabinete do Zambiasi, e aí ele foi lá, o senhor, e aí o Carreiro perguntou “O senhor sabe o que é isso aqui?”, “Sei, é a questão da PEC, das emancipações...”, “Sim, seu chefe assinou?”, “Sim, ele assinou”, “E onde está a assinatura do seu chefe?”, “Não, está aqui a assinatura dele”, “Ah bom, então eu vou protocolar”.

Ana – Dez da noite?

Kátia – Quase dez da noite. Saímos de Brasília, o ônibus foi nos pegar seguramente onze horas da noite, tanto é que nós chegamos aqui sábado de noite. Conseguimos, à pau e cobra, sabe. E aí de lá para cá nós andamos um passo para frente, dois para trás, um pra frente, dois para trás. Mas agora nós estamos dando uma..., era isso que eu ia te falar, a gente agora lançou a Associação das Áreas Emancipandas em apoio com a Comissão, o desafio da gente é conseguir coletar um milhão de assinaturas até o início do mês de abril de apoio a PEC 13, porque ela voltou com a CCJ, ela estava pronta para ser votada em plenário, e aí foi adiado, adiado com substitutivo que não nos interessa, sendo que esse substitutivo fala em quatro mil habitantes e cem quilômetros quadrados. Por que cem quilômetros quadrados? Porque Pinto Bandeira tem noventa. Ah, esse artigo é graças à briga de Pinto Bandeira. Então não nos interessa o substitutivo, as assembleias cada uma tem de legislar de acordo com a sua realidade. O Amazonas na realidade é uma, nós aqui somos outra, enfim. Bom, então voltou para a CCJ, no momento que voltou para a CCJ, atendendo a um pedido da senadora Serys, que por sua vez atendeu a um pedido da assembleia de lá, a gente tem a opção de voltar ao texto original e é o que a gente está querendo fazer.

Ana – E colocar para votar de novo.

Kátia – Para votar, ela tem de ser votada de novo na CCJ, está, e aí vai a plenário. Nós já estivemos muito perto de votar em plenário.

Ana – Pois é, ela estava...

Kátia – Ela já esteve em plenário.

Ana – E ela foi adiada?

Kátia – Só foi retirada porque como é um quórum qualificado, tu tens que ter, seguramente, setenta senadores em plenário para garantir os quarenta e nove. Se tu não tens os setenta tu corres o risco de não ter os quarenta e nove. Então agora sim a gente está com uma parceria forte com o pessoal do Ceará, o presidente da Assembleia do Ceará e eles se encarregaram de toda a região do nordeste. Nós estamos aqui, ontem a gente fez um contato, teve uma audiência com o presidente da Assembleia, a deputada Kelly, que é a nova presidente da Comissão, ela pediu apoio, enfim, ao presidente da Assembleia que integrasse os demais poderes legislativos nessa briga, o pessoal da UNALE, que é o deputado Postal que é o presidente, também é parceiro. E a gente está aqui na Comissão enviando para todos os municípios, que foram criados após 88, o material para que eles se sensibilizem, porque se eles conseguiram se emancipar de 88 para cá é porque alguém conseguiu a assinatura antes, está? Porque se não, não teriam conseguido. Para a gente tentar reverter o quadro, tipo assim, primeira semana de abril fazer uma movimentação lá em Brasília, tentar realizar uma audiência pública e também estamos trabalhando para ver se conseguimos para que o senador Simon seja o relator da matéria, ele tem uma experiência muito legal quando foi governador, tanto que 89 municípios se instalaram na época dele, tem um perfil municipalista, em defesa dos Estados. Eu acho que é nisso que a gente tem de ir, independente da emancipação. Porque se nós tivéssemos a aprovação nesse ano, vamos supor que corresse tudo bem e que fosse aprovado, o que não tem chance, está, posso conseguir no Senado, na Câmara, que a gente não consegue tão

rápido. Só iriam acontecer as eleições, as emancipações, a instalação desse município em 2013, então é assim, esquece! Do jeito que está indo essa carruagem, só para 2018, 19, está? 17...

Ana – Será que não conseguem em quatro anos?

Kátia – Olha, vou te dizer o seguinte, se eu conseguir, eu não vou conseguir para as próximas eleições, porque não tem tempo hábil para isso.

Ana - ... doze meses antes de 2012, tem de ser 2011.

Kátia – Então eu te digo assim, então azar. O pessoal diz assim “Ah, esse ano não vai dar mais...”, eu digo “Nem esse ano e nem nos próximos quatro, oh cara pálida, se tu não te mexeres não vai acontecer tão cedo”. Mas agora vamos ver, segunda-feira a gente teve a audiência com o senador Zambiasi, ele tem batido muito no plenário esse tema e a gente tem passado material para ele, ele tem falado. Porque teve uma eleição do Supremo dizendo que tem dezoito meses para regulamentar essa matéria, os dezoito meses já estão correndo, tem outro vinte e cinco municípios que foram criados a revelia da lei e que tem prazo de vinte e quatro meses para serem regulamentados e que também estão deitados em berço esplêndido, com algumas exceções. Tem de correr contra o tempo. E esse assunto não é o assunto prioritário em Brasília. E a gente está trabalhando sempre deixando claro o seguinte: nós estamos trabalhando para que os estados regulamentem esse assunto. Eu não estou falando que eu vou emancipar ou não vou emancipar, não é nada disso. O Estado pode daqui a pouco determinar que nos próximos dez anos não vão surgir municípios, está bem. ~Sem problema nenhum, mas que isso seja uma política a ser definida pelo Estado, e não pela União, até porque os únicos períodos que a gente teve a competência da União, teve a centralização do poder também, que não é o caso agora. Nós não estamos vivendo a democracia? Então. Cadê o respeito à parte federativa? Qual é a justificativa que tu tens para ter essa centralização? Não tem. Mas aí tu tens um estado fraco, que legisla sobre muito pouco, como é que tu vais fortalecer as instituições? Não é por aí, não é. E esse material da CAM ... Ederaldo, onde está aquele material que a gente fez da comissão? Não sobrou mais nenhum?

Ederaldo – Qual material?

Kátia – Que nós fizemos sobre a posse da deputada. Será que não ficou nenhum? (parece procurar algo).

Ederaldo – Tem um.

Kátia – Aqui é o que consta no regimento, um histórico e os objetivos que a gente tem em comum e os deputados que foram presidentes da Comissão Nacional. E esse regimento...

Ana - Posso ficar com esse aqui?

Kátia – Pode.

Ana – Muito obrigada, Kátia.

Entrevista realizada no dia 06 de março de 2008.

ANEXO 1- Informações sobre os últimos 30 municípios criados no Rio Grande do Sul

NOVO MUNICÍPIO	DATA DA EMANCIPAÇÃO	LEI Nº	MUNICÍPIOS DE ORIGEM	Nº DE HABITANTES (Contagem da pop. 2007 - IBGE)
Aceguá	16.04.96	10.766	Bagé	4.130
Almirante Tamandaré do Sul	16.04.96	10.737	Carazinho	2.158
Arroio do Padre	16.04.96	10.738	Pelotas	2.734
Boa Vista do Cadeado	16.04.96	10.739	Cruz Alta, Augusto Pestana, Ijuí	2.447
Boa Vista do Incra	16.04.96	10.740	Cruz Alta, Fortaleza dos Valos	2.447
Bozano	16.04.96	10.741	Ijuí	2.296
Canudos do Vale	16.04.96	10.755	Lajeado	1.941
Capão Bonito do Sul	16.04.96	10.742	Lagoa Vermelha	1.837
Capão do Cipó	16.04.96	10.743	Santiago, São Miguel das Missões, Tupanciretã	3.180
Coqueiro Baixo	16.04.96	10.765	Nova Bréscia, Relvado	1.566
Coronel Pilar	16.04.96	10.744	Garibaldi, Roca Sales	1.658
Cruzaltense	16.04.96	10.745	Campinas do Sul	2.273
Forquetinha	16.04.96	10.756	Lajeado	2.548
Itati	16.04.96	10.746	Terra de Areia	2.677
Jacuizinho	16.04.96	10.757	Salto do Jacuí, Espumoso	2.619
Lagoa Bonita do Sul	16.04.96	10.758	Sobradinho	2.622
Mato Queimado	16.04.96	10.747	Caibaté	1.865
Novo Xingu	16.04.96	10.759	Constantina	1.858
Paulo Bento	16.04.96	10.762	Erechim, Barão de Cotegipe, Jacutinga, Ponte Preta	2.090
Pedras Altas	16.04.96	10.760	Pinheiro Machado, Herval	2.546
Pinhal da Serra	16.04.96	10.748	Esmeralda	2.058
Pinto Bandeira*	16.04.96	10.749	Bento Gonçalves	
Quatro Irmãos	16.04.96	10.761	Erechim, Jacutinga	1.735
Rolador	16.04.96	10.750	São Luiz Gonzaga	2.795
S. Cecília do Sul	16.04.96	10.763	Tapejara, Água Santa, Caseiros, Ibiaçá	1.716
Santa Margarida do Sul	16.04.96	10.751	São Gabriel	2.172
São José do Sul	16.04.96	10.752	Salvador do Sul, Maratá, Montenegro	1.899
São Pedro das Missões	16.04.96	10.753	Palmeira das Missões	1.939
Tio Hugo	16.04.96	10.764	Victor Graeff, Ernestina, Ibirapuitã	2.593
Westphália	16.04.96	10.754	Teutônia, Imigrante	2.716

Fonte: a autora (2007)

ANEXO 2 – Reportagens da Folha Popular e do Informativo de Teutônia

FOLHA POPULAR (01/03/2008, p. 9).

WESTFÁLIA

Líder emancipacionista é homenageado

Foi instalado, junto ao Centro Administrativo Municipal de Westfália, o busto de Ênio Grave, em reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos na Comissão de Emancipação. O prefeito Alcido Lindemann afirmou ser justa a homenagem da administração municipal e população de Westfália pela forma como Ênio Grave conduziu a Comissão Emancipacionista. “Grave foi brilhante no seu trabalho como líder da Comissão e merece esta singela homenagem”, disse. O prefeito destacou que a homenagem é extensiva família de Ênio Grave. “Westfália atinge altos índices desenvolvimento na produção primária e secundária, graças ao trabalho de todo o seu povo que lutou bravamente pela emancipação. O nosso Município é um exemplo claro de que as emancipações são um testemunho de desenvolvimento do nosso país”, acentuou o prefeito.

Junto ao busto está anexada uma placa com dizeres da administração e da população de Westfália em reconhecimento ao trabalho de Ênio Grave.



Busto de Ênio Grave diante da Prefeitura

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (06/04/1994 – p.11)
municipal.

Para os emancipacionistas, Westfália já é uma realidade

Preocupados com uma possível mudança na Constituição, lideranças de Vila Schmidt vem se mobilizando com o objetivo de emancipar a localidade de Teutônia e fundar o novo município de WESTFÁLIA.

Atualmente qualquer processo emancipatório é estudado pela Assembléia Legislativa do Estado e caso haja realmente alterações na Carta Magna Brasileira, tornar-se-á muito difícil a emancipação de qualquer localidade, tendo em vista que o processo seria analisado pela Câmara Federal dos Deputados.

Pelo menos esta foi a informação prestada por Ênio Grave, um dos integrantes da Comissão Emancipacionista. Grave não vê impedimentos para a criação do novo município. Muito pelo contrário, acredita fielmente que em breve o Rio Grande do Sul contará com mais um filho.

Várias localidades já foram visitadas, entre elas Linha Clara. Na última quinta-feira a comissão esteve reunida com os moradores

daquela comunidade, explicando as vantagens da emancipação. Após debater a questão, foi realizada uma pequena votação para saber a pretensão dos presentes na reunião. Um total de 26 pessoas votaram, sendo que 9 se colocaram a favor; 11 votaram contra e 7 manifestaram a sua indecisão quanto ao assunto.

Outras localidades também deverão ser visitadas, sendo o caso de Linha Franck, mais especificamente a Vila Cuba. Atualmente há dúvidas quanto ao traçado do novo município e a comissão pretende saber daquela comunidade se a mesma está ou não interessada em anexar-se.

Pelo presente projeto da comissão, deverão integrar o novo município as localidades de Vila Schmidt, Linha Clara, Linha Paissandu, Silveira Martins e Linha Franck, o que deverá totalizar cerca de 100 Km² e uma população de aproximadamente 5 mil habitantes, sendo 2 mil aptos para o voto.

Segundo Ênio Grave, a

área em questão possui todos os requisitos básicos para conquistar a hegemonia política, administrativa e financeira. Embora o potencial econômico se concentre principalmente no setor agropecuário, o novo município também contará com o comércio, metalurgia, setor frigorífico, entre outros. Grave salienta que não possui absolutamente nada contra o prefeito Elton Klepker e vai mais longe: “- Se não fosse pelo Klepker não estaríamos nesse ponto de emancipar-nos.” O emancipacionista afirma ainda que Vila Schmidt sempre recebeu uma boa atenção por parte da municipalidade. No entanto, encontra-se muito afastada da sede do município.

Nova Berlim, Germânia e Teutônia Norte foram algumas das idéias comentadas sobre o novo município. No entanto, as lideranças optaram por WESTFÁLIA em homenagem aos imigrantes alemães que colonizaram a região.



Comissão reunida com moradores de Linha Clara

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (17/08/1994 – p.5)

Schmidt na luta pela emancipação

Adormecido já alguns meses, o movimento pela emancipação da Linha Schmidt parece estar novamente acordando para a realidade. No último sábado, tendo por local a Sociedade do Fluminense, foi realizada uma importante reunião a qual contou com a presença de mais de 100 pessoas, além dos deputados Hélio Musskopf e Luis Carlos Casagrande.

Objetivo principal da as-

sembléia tratou da eleição dos membros da comissão emancipacionista, que acabou não acontecendo em virtude de algumas localidades não terem enviado representantes. Os atuais líderes do movimento querem a participação de todos no processo.

Uma nova reunião ficou marcada para esta quarta-feira, às 20h30min., tendo por

local a OASE de Vila Schmidt, quando então deverão ser definidos os nomes daqueles que irão se responsabilizar pelo encaminhamento do processo à Assembléia Legislativa do Estado, a fim de conseguir a credencial para a emancipação. Todos os moradores de Schmidt, Paisandu, Frank, Clara e Berlim Frente e Fundos, estão convidados a participar.



Reunião foi realizada sábado na sociedade do Fluminense

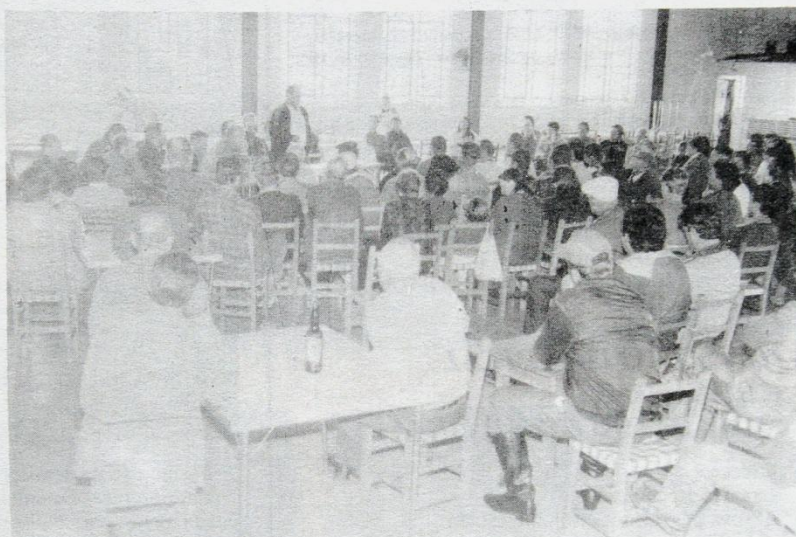
O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (31/08/1994 – p.11)

Linha Frank diz não a Westfália

Se as lideranças de Vila Schmidt já encontravam dificuldades em emancipar-se de Teutônia, agora deverá ficar mais difícil ainda. Inicialmente surgiu a questão problemática de Linha Clara, onde a grande maioria dos moradores mostrou-se desinteressada em pertencer ao novo município. Agora são os moradores de Linha Frank que mostram-se da mesma opinião.

No último sábado à tarde foi realizada uma importante reunião junto ao Centro Comunitário de Linha Frank, onde os moradores ouviram atentamente as esplanções dos líderes do movimento. Na oportunidade o presidente da Comissão Emancipacionista, Enio Grave, apresentou alguns dados estatísticos e as vantagens que a emancipação trará ao novo município, palavras estas reforçadas pelo vereador Nelson Horst.

Também fizeram uso da palavra o Deputado Erni Petry, o representante do Deputado Heron de Oliveira e a presidente do Sindicato



Reunião foi realizada sábado em Linha Frank

dos Trabalhadores Rurais de Teutônia, Dulce Schneider.

Das 130 pessoas presentes na reunião, apenas 115 foram consideradas aptas a participarem de uma votação secreta, a fim de decidir o apoio ou não ao movimento. Deste total apenas 24 pessoas posicionaram-se

a favor, enquanto que 89 votaram contra e apenas 2 pessoas se abstiveram do voto, não havendo brancos ou nulos.

Uma vez apurado o resultado da votação, verificou-se que 77,3% dos moradores de Linha Frank não tencionam pertencer ao novo mu-

nicipio. De posse desse resultado o ex-presidente do Sindicato, Décio Schneider, um dos organizadores desta reunião, pediu em nome da comunidade local para que a Comissão Emancipacionista reconsidere e que respeite a vontade dos moradores de Linha Frank.

Curtas da Prefeitura

A VERDADE - Há 10 anos, o deputado estadual Hélio Musskopf, do PMDB, em entrevista veiculada no jornal O Informativo do Vale, havia declarado que o prefeito Elton Klepker estava "fora da realidade" ao desapropriar "praticamente a força, uma área de 95,5 hectares para construção do Centro Administrativo Municipal". Musskopf também destacou na oportunidade, que "todos estão contra o prefeito, que não desiste, desesperadamente, de forçar as desapropriações". Igualmente disse que a pretensão de Elton Klepker em desapropriar a área e contruir o Centro Administrativo era uma "alucinação". Passados 10 anos, com Elton Klepker novamente à testa do Poder Executivo Municipal, ele lembra que "nada melhor que o tempo para se encarregar em mostrar a verdade. Os 10 anos que se passaram são a prova gabal de que ele estava errado e o prefeito estava certo", acrescentou Elton Klepker.

REPOSIÇÃO DA DEFASAGEM - Com relação às taxas municipais, o prefeito Elton Klepker, destaca que não houve aumento, mas sim reposição da defasagem referente aos meses de julho, agosto, setembro e outubro, pelos índices do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, indicador este que foi escolhido por decisão unânime da Câmara de Vereadores para corrigir especialmente as variações do salário dos funcionários, tomando-se sempre o índice do mês anterior, desde o início da segunda administração do prefeito Elton Klepker. Com a vinda do Plano Real, tanto os salários quanto o custo do m2 de pavimentação, tiveram suas variações (aumentos) congelados por alguns meses, até que os vereadores reclamaram do Executivo que os salários deles próprios e

também dos demais funcionários tivessem uma "reposição" de acordo com os mencionados índices do IGP-M. O Prefeito atendeu a reivindicação da Câmara de vereadores e deu essa reposição pelos índices reclamados e, não conseguindo repor somente as despesas do Município, também tem o dever de repor as receitas, que reajustou todas, inclusive as relativas à pavimentação, tanto com paralelepípedos, bloquetes e/ou asfalto. Até o vereador José Abrilino de Quadros taxou o prefeito de mau administrador por não ter cobrado os aumentos pelo IGP-M de julho, agosto e setembro e agora teve que aplicar as diferenças de uma só vez acumulativamente. Só que o vereador, conforme Klepker, não se lembrou que o prefeito tentou aplicar os índices em julho, quando houve uma "grita" geral contra esse aumento, e o prefeito retrocedeu, continuando a cobrar o preço do mês anterior. E naquela vez, justamente o vereador mencionado foi um dos que veio ao prefeito, condenando-o por ter aumentado os preços, e agora o condenou outra vez por não ter aumentado os preços naquela vez. A esta altura, o prefeito diz consolar-se com o ditado que diz: "nem Jesus Cristo conseguiu contentar a todos".

EMANCIPAÇÃO - O prefeito Elton Klepker foi convidado pelas lideranças da Linha Clara, para uma reunião de esclarecimento sobre todas as dúvidas do polêmico assunto "emancipação de Linha Schmidt". A reunião será realizada sexta-feira, dia 21, às 14 horas, na sociedade de Linha Clara. O prefeito gostaria que comparecessem à reunião também lideranças de Linha Frank, e até a Comissão Pró-Emanci-

pação de Linha Schmidt. Elton Klepker convidou também o prefeito de Imigrante, Elimar Rex, que ficou de levar lideranças de Linha Berlim e da Picada Horst. Será nessa oportunidade que todos podem ver clareados suas dúvidas sobre o rumoroso caso da emancipação da Vila e/ou Linha Schmidt, pois o prefeito foi quem liderou o fracassado movimento que quis emancipar Teutônia já em 1963, mas soube aproveitar bem a lição no novo movimento vitorioso que iniciou em 1976, culminando com o plebiscito de 24 de maio de 1981, largamente favorável à emancipação do novo município, que se instalou em 31 de janeiro de 1983, motivo porque traz na sua bagagem os conhecimentos mais que suficientes para orientar os emancipacionistas da Schmidt e também os de Linha Clara e Linha Frank, assim como parte de Imigrante que não queiram aderir ao movimento.

SEGUNDO TURNO - No segundo turno das eleições ao Governo do Estado, o prefeito Elton Klepker diz que vai votar no candidato Olívio Dutra, por ser o melhor para Teutônia, já que o partido do prefeito é o "PT", evidente não de Lula, mas sim de Teutônia. Klepker acha que para Teutônia é melhor Olívio Dutra ganhar a eleição para governador, do que Antônio Britto ganhá-la, porque este último é do PMDB, partido que tem como líderes os dois eternos "parasitas" e o deputado Hélio Musskopf, que desde a emancipação foi um fervoroso contrário, assim como foi contra o Centro Administrativo e todas as iniciativas do prefeito Elton Klepker, que só queriam beneficiar o novo município.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (26/10/1994 – p.12)

EMANCIPAÇÃO - Na última sexta-feira à tarde, o prefeito esteve em Linha Clara a convite da comunidade, que estava preocupada com certas afirmações de pessoas menos esclarecidas, de que Linha Clara iria ser obrigada a aderir à emancipação de Linha Schmidt. Acompanharam o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores, Soni Gräbin; o chefe de gabinete, Silvério Luer sen, e o secretário municipal de Obras, Norberto Heemann. Depois de uma explanação generalizada aos cerca de 150 presentes, que foi muito elogiado, o prefeito pediu para que a comunidade fizesse as perguntas a respeito da emancipação, inúmeras perguntas estas, que foram respondidas com todos os detalhes e a comunidade de Linha Clara ficou convicta de que não seria incluída na emancipação de Linha Schmidt, porquanto a eleição entre os presentes, por voto secreto, manifestou a vontade de 92% que são contra essa inclusão e o prefeito lhes assegurou que ainda podemos dizer que a vontade da maioria é soberana e será respeitada. Disto o prefeito Elton Klepker se responsabilizou de fazer valer essa decisão da comunidade de Linha Clara perante a Assembléia Legislativa, onde o processo de emancipação deve ser encaminhado. Na mesma oportunidade, o líder da comunidade de Linha Clara, professor Ariberto Magedanz, comunicou aos presentes que o presidente da Comissão Emancipacionista da Schmidt, Enio Grave, já havia telefonado, dizendo que a comunidade de Linha Clara poderá estar tranquila, porque não será incluída na área que querem emancipar.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (02/8/1995 – p.6)

Westfália: Comício poderá trazer novas adesões

A partir das 20 horas desta quarta-feira estará acontecendo o primeiro de uma série de comícios em prol da emancipação da comunidade de Vila Schmidt, que por sua vez busca o apoio de outras localidades para criar o novo município de Westfália ou então Vale Verde, conforme manifestação de alguns moradores da área emancipada.

A reunião de hoje terá por local as dependências da sociedade de Linha Berlim, onde são aguardadas um grande número de pessoas. Segundo o presidente da Comissão Emancipacionista, Enio Grave, esta poderá ser uma boa oportunidade para conseguir-se a adesão de novos eleitores.

Conforme Grave, atualmente existem cerca de 1.940

eleitores aptos a votarem no plebiscito do próximo dia 22 de outubro, porém esse número poderá mudar. O líder emancipacionista acredita que o SIM sairá vencedor com uma margem de 70 a 80%: “Não vejo problemas. Estamos tanqüilos!”, enfatiza Grave.

Quanto aos futuros candidatos a candidato a prefeito, Enio Grave observa que existem vários. No entanto, ninguém se manifestou oficialmente até o momento.

O apoio do ex-presidente do Sindicato Rural de Teutônia, Décio Schneider, ao movimento foi considerado muito importante: “Tudo soma, ele ajudou muito”, observou o empresário “westfaliense”.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (16/8/1995 - p.10)

O “não” poderá acabar com o sonho do “sim”

Um dos grandes marcos políticos do município de Teutônia foi o dia 24 de maio de 1981. Foi nesse dia que Teutônia finalmente decidiu caminhar sozinho em busca de seu progresso, separando-se do município de Estrela. A campanha pelo SIM contou com apoio de praticamente toda a comunidade.

Já o movimento emancipacionista de Vila Schmidt não parece seguir os mesmos passos. Ao contrário daquilo que vem sendo anunciado pelos líderes do movimento, os quais acreditam fielmente no sucesso da emancipação, muitos mostram-se totalmente contrários. O reduto principal do “NÃO” concentra-se na localidade de Linha Frank onde, segundo lideranças comunitárias, mais de 80% dos moradores preferem continuar pertencendo a Teutônia.

Na opinião de algumas destas lideranças, as quais solicitaram ficar no anonimato, o município de Teutônia é muito forte, possuindo tudo aquilo que é necessário para a população, desde hospitais, bancos, escolas, empresas ligadas ao meio rural (Cooperativa Languiru e CCGL, principalmente), entre outros. Já a localidade de Vila Schmidt possui praticamente nada, sendo que nesse caso é



Na pedra, a expressão de descontentamento: “Frank diz não à emancipação”

preciso começar novamente da etapa zero, como aconteceu com Teutônia em 1981.

O Plano Saúde Famit também foi mencionado. Como ficariam os moradores de Linha Frank caso acontecesse a emancipação? Qual seria o benefício médico que teriam em troca, tendo em vista que a Famit apenas atende aos munícipes teuto-nienses?

Conforme declaração de alguns moradores, Vila Schmidt tem pouco a oferecer. Além disso Teutônia estaria

atendendo muito bem aquela comunidade, podendo-se observar isso já nas estradas. Na opinião de alguns, Westfália tem poucas perspectivas de progresso, ainda mais agora que o próprio governo estadual e federal já mostram-se contrários no que se refere à criação de novos municípios. O movimento do não é tão forte na Linha Clara que até o agricultor Roque Silvio Schneider improvisou uma propaganda em sua propriedade: “LINHA FRANK DIZ NÃO À

WESTFÁLIA”.

Quanto aos comícios realizados no início do movimento, um morador afirmou que “...muita gente nem foi por achar isso uma idiotice”. Os apoiadores do NÃO acreditam que com o empenho do prefeito Elton Klepker e ainda mais pela falta de eleitores o processo poderá ser inviabilizado. Moradores da localidade de Berlim (l-migrante) igualmente não estão demonstrando interesse em pertencer ao novo município.

(O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (23/8/1995 – p.8)

Líder emancipacionista esclarece que associados do STR de Teutônia não terão prejuízo com emancipação de Westfália

Com a expectativa de mais uma etapa vencida, garantindo o número mínimo de eleitores na Justiça Eleitoral, chega a hora de colocarmos um ponto final a informações enganosas e mentirosas. Há poucos dias, o cidadão Décio Rückert, da localidade de "Frank Frente" colocou, numa atitude covarde, várias informações totalmente infundadas, inclusive acusando a Comissão Emancipacionista de estarem pressionando moradores para assinarem um determinado cadastro.

Ocorre exatamente o contrário: a grande maioria dos moradores fizeram questão de assumir uma posição que condiz com a realidade, ao afirmarem que efetivamente são moradores da área emancipacionista - como de fato o são. A prova reside no fato que mais de 90% assina-

ram o referido documento, apesar da Campanha contrária do prefeito "Elton Klepker e Cia Ltda". Além disso, se 10% dos moradores não assinaram o documento, este fato se torna mais do que suficiente para demonstrar a liberdade de cada um em se cadastrar.

Os opositores, com o objetivo de confundir e amedrontar o eleitorado, alegam ainda que os associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia, e da Cooperativa Languiru seriam prejudicados com a emancipação, pelo fato de suas sedes se situarem em outros municípios (Teutônia e Imigrante). Cabe esclarecer, quanto ao fato, que ninguém será prejudicado, porque a Coop. Languiru é uma cooperativa regional - inclusive, com grande parte do complexo industrial já instalado

no município de Linha Schmidt.

Já os sindicatos, através de uma estrutura denominada de "Extensão de base", também garantirão aos seus associados da nova área, os mesmos benefícios em relação à assistência social, médica e hospitalar. O direito à saúde é constitucional e seu acesso é universal, isto é, os moradores do novo município continuarão merecendo o mesmo ou melhor atendimento nos municípios vizinhos, ou na Capital do Estado nos casos mais graves.

Além disso, na nossa opinião, os futuros administradores do município de Westfália, em primeiro lugar, deverão ter a preocupação básica de cumprir a Constituição, considerando que a saúde pública não é apenas compromisso do Governo Federal e Estadual, mas também dos governos municipais. Além da saúde pública bem atendida, o novo município também poderá incentivar planos de saúde que poderão funcionar harmonicamente - porém com a opção totalmente livre de serem bem assistidos e amparados pela saúde pública.

Ainda, fazendo referência

ao fato de que exatamente na Linha Franck persistir a maior resistência ao processo de emancipação, considero isso perfeitamente normal, tendo em vista sua localização geográfica. Parte da localidade, além de fazer divisa com o próprio município-mãe (Teutônia), uma parcela dos moradores estão muito ligados à comunidade do bairro Teutônia. Cabe portanto aos líderes emancipacionistas provarem que as vantagens são maiores do que as desvantagens para estas pessoas, com a emancipação.

Estamos conscientes do grande desafio que ainda teremos pela frente, não só nesta parcela da Linha Franck, como em todas as demais localidades, porque afinal de contas, quem fará o julgamento final da questão são os próprios eleitores, no dia 22 de outubro. De qualquer forma somos otimistas e acreditamos na vitória do sim.

Faço questão de assumir minhas atitudes, não como algumas falsas lideranças que fazem denúncias infundadas e acusações, mas preferem ficar anônimas.

Alfonso Décio Schneider



Uma Paixão Nacional
como um bom Churrasco.

Comércio de Bebidas Poço das
Antas LTDA.
Fone: (051) 762-1166 Ramal 22

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (30/8/1995 – p.6)

Ênio Grave: “prefeito quer tumultuar o processo”

Visto a polêmica existente quanto ao processo emancipacionista de Vila Schmidt, a redação do Jornal O Informativo procurou o empresário Ênio Grave para saber deste como está o andamento do plebiscito.

Inicialmente o empresário afirmou que não há falta de eleitores conforme anunciado por algumas lideranças contrárias à emancipação. Grave garantiu que existem mais do que 1.800 eleitores aptos para o exercício do voto no próximo mês de outubro. Isso, segundo o empresário, foi confirmado dias atrás pelo próprio Cartório Eleitoral de Estrela.

Falando sobre o futuro de Westfália, Grave observou que a política do novo município estará voltada para a

agricultura, saúde, educação e asfaltamento das estradas. Ressaltou mais uma vez que o futuro município terá plenas condições de caminhar sozinho, embora muitos duvidem disso.

Quanto ao fato de muitos afirmarem que Vila Schmidt não possui praticamente nada (bancos, hospital, escolas de 2º grau...), Ênio Grave comentou que é por isso mesmo que a referida comunidade busca sua liberdade. Na opinião deste, somente com a emancipação será possível obter esses benefícios: “É por isso que estamos nos emancipando. É para conseguir isso!”, concluiu o empresário.

Ênio Grave também não escondeu o seu desapontamento com relação ao prefei-

to Elton Klepker, o qual estaria querendo tumultuar o processo: “Ele sempre disse que era um emancipacionista. Até concordo que ele queira defender o município mãe. Mas como já está sentindo o gosto da derrota, passou a usar de artimanhas para tentar inviabilizar o processo. Agora a gente vê que ele sempre foi contra”, analisou o líder emancipacionista.

Já com relação aos números, Grave acredita que seguramente o SIM sairá vitorioso com uma margem em torno de 70 a 80% do número total de votos. O empresário não mostra-se muito preocupado com os moradores de Linha Frank, os quais já anunciaram uma votação maciça no NÃO.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (20/09/1995 – p.1)

Westfália: emancipacionista acusa TRE de injustiça

Na última segunda-feira, dia 11, o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) homologou o veto de 12 distritos gaúchos que buscavam a autorização para a realização do plebiscito emancipatório, entre eles Linha Schmidt, no município de Teutônia. O TRE sustentou a sua decisão

em cima da lei 90/70, a qual estabelece que cada área emancipada necessita, obrigatoriamente, possuir no mínimo 1.800 eleitores inscritos. Como Linha Schmidt não conseguiu reunir esse número até o dia 22/04/95, acabou tendo seu processo rejeitado.

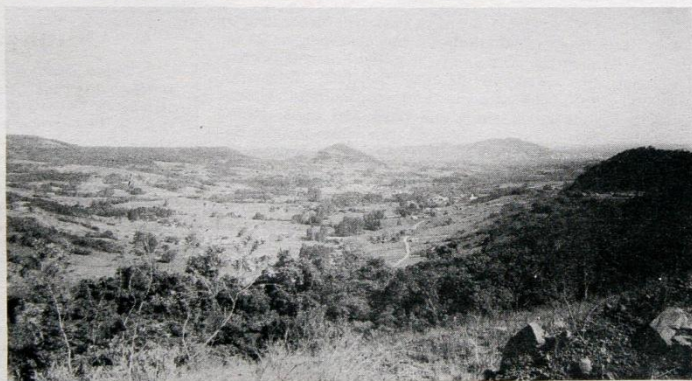
No entanto, a comissão emancipacionista garante que conseguiu inscrever mais eleitores do que o mínimo necessário. O que aconteceu é que alguns eleitores foram inscritos após a data estipulada pelo TRE. Indignado, o presidente da comissão emancipacionista, Ênio Gra-

ve, acusou o TRE de ter cometido uma “tremenda injustiça” com a comunidade de Linha Schmidt, visto que não contabilizou os eleitores inscritos após o mês de abril último. “Tudo estava dentro da lei”, observou o empresário, o qual garantiu que ainda não perdeu as esperanças já que agora o processo foi encaminhado para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em Brasília.

As expectativas ficam reservadas para o próximo mês de outubro, quando o TSE deverá oficializar a sua decisão sobre os processos pendentes. Ênio Grave, por sua vez, confia no trabalho dos advogados contratados para encaminharem o processo na capital federal. “O próprio advogado e ex-presidente do TRE, o senhor Niderauer, confirmou que após verificar todo processo, verificou que Linha Schmidt foi injustiçada com a decisão do TRE”. Conforme o empresário, os advogados garantiram em 90% a aprovação do plebiscito, tendo

em vista que o processo de Linha Schmidt pode ser considerado como um exemplo, visto que preenche todos os requisitos básicos exigidos pela lei de emancipação.

Contudo, Ênio Grave não esconde sua apreensão quanto ao futuro de Westfália. Indagado sobre a possibilidade de Linha Schmidt não conseguir a autorização para a realização, expôs que “... talvez seremos prejudicados sempre por causa do movimento. Mas também não é pra sempre que esse governo fica”, referindo-se às possíveis represálias da administração municipal de Teutônia. O empresário disse ter ficado surpreso ao verificar que outras áreas emancipadas conseguiram a aprovação do processo, observando que muitas delas sequer podem ser comparadas com Linha Schmidt. O líder emancipacionista também avaliou que futuramente tornar-se-á bem mais difícil a emancipação, tendo em vista que as novas leis serão bem mais rígidas.



Ainda há esperanças: comissão emancipacionista recorreu ao TSE

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (06/03/1996 – p. 5)

LINHA SCHMIDT - *Pelas notícias que correm, portanto nada ainda de concreto, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), julgou um mandado de segurança a favor de todos os distritos cujos plebiscitos haviam sido impugnados, entre os quais está o de Linha Schmidt. A maior dúvida e que deixa esses distritos em dependência, segundo o prefeito Elton Klepker, "é que a lei estadual das emancipações diz que os plebiscitos deveriam ser realizados até 31 de dezembro de 1995, com o que o plebiscito agora, com essa nova situação, somente poderá ser realizado em 1999, se não houver uma decisão especial em contrário. Esta situação seria de um verdadeiro caos para esses distritos, que ficariam quatro anos na terrível dúvida".*

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (13/03/96 – p.1)

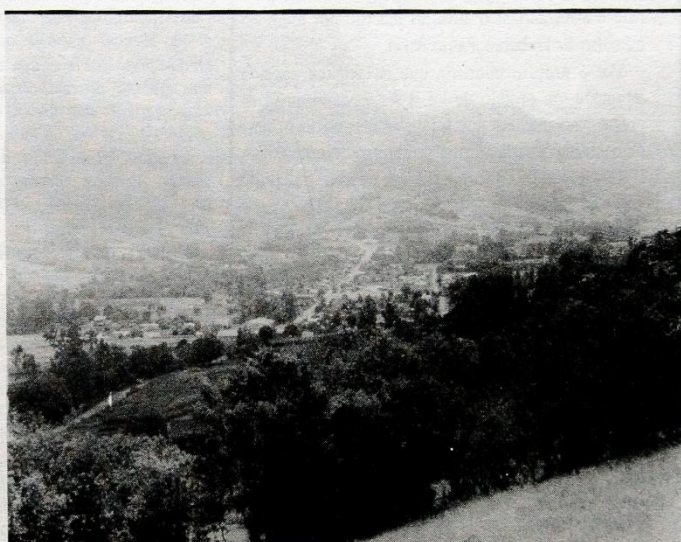
Linha Schmidt retoma campanha do SIM

Para muitos a causa já era considerada como perdida. Mas para outros a esperança não acabou e graças a ela conseguiram retomar as negociações pela campanha em favor do SIM pela emancipação da localidade de Linha Schmidt, no município de Teutônia.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) estabeleceu a data de 24 de março para a

consulta plebiscitária nas 29 áreas no Rio Grande do Sul, as quais buscam a sua hegemonia política, administrativa e financeira.

Desta forma, Vila Schmidt reinicia os trabalhos em prol de seu emancipação e conseqüentemente ressurgem a polêmica briga entre o prefeito e os líderes do movimento. Confira mais detalhes na página 08 desta edição.



* Vista parcial do sonhado município de Westfália.

É chegada a hora de medida de forças

Está praticamente tudo acertado para a realização do plebiscito emancipatório de Vila Schmidt, que realizará-se-á no próximo domingo, dia 24 de março. O Cartório Eleitoral de Estrela já nomeou os mesários que irão coordenar os trabalhos nas 8 seções instaladas na área emancipanda, bem como legalizou a situação dos 1.935 eleitores nela inscritos. Confirma a seguir a relação das mesas, onde estão localizadas e qual o número de eleitores nela registrados:

SECÇÃO Nº 5 - Escola Evangélica de Linha Schmidt (possui 270 eleitores inscritos): Presidente: Ilson Evanir Beinecke; 1º vogal: Gerson Eloir Tírp; 2º vogal: Vitor Eduardo Winck.

SECÇÃO Nº 16 - Escola Bandeirantes da Linha Franck (possui 205 eleitores inscritos): Presidente: Simone Schneider; 1º vogal: Alexandre Marcelo Schneider; 2º vogal: Volmir Gossman.

SECÇÃO Nº 17 - Comunidade São da Vila Schmidt (possui 393 eleitores inscritos): Presidente: Andréia Horn; 1º vogal: Gerson Adriano Wiethölter; 2º vogal: Marco Aurélio Sulzbach.

SECÇÃO Nº 19 - Socieda-

de de Linha Paissandu (possui 234 eleitores inscritos): Presidente: Loiva Beatriz Trapp; 1º vogal: Astor Wilmann; 2º vogal: Jaime Antônio Kohl.

SECÇÃO Nº 26 - Escola rio Branco de Silveira Martins (possui 209 eleitores inscritos): Presidente: Maidi Ahlert; 1º vogal: Elton Brunne; 2º vogal: Vanderlei José Klein.

SECÇÃO Nº 38 - Escola Evangélica de Linha Schmidt (possui 232 eleitores inscritos): Presidente: Evanete Inês Horst; 1º vogal: Jorge André Kohl; 2º vogal: Adriane Marisa Lindemann.

SECÇÃO Nº 26 - Sede do Juventude de Berlim (possui 306 eleitores inscritos): Presidente: Neiva Spellmeier Schäffer; 1º vogal: Leandro Luis, Kaisekamp; 2º vogal: Elton Gilmar Schröer.

SECÇÃO Nº 25 - Escola 9 de Julho - Berlim fundos (possui 86 eleitores inscritos): Presidente: Décio Brunne; 1º vogal: Janete Hinnah; 2º vogal: Marli Luiza Aca-drolli.

E a briga continua...

Esta semana será decisiva para as lideranças emancipa-

cionistas conseguirem o apoio daqueles eleitores que ainda estão apreensivos com relação à emancipação. Por sua vez, Elton Klepker diz estar confiante na vitória do NÃO. Já na segunda-feira comemorou a notícia recebida do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o qual, segundo o prefeito, decidiu que a Westfália somente poderá eleger seu primeiro prefeito em 1999, e que a instalação oficial deste novo município será possível apenas no ano 2.000. Klepker ressalta que, caso o NÃO saia vencedor, já na próxima segunda-feira as máquinas voltarão a trabalhar no asfalto da Linha Frank e Paissandu. Na opinião do prefeito de Teutônia, a pior coisa é um município novo ficar na dependência, quando este anseia pelo progresso.

O ex-sindicalista, Décio Schneider, em entrevista ao **Jornal O Informativo** disse que a informação do prefeito quanto à eleição do futuro prefeito e da instalação do novo município não tem fundamentos. "É uma manobra da oposição com o objetivo de confundir a cabeça do eleitor", alerta o emancipa-

cionista. Para Décio, o SIM deverá ter uma vitória bastante expressiva em cima do NÃO. Observou também que isso pode ser comprovado nas reuniões que vem sendo realizadas, onde a presença de eleitores ficou acima da expectativa.

Já com relação a propaganda feita pelo prefeito quanto aos prejuízos que Schmidt teria com a emancipação, Schneider garantiu que Westfália terá tudo o que Teutônia já têm hoje em muito menos tempo e melhor. Quanto aos futuros nomes de candidatos a prefeito, comentou que foi firmado um pacto entre as lideranças emancipacionistas de que esse seria um assunto posterior e que de momento o mais importante era tratar do processo em si. Schneider garantiu ainda que "...na futura Westfália a coisa será diferente. Irá trabalhar apenas aquele que têm competência e não porque é amigo do prefeito. Será um governo participativo". Sobre as acusações do prefeito Elton Klepker, disse que tais comentários não atingem sua pessoa, pois tratam-se de mesquinhas.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (27/03/96 – p.8).

O NÃO é derrotado e a zebra surpreendeu os emancipacionistas

O dia 24 de março, sem dúvida, ficará registrado na memória dos moradores de Frank, Schmidt, Paissandu e Berlim, pois foi nesse dia que "nasceu" Westfália. Filho de Teutônia e Imigrante, o novo município foi gerado em meio a um clima de muita briga política. De um lado, os emancipacionistas que sonhavam com um município forte e progressista. De outro, os que não acreditavam nesse sonho e que preferiam continuar "com os pés no chão".

Ganharam os sonhadores!

Mas o sonho, ao que tudo indica, poderá transformar-se numa feliz realidade. Isso é o que garantem os líderes do movimento. Para o empresário Ido Sulzbach, emancipação é sinônimo de progresso. A opinião é compartilhada também pelo empresário Enio Grave, o qual aposta no potencial agropecuário de Westfália e espera contar com a cooperação dos prefeitos de Teutônia e Imigrante para um trabalho conjunto: "Não queremos encenra com ninguém".

A vitória do SIM surpreendeu a muitos. Até a "zebra" esteve presente nessa consulta plebiscitária. Nas 8 urnas espalhadas na área emancipanda, o SIM saiu vencedor em 5, tendo tido o apoio de 1.145 eleitores. Já o NÃO venceu em apenas 3 urnas (Berlim e Frank), tendo sido contados somente 604 votos. Ainda foram computados 10 votos brancos e 6 nulos, o que totalizou a presença de 1.765 dos 1.935 eleitores inscritos. A diferença entre o SIM e o NÃO foi de 541 votos.

A grande zebra ficou por conta das duas urnas de Linha Paissandu, onde o NÃO sofreu uma dura derrota. Os líderes acreditavam receber um forte apoio por parte desta localidade, o que não acabou acontecendo. Confira a seguir o resultado da votação urna por urna:



* Mais de 150 pessoas participaram do comício do NÃO realizado na quinta-feira na sede do Flamengo

<p>SECÇÃO 05 Escola Evangélica de Linha Schmidt SIM - 199; NÃO - 39; BRANCOS - 0; NULOS - 1;</p>	<p>SECÇÃO 25 Escola 9 de Julho de Berlim Fundos SIM - 33; NÃO - 46; BRANCOS - 0; NULOS - 0</p>	
<p>SECÇÃO 16 Escola Bandeirantes da - Linha Frank SIM - 65; NÃO - 113; BRANCOS - 1; NULOS - 0</p>	<p>SECÇÃO 26 Sede do Juventude de Linha Berlim SIM - 92; NÃO - 184; BRANCOS - 2; NULOS - 2</p>	
<p>SECÇÃO 17 Comunidade São da Vila Schmidt SIM - 334; NÃO - 28; BRANCOS - 2; NULOS - 2</p>	<p>Após o resultado oficial, os emancipacionistas realizaram carreata e uma animada festa que se estendeu até altas horas da madrugada. Enio Grave reconheceu o apoio dos deputados Heron de Oliveira, Enio Bacci e Hélio Musskopf, os quais muito se empenharam para garantir a emancipação de Westfália e inclusive participaram dos comícios.</p>	
<p>SECÇÃO 19 Sociedade de Linha Paissandu SIM - 136; NÃO - 73; BRANCOS - 2; NULOS - 0</p>	<p>Agora inicia uma outra</p>	
<p>SECÇÃO 26 Escola Rio Branco de Silveira Martins SIM - 108; NÃO - 81; BRANCOS - 1; NULOS - 1</p>		
<p>SECÇÃO 38 Escola Evangélica de Vila Schmidt SIM - 178; NÃO - 40; BRANCOS - 2; NULOS - 0</p>		

grande mobilização, qual seja, a eleição do primeiro prefeito do novo município. Quanto a isso, Enio Grave observa que provavelmente deverá haver um consenso entre as lideranças políticas e o anúncio de uma candidatura única já para evitar uma rivalidade, o que seria muito ruim para Westfália logo de início de sua caminhada.

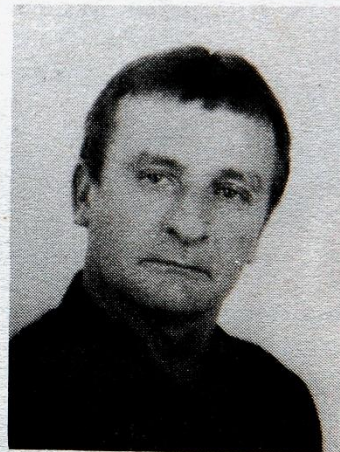
Porém o futuro de Westfália ainda está um tanto obscuro. Pelo menos até o fechamento desta edição a Assembléia Legislativa do Estado ainda não havia definido se os novos municípios recém criados poderão eleger seus prefeitos nesse ano. Caso isso não aconteça, Westfália ficará desassistida por um longo período.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (08/05/1996 – p.13)

“Westfália quer apenas sua autonomia”

Conforme o vereador Nelson Horst, a comunidade de Linha Schmidt nunca teve nada contra Teutônia ou contra os seus administradores quando resolveu emancipar-se. Horst frisou que a referida comunidade apenas quis conquistar a sua autonomia, pois entende que as-

sim poderá crescer muito mais. O edil lembrou ainda que a Câmara de Vereadores de Imigrante aprovou verbas para que o prefeito Elimar Rex pudesse entrar na Justiça contra o processo da Westfália. Nelson destacou que esse dinheiro teria sido bem mais aproveitado se aplicado na agricultura ou na reforma das estradas. Além disso, teme que talvez o referido dinheiro entre em “outros” bolsos.



• Nelson Horst

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (03/07/1996 – p.8)

Grave quer a normalização dos trabalhos na Westfália

O vereador Airton Guilherme Grave quer que a administração municipal retome os serviços nas locali-



• Airton Grave

dades de Franck, Schmidt e Paissandu, no que se refere ao recolhimento de lixo, recuperação das estradas, entre outros. Grave observou que, mesmo com a emancipação, a Prefeitura de Teutônia não abandonou as comunidades tanto quanto o Supremo Tribunal Eleitoral, o qual, segundo o edil, fez a comunidade de Westfália de “palhaço”. Airton destacou que as três comunidades devem manter as esperanças quanto ao atendimento dos pedidos, pois estão contribuindo com o município de Teutônia com o recolhimento de impostos e desta forma têm o direito de exigir providências da administração municipal.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (24/07/1996 – p.5)

WESTFÁLIA - Sobre a emancipação de Westfália, o prefeito Elton Klepker informa que houve uma decisão por unanimidade do Tribunal Superior Eleitoral, de que não haverá eleição fora do calendário eleitoral, isto em resposta ao recurso interposto pelos advogados de Westfália, sugerindo uma eleição para 15 de novembro, que foi rejeitado e que deixa possibilidades de o novo município fazer eleições só no ano 2.000, e que nada resolveria mais sobre a instalação, que por lei estadual deverá ocorrer a 1º de janeiro de 1997. Quanto à decisão do TSE, embora ter sido por unanimidade, poderá haver um recurso ao Supremo Tribunal Federal, mas sem probabilidades de sucesso, e ainda que houvesse alteração pelo STF, esta ficaria prejudicada em função da lei estadual, que fixa a instalação em 1º de janeiro de 97.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (24/07/1996 – p.11)

Movimento serviu para mostrar a força da comunidade

Na opinião do vereador Nelson Horst, embora Westfá-



• Nelson Horst

lia não tenha conquistado sua emancipação, o movimento foi de fundamental importância porque mostrou a força dessa comunidade e a necessidade da administração municipal dar uma maior atenção para as localidades envolvidas no processo. Horst agradeceu ao prefeito a retomada dos serviços e convocou os responsáveis pelo setor de obras para que atendam aos pedidos o mais rápido possível.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (31/07/1996 – p.11)

Quem foi o maior culpado?


A questão da emancipação da Westfália voltou a ser assunto na reunião da Câmara realizada no último dia 10. O vereador Nelson Horst, que abordou o assunto, observou que o processo não teve êxito devido à vários entraves. Contudo, na opinião de Horst, o maior culpado foi o governador do Estado por não ter sancionado a Lei no dia 02 de abril do corrente ano. Ao afirmar isso, o péemedebista Ronald Olando Goldmeier discordou de Nelson e garantiu que o maior culpado foi o prefeito de Teutônia, o qual, desde o início do processo sempre batalhou contra a emancipação. Horst concordou que Elton Klepker e Elimar Rex tiveram uma parcela de culpa, mas que o governador poderia ter aprovado em tempo a Lei que criava o novo município.

O INFORMATIVO DE TEUTÔNIA (11/11/1996 – p.5)

LINHA SCHMIDT - O *prefeito em exercício igualmente recebeu a visita do presidente da Comissão Emancipacionista de Westfália (Linha Schmidt), Ênio Grave, que foi levar o seu apoio e agradecimento à Administração, pelas obras que continuam “a todo vapor” na pavimentação de estradas e ruas, construção de pontes e outras obras dentro da área emancipanda.*

ANEXO 3- Atas do processo emancipatório de Westfália

- ATA 01/1994



Ata nº 01/94

Aos três dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e quatro, com início às seis horas e trinta minutos, tendo como local a Sociedade Cultural Esportiva Fluminense, reuniu-se a comunidade de Vila Schmidt, denominada ao final desta, e as seguintes autoridades: Deputado Ylles Munschopf, Deputado Caspary, Vereador Norton Guilherme Gran, Vereador Nelson Florst, Emílio Gran, Ido Sulzbach, Claudete Kemper, Ezequiel Florst, com a intenção de discutir o movimento emancipacionista. Em tempo também esteve presente a mesa, representando o deputado Coiro Rêpise Riela e a professora Glaci Sielem. Abertos os trabalhos pelo vereador Norton Gran, que saudou os presentes e passou a palavra ao deputado Ylles Munschopf. O deputado Munschopf após a saudação inicial, passou a discorrer sobre os diversos aspectos que envolvem a emancipação. "O movimento não deve ter um caráter religioso, a causa deve ser única, as leis complementares 9070 e 9089 apresentam as virtudes necessárias para que a comunidade de Vila Schmidt, possa se tornar município". O deputado Munschopf ainda apresentou detalhadamente os prazos previstos para o plebiscito e para a criação do município. O deputado Luiz Carlos Caspary, elogiou o número de presentes na reunião e ressaltou a necessidade de que sejam cumpridos os requisitos legais conforme já elaborei o deputado Munschopf. O deputado Caspary fez referência aos municípios que se emanciparam nos últimos anos, que representam um fator de desenvolvimento ao Estado. Antes de encerrar a sua participação o deputado Caspary se colocou à disposição da comunidade para o que for necessário. Seguiram-se algumas perguntas da comunidade, as quais foram respondidas pelos deputados Munschopf e Caspary. A secretária de assuntos municipais do conselho, Glaci Sielem...



emam, neste ato representando o deputado Caio
 lou de sua satisfação e alegria de estar em São
 Schmidt, terra natal de seu pai. A secretária fez re-
 ferências a necessidade e importância da participação
 da comunidade na definição do futuro do mesmo.
 "A hora é agora, o movimento depende da mobiliza-
 ção dos senhores". A secretária ainda recebeu-se
 a disposição em esclarecer a dramatização dos pro-
 cessos e ressaltou a importância do deputado Caio
 estar presente na reunião ainda fiquem use do pala-
 vro os senhores Nelson Flor, Eriso Garu, Sirton Garu, que
 manifestaram a vontade de buscar o seu em-
 pacho político em seguida passou-se ao exame im-
 munitário para eleição da comissão de emancipação, quem
 do foram supridos vários nomes, ficou marcado para
 o dia de sexta de agosto as vinte horas e trinta mi-
 nutos no caso do CDS. Encerrado os trabalhos, to-
 dos os presentes animaram-se a sair a São Paulo
 constar, eu Claudete Kungler, secretária "ad hoc" leu a
 presente ato. São Paulo Schmidt, 13 de agosto de 1994. Claudete Kungler
 Flávia Sulybaire Ademi Heleno de Souza Schriber
 Delio Phelst Flávia Sulybaire Ademi Heleno de Souza Schriber
 Cláudia Wethöller, André Wethöller, Vera, Beatrice, Jani Astes
 Adilene de Almeida, Tereza Pontes, Flávia Sulybaire
 Luana de Souza, Adilene de Almeida, Edio de Souza
 Cláudia Wethöller, Flávia Sulybaire, Hugo de Souza
 Ailton de Souza, Flávia Sulybaire, Flávia Sulybaire
 Dora de Souza, Volney de Souza, Danilo Farsper, Otávio de Souza
 Flávia Sulybaire, Flávia Sulybaire, Flávia Sulybaire
 Flávia Sulybaire, Flávia Sulybaire, Flávia Sulybaire
 Tereza de Souza

- ATA 02/1994



Ata nº 02/94

Aos quinze dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e quatro, com início às seis e uma hora e trinta minutos, tendo como local a Casa da OASE das comunidades São e Vinha Schmitt situada em Vila Schmitt, reuniram-se os membros de Vila Schmitt, Vinha Francê, Vinha Clara, Vinha Poissandu - Teutônia e Vinha Berlin - Imigrante, reunidas no final desta, com o objetivo de eleger a comissão emancipacionista oficial de Vinha Schmitt. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da comissão provisória Sr. Subbach, que convidou o Vereador Ailton Graue para conduzir os trabalhos. Este convidou para compor a mesa líderes das comunidades: Vereador Nelson Florst, Emio Graue, representantes da Comunidade de Vinha Schmitt, Décio e Dulce Schneider - Vinha Francê, Elmar Rose prefeito de Imigrante, Ovídio Landmeier - Vinha Poissandu; Osídeo Ostertamp - Vinha Clara; Davie Landmeier Vinha Berlin - Imigrante. Inicialmente usou a palavra o Vereador Ailton Graue que expôs aos presentes que o objetivo da reunião é a eleição da comissão oficial e não de brigas e mal entendidos, colocação que em seguida foi reforçada pelo senhor Emio Graue. Em seguida, Décio Schneider parabenizou os líderes da comissão provisória pela coragem e iniciativa e salientou que a comunidade de Vinha Francê necessita de uma maior análise para a adesão ao movimento emancipacionista. "Se a comunidade aderir ao movimento será um base forte e os líderes deste, formarão uma subcomissão oficial do movimento emancipacionista". Sérgio Landmeier, falou em nome da Comunidade de Vinha Clara, dizendo que esta comunidade não pretende participar da comissão oficial de emancipação. Manifestou-se em seguida o sr.

senhor Elmar Res, prefeito de Imiprande, que sempre
 defende o meu município e tem o sempre-
 sismo de trabalhar pela não separação da
 Lomba Berlin, do meu município mas que res-
 peita a opinião dos munícipes. Continuando os
 trabalhos, o coordenador dos mesmos, fez a lei-
 tura dos componentes da chapa da Comissão
 emancipacionista oficial elaborada pela comissão pro-
 visória. Com aquilo, o presidente provisório Idô Sul-
 bach submeteu a chapa e apreciação dos pre-
 sentes e pediu sobre a forma de votação da mesma
 ser, secreta ou por aclamação, tendo sido a últi-
 ma forma aprovada por unanimidade. Deu cinco
 minutos para sugestão de outra chapa ou troca,
 ou exclusão de nomes. Neste prazo estabelecido houve
 inclusão e troca de nomes. Por aclamação a comi-
 são emancipacionista ficou assim constituída: Presiden-
 te: Enio Graue, 1º vice-presidente: Nelson Florst, 2º
 vice-presidente: Idô Sulbach, Secretária: Glac Sieben
 1º vice-secretária: Baudel Kumpfer, 2º vice-secretário:
 Otávio Landmann, Tesoureiro: Otávio Dahmer, 1º
 vice-tesoureiro: Dirceu Phlent, 2º vice-tesoureiro: Renato
 Dörr; Conselho fiscal: Edilio Landmann, Jaime Kohl, Edio
 Res. Suplentes do conselho fiscal: Evamete Enig Florst,
 Rudi Wiehölter, Norberto Graue, Norberto Dörr, Juro
 Dörr, Danilo Gasper e Lauro Wiehölter. A comissão
 eleita, foi em seguida, empossada. Encerrados os
 trabalhos, esta ata depois de lida e aprovada, será
 examinada pelos presentes. Para constar, eu Baudel
 Kumpfer, secretária "ad hoc" lavrei a presente ata. D. S. lo
 Baudel Kumpfer, 17 de agosto de 1994. Baudel Kumpfer, Imiprande,
 Nelson Kohl, Idô Sulbach, Glac Sieben, Otávio Landmann,
 Otávio Dahmer, Dirceu Phlent, Renato Dörr, Lauro Linde-
 mann, Jaime A. Kohl, Edio Res, Evamete Enig Florst,
 Rudi Wiehölter, Norberto Graue, Norberto Dörr, Juro Dörr,
 Danilo Gasper, Lauro Wiehölter, Edson Dörr.



meier, Linae Landrein, ~~Alvi~~ Schneider, Liza Landmeier, Oskar
 Ahlert, The Trapp Genu Ahlert Lira Trapp Armida Tiz, Elton,
 Gilmar Schriber Sergio Maria Schriber Lario Landmeier, V.
 Heda Landmeier Eduardo Ahlert, Paulo Spillmeier, Weira
 Ahlert Schriber Gilberto Spier Lira Spillmeier Schaeffer Gindela
 Tuzo, Isoldi Spillmeier, Rouben Wohlreich, Gerardo Ahlert, Herwig Ahlert
 Arthur Ahlert Helmut Spillmeier, Wilhem Wohlreich
 Margit delop - Celis Ahlert Spillmeier, Elise Adams, Alti Ahlert
 Spillmeier Nilsi Schroer, Baldquachstein Olga P. Sudkud, Marisa Wohlreich
 Hirt Wohlrich, Verener Wohlrich, Walter Guntzel, Fendi Blumenberg, Rugele
 Abi Dohmer, Heli Hillmann, plus die Schriber, Joseph Fox Brown, Louisa E.
 Dohmer, Ari Dohmer, Celis Dohmer, Sida Lindemann, Anieb
 Ernstmann, Mari Ahlert, Kurt Mosezza, Sigmar P. Dohmer
 Götia F. R. Brune, Algina E. Dohmer, Werner Schriber, Linae
 Elos Dohmer, Eli Dohmer, Eduardo Heort, P. L. O. E. Dohmer
 Bruno Lindemann, Elsi Sulzbach, Marim Heintze, Ad. Flant
 Casio Jenson, Selma Lagermann, The Kommerer, Albin Heort
 Gerhart Wahrharm, Iris Heort, Genyane von Pöhlke, Franz P. Dohmer
 Linae Dohmer, Gertraud Thantold, Julie Schiwe, Clara Heort
 Ellen G. Wulff, L. Joo Jandueir, Odemia Lindemann, Jeanine K. Dohmer,
 Paulo Dohmer, Rosmari H. Vivalda, Joo P. Dohmer, Alti Ahlert
 Iris P. Dohmer, Gled D. Plautkohl, Rudimar Plautkohl, Jörnlobel Heort
 Heli Dohmer, Celis van Altheden, Marulo Gasser, Gerd Meyer, Greda
 of Siegenbaum, Birnig, Tugge, Gern - Valma E. Ahlert - Semulle
 Juliane Erica, Pet. Tibson Rhein, Eugenio Heimer, Thut. Ahlert
 Deleid Rutz, Helala Landmeier, Lidia Lindemann, Elsi Dohmer
 Lidia Landmeier, Bruno Euf, Liora Juliana Gled, Rufen, Ernst
 Hilgenau, Sigmar Henrique Ahlert, Wilton Landmeier, Jindra Wohlrich
 Elmar, Bialbeuer, Loni Sings, Romilt Tuzo, Weira Ahlert, Elsi
 Dohmer, Paul E. Gerner, Valdir Thunemann, Angeline Tuffen
 Joimek, Jone Wohlrich, Airtou, Urmensch, Ines, Sida
 Joo, Wald, Sand, Sonia F. Dohmer, Elsa Egarel, Elsi Wohlrich
 Plauen, J. J. Guss, Rapone, Ahlert, Eggers, The Grosse, Lira Dohmer
 Milton Dohmer, Julio Augusto Sulzbach, Joo, Dohmer, P. Blumenberg
 Valim Wohlrich, Dario von Dohmer,